



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – *CAMPUS XI - SERRINHA*  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL  
EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL – MPIES**

**KARINA MACÊDO DE ASSIS**

**CONTRIBUTOS LEGAIS, INSTITUCIONAIS E FORMATIVOS PARA A  
SELEÇÃO DE FORMADORES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO  
PÚBLICA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA**

Serrinha-Bahia  
2022

**KARINA MACÊDO DE ASSIS**

**CONTRIBUTOS LEGAIS, INSTITUCIONAIS E FORMATIVOS PARA A  
SELEÇÃO DE FORMADORES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO  
PÚBLICA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia Campus XI, no âmbito da Linha de Pesquisa (Novos Contextos de Aprendizagem), como requisito para obtenção do título de Mestre em Intervenção Educativa e Social na Área de Concentração Educação, Sociedade e Intervenção.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Selma Barros Daltro de Castro

Serrinha-Bahia  
2022

Sistema de Bibliotecas da UNEB Biblioteca  
Paulo Freire – Campus XI  
Maria Claudete Marques Barbosa Estrela  
Bibliotecária – CRB 5- 806

A848c Assis, Karina Macêdo

Contributos legais, institucionais e formativos para a seleção de formadores de professores da educação pública municipal de Feira de Santana / Karina Macêdo Assis. - Serrinha, 2022. 127 fls.:il.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Barros Daltro de Castro.

Dissertação (Mestrado Profissional) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social - MPIES. Campus XI, 2022.

1. Gestão educacional. 2. Professores - Formação. 3. Política pública - Educação - Feira de Santana. I. Castro, Selma Barros Daltro de. II. Universidade do Estado da Bahia.

CDD – 371.2

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### CONTRIBUTOS LEGAIS, INSTITUCIONAIS E FORMATIVOS PARA A SELEÇÃO DE FORMADORES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

**KARINA MACÊDO DE ASSIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, na linha de pesquisa 1 (NOVOS CONTEXTOS DE APRENDIZAGEM), na Área de Concentração Educação, Sociedade e Intervenção, em 06 de maio de 2022, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

*Selma Barros Daltro de Castro*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Barros Daltro de Castro  
Orientadora  
Pós-doutora em Educação – UEFS  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

*Marcos Gilberto dos Santos*

Prof.<sup>o</sup> Dr Marcos Gilberto dos Santos  
Examinador Externo  
Doutorado em Administração - UFBA  
Instituto Federal da Bahia - IFBA

*Marcia Torres Neri Soares*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Torres Neri Soares  
Examinadora Interna  
Doutora em Educação – UFRN  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

*Se você não sabe para onde ir,  
qualquer caminho serve.  
(Alice no País das Maravilhas — Lewis  
Carroll, 2000)*

## AGRADECIMENTOS

Vejo o agradecimento como um combustível para a vida!!!

Agradeço a Deus, por sua magnífica presença em minha vida!

À memória da minha avó materna, D. Lourdes, pelos ensinamentos que me conduziram e me conduzem pela vida – minha referência.

À minha mãe, pelos incentivos constantes em palavras e orações.

À minha tão amada filha, minha Stefany (Teté), que mesmo sem querer e sem entender me permitiu caminhar nessa produção.

Ao meu amor, Anderson, pelos momentos que, de forma paciente, ouviu-me falando sobre a construção deste trabalho e superou em alguns momentos a minha ausência.

Às minhas amigas, que me permitem momento de fugas através dos sorrisos, das lágrimas, das danças, das brigas, enfim, da vida bem vivida. Em especial, quero agradecer a Lisandra, uma irmã que a vida me deu de presente.

Ao meu grupo de trabalho, na Secretaria Municipal de Educação, que compõem o Núcleo de Alfabetização, o NAFS. Obrigada a cada um de vocês, pelos incentivos, respeito, reconhecimentos e puxões de orelha. Vocês me completam! Vou destacar a amiga Jeane, que com larga vivência na educação municipal me apoiou na busca pelos dados que compuseram essa escrita.

Na pessoa da Secretária Municipal de Educação, a Prof<sup>a</sup>. Anaci Paim, agradecer aos colegas de trabalho pela acolhida à pesquisa e aos demais secretários (anteriores) que acataram, desde o início, a sua realização.

A todos (as) que compõem o MPIES, professores (as) e corpo administrativo, em especial a Diná, que também é minha colega na turma 02, pelo apoio e oportunidade de crescimento profissional.

À minha turma 02 do MPIES, proparoxítona, pelas vivências, resenhas, trocas e laços construídos. Em especial, as amigas Mariana e Tanísia, vocês moram no meu coração.

À minha orientadora, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Selma Daltro, pela acolhida, por ter me facilitado os materiais bibliográficos, pela valorização constante e mais do que tudo isso, por ser tão humana, empática e amiga. Você é especial!!!

A todos e todas, meus sinceros agradecimentos!

ASSIS, Karina Macêdo de. **CONTRIBUTOS LEGAIS, INSTITUCIONAIS E FORMATIVOS PARA A SELEÇÃO DE FORMADORES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA**. 127f. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2022.

## RESUMO

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a normatização e orientação do processo de seleção para formadores de professores da educação pública municipal de Feira de Santana. A questão dessa pesquisa é: quais os cenários institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, formação e avaliação de formadores de professores, na educação pública municipal de Feira de Santana e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatize e oriente as ações da gestão educacional local? O objetivo é analisar os cenários institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, formação e avaliação de profissionais de carreira do magistério público municipal que atuarão como formadores de professores e que implicam na necessidade da construção de um documento que oriente tal processo. O estudo apresenta uma base legal ancorada em legislações nacionais e locais e um referencial baseado em autores como Mainardes, (2006), Castro (2011), Boito Júnior (2007), Cury (2002), Libâneo (2018), Santos Júnior, Azevedo e Ribeiro (2004), Gatti (2019), Nóvoa (2011), Santos (2007), dentre outros. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia, através do Parecer de nº 4.620.456, tendo a organização metodológica apoiada numa pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com foco na realização da ação interventiva, constituída pela realização de 03 (três) ateliês formativos. A coleta de dados aconteceu por meio da aplicação de questionários, análise de documentos e realização da intervenção através dos ateliês formativos. Como participantes da pesquisa contou-se com representantes institucionais da Secretaria Municipal de Educação e com servidores de carreira do magistério público municipal. Os dados da pesquisa revelaram que a falta de uma ação institucional local, na seleção de pessoal, pode gerar condutas não defendidas pela gestão pública, como critérios de amizade ou indicação política, o que acarreta uma falta de percepção sobre a responsabilidade do trabalho a ser desenvolvido. Os profissionais que atuam na formação de professores precisam ter domínio sobre a ação a ser desenvolvida, a qual deve considerar formação, experiência e titulação. O produto dessa pesquisa se constituiu como um documento normativo e orientador do processo de seleção dos profissionais de carreira do magistério da educação pública municipal, de Feira de Santana, que atuarão na formação de professores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Educacional. Políticas Públicas. Formadores de Professores.

ASSIS, Karina Macêdo de. **LEGAL, INSTITUTIONAL AND TRAINING CONTRIBUTIONS TO THE SELECTION OF TEACHER TRAINERS IN FEIRA DE SANTANA MUNICIPAL PUBLIC EDUCATION.** 127f. 2022. Dissertation (Professional Master's in Educational and Social Intervention) – University of the State of Bahia, Serrinha, 2022.

### **ABSTRAT**

This research has as its object of study the regulation and guidance of the selection process for teacher trainers in the municipal public education of Feira de Santana. The question of this research is: what are the institutional, legal and training scenarios that interfere in the process of selection, training and evaluation of teacher trainers, in the municipal public education of Feira de Santana and that imply the need to build a document that regulates and guide the actions of local educational management? The objective is to analyze the institutional, legal and training scenarios that interfere in the process of selection, training and evaluation of career professionals in the municipal public teaching profession who will act as teacher trainers and which imply the need to build a document that guides this process. The study presents a legal basis anchored in national and local legislation and a reference based on authors such as Mainardes, (2006), Castro (2011), Boito Júnior (2007), Cury (2002), Libâneo (2018), Santos Júnior, Azevedo and Ribeiro (2004), Gatti (2019), Nóvoa (2011), Santos (2007), among others. The research was approved by the Ethics and Research Committee of the Universidade do Estado da Bahia, through Opinion nº 4,620,456, having the methodological organization supported by a qualitative research, of an applied nature, focusing on the accomplishment of the interventional action, constituted by the of 03 (three) training workshops. Data collection took place through the application of questionnaires, document analysis and intervention through training workshops. As research participants, there were institutional representatives of the Municipal Department of Education and career servants of the municipal public teaching profession. The research data revealed that the lack of a local institutional action, in the selection of personnel, can generate behaviors not defended by the public administration, such as criteria of friendship or political indication, which leads to a lack of perception about the responsibility of the work to be carried out. developed. Professionals who work in teacher training need to have mastery over the action to be developed, which must consider training, experience and qualifications. The product of this research was constituted as a normative and guiding document for the selection process of career professionals in the teaching profession of municipal public education, in Feira de Santana, who will work in the training of teachers.

**KEYWORDS:** Educational Management. Public Policy. Teacher Trainers.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF - Ateliês Formativos

BA – Bahia

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONSU - Conselho Universitário

CP - Conselho Pleno

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

FEP - Grupo de Pesquisa em Formação de Professores

FNP - Frente Nacional de Prefeitos

GEPEL – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Didática e Ludicidade

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MPIES Mestrado Profissional em Intervenção Educativa Social

OMS - Organização Mundial de Saúde

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PME - Plano Municipal de Educação

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE - Plano Nacional de Educação

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SEDUC - Secretaria Municipal de Educação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> IDEB da educação municipal feirense – Índice atingido X Meta Projetada .....	26
<b>Gráfico 2</b> - Evolução do IDEB na educação pública municipal de Feira de Santana – Ensino Fundamental (Anos Iniciais) .....	47
<b>Gráfico 3</b> - Evolução do IDEB na educação pública municipal de Feira de Santana – Ensino Fundamental (Anos Finais) .....	47
<b>Gráfico 4</b> – Tempo de Experiência no Cargo .....	66
<b>Gráfico 5</b> – Tempo X Experiência na Função de Formador de Professores .....	69
<b>Gráfico 6</b> – Titulação dos formadores de professores da SEDUC .....	74
<b>Gráfico 7</b> – Sugestão de critérios para seleção de formadores de professores .....	79

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Documentos que regulamentam o Sistema Municipal de Ensino de Feira de Santana .....	28
<b>Tabela 2</b> – Produções acadêmicas com temáticas voltadas para formação de formadores .....	30
<b>Tabela 3</b> – Dados Sociodemográficos, Acadêmicos e Profissionais de Representantes Institucionais.....	34
<b>Tabela 4</b> – Dados Sociodemográficos, Acadêmicos e Profissionais dos Profissionais do Magistério Público Municipal.....	36
<b>Tabela 5</b> - Aprendizado dos alunos na educação municipal de Feira de Santana .....	48
<b>Tabela 6</b> - Atos do MEC que formalizam e orientam legalmente as ações de formação dos profissionais da educação.....	54
<b>Tabela 7</b> – Metas do PME referentes a formação dos profissionais do magistério...58	
<b>Tabela 8</b> – Recorte da trajetória de ações formativas para os profissionais do magistério da educação pública municipal de Feira de Santana .....	59
<b>Tabela 9</b> - Análise Sociodemográfica de Representantes Institucionais .....	65
<b>Tabela 10</b> – Portarias de Reserva de Carga Horária da Educação Pública Municipal de Feira de Santana .....	72
<b>Tabela 11</b> – Princípios Constitucionais x Ação Institucional.....	78

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Infográfico Feira de Santana – Território de Identidade Portal do Sertão .....	25
<b>Figura 2</b> - Infográfico Dados do atendimento da educação pública municipal .....	28
<b>Figura 3</b> – Estrutura da Ação Interventiva – Ateliês Formativos .....	38
<b>Figura 4</b> – Organograma da Secretaria Municipal de Educação .....	67
<b>Figura 5</b> – Programas aderidos pela Secretaria Municipal de Feira de Santana .....	71
<b>Figura 6</b> – Convite do 1º Ateliê Formativo .....	76
<b>Figura 7</b> – Registro imagético do 1º Ateliê Formativo .....	77
<b>Figura 8</b> – Convite do 2º Ateliê Formativo .....	80
<b>Figura 9</b> – Registro imagético do 2º Ateliê Formativo .....	81
<b>Figura 10</b> – Conhecimentos necessários para processo de seleção para formadores de professores .....	82
<b>Figura 11</b> – Convite do 3º Ateliê Formativo .....	83
<b>Figura 12</b> – Registro Imagético do 3º Ateliê Formativo .....	84
<b>Figura 13</b> - Eixos estruturantes para o documento orientador .....	84

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 VIÉS METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>23</b>
2.1 Demarcação do espaço .....	24
2.2 Entre os bordados das produções – inspirando-se no estado da arte .....	28
2.3 O molde da intervenção – entrelaçando elementos .....	30
2.4 A coleta de dados .....	30
2.5 Ateliês Formativos - uma proposta de ação interventiva .....	36
2.6 A proposição do produto .....	39
<b>3. O MUNICÍPIO E O SEU PAPEL NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS .....</b>	<b>40</b>
3.1 Um olhar voltado para Gestão Educacional na cidade de Feira de Santana.....	43
<b>4 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL.....</b>	<b>49</b>
4. 1 Políticas públicas local para a formação dos profissionais do magistério da educação pública municipal de Feira de Santana- BA.....	56
<b>5 DIÁLOGOS CONSTRUTIVOS E PROPOSITIVOS SOBRE A SELEÇÃO DE FORMADORES DE PROFESSORES NA GESTÃO EDUCACIONAL LOCAL EM FEIRA DE SANTANA.....</b>	<b>62</b>
5.1 Responsabilidade institucional – Secretaria Municipal de Educação.....	64
5.2 As vozes que ecoam: a percepção sobre profissionais do magistério que trabalham com formação de professores .....	68
5.3 Formadores de professores da educação municipal de Feira de Santana: percurso institucional.....	70
5.4 A necessidade de uma regulamentação .....	75

5.4.1 Tessituras do primeiro Ateliê Formativo .....	76
5.4.2 Segundo Ateliê Formativo - Entrelaçando diálogos .....	79
5.4.3 Terceiro Ateliê Formativo – Os vincos da pesquisa .....	83
<b>6 O PRODUTO FINAL .....</b>	<b>86</b>
<b>6. 1 O documento .....</b>	<b>86</b>
6.1.1 Proposta de Documento Normativo e Orientador .....	86
<b>7 ALINHAVOS FINAIS .....</b>	<b>93</b>
<b>8 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO - REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICE II: QUESTIONÁRIO PARA PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL .....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO I: PARECER DO CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO II: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTUDO .....</b>	<b>126</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É coisa óbvia que haja carência das áreas municipais, mas é óbvio também que, tendo de enfrentar suas dificuldades, elas as superarão e só as enfrentando aprenderão a marchar. (FREIRE, 1995)

Embora a sociedade atual ainda se revele marcada por antagonismos sociais, divisão de classes e relações de dominação, as discussões em torno da educação pública aumentaram, consideravelmente, desde a promulgação da Constituição Federal (CF) do ano de 1998. A partir do texto em destaque, no artigo 205 da CF/1998, que normatiza a educação com direito de todos e responsabilidade do Estado, as reformas e políticas públicas ganharam notoriedade na pauta das prioridades dos sistemas educacionais.

De acordo com Rodríguez (2004), numa busca por modernizar os sistemas educativos, uma série de mudanças foram propostas, principalmente no íterim das políticas de gestão educacional, as quais focaram na descentralização de poderes, dando a estados e municípios responsabilidades para gerir e executar serviços educativos, enquanto poder público local. Nesse sentido, algumas discussões pautarão essa pesquisa, uma delas vincula-se a gestão pública educacional no município de Feira de Santana, Bahia.

A educação é uma área essencial à construção e desenvolvimento de uma sociedade, reconhecida através de leis com a CF de 1998 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394 de 1996. Falando especificamente da educação formal, aquela que “[...] possui objetivos e meios claramente definidos e tem como local de ocorrência principal, o ambiente escolar” (GADOTTI, 2005, p. 2), no Brasil, a obrigação da oferta é de responsabilidade dos entes federados – União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

No tocante as etapas iniciais da educação básica, por meio do processo de descentralização, advindo da materialização fomentado por uma nova ordem institucional e jurídica (AZEVEDO e GENTILI, 2000), é competência dos municípios, que devem fornecer a Educação Infantil (creches até 3 anos e pré-escolas para 4 e 5 anos) e o Ensino Fundamental (7 a 14 anos). Nesse sentido, o município emergiu como formulador de políticas educacionais, assumindo uma grande

carga de responsabilidades, mesmo frente a notórias fragilidades técnicas e financeiras.

Para dar conta dessa demanda, de acordo com a LDB de nº 9.394/96, organizadora da finalidade e os diversos aspectos da educação, os municípios devem estruturar os órgãos e instituições oficiais, os quais se responsabilizarão pelas diversas práticas educacionais, implementando novas formas de administração através de ações como redistribuir, autorizar, credenciar e supervisionar as unidades escolares.

Analisando essa notória responsabilidade dos municípios, torna-se necessário considerar um pensamento de Demo (2003), quando diz que é dentro da esfera municipal que tudo começa ou jamais começa. O autor reflete que a ausência de ações que majorem a autonomia gerencial e administrativa dos municípios, os tornam ficções federativas. É nesse ponto de reflexão que mora um dos maiores desafios da educação local, se estabelecer efetivamente como referência da cidadania popular. (DEMO, 2003)

Protagonizando nessa discussão a educação municipal feirense, sua gestão local se estrutura por meio de um sistema de ensino, organização que possibilita ao município assumir a autonomia no que se refere às políticas educacionais e ao estabelecimento de normas para a realização de suas ações. Foi a Lei nº 3.388/2013 que instituiu a educação do município de Feira de Santana como Sistema. O art 1º revela que,

A Educação Pública Municipal será organizada na forma de Sistema Municipal de Educação, gerido democraticamente, articulado em regime de colaboração com os Sistemas Nacional de Educação e o Sistema Estadual de Educação da Bahia, e será constituído por:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Conselho Municipal de Educação;
- III - Conselhos Escolares;
- IV - Assembleias Escolares;
- V - Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental criadas e/ou conveniadas com o Poder Público Municipal;
- VI - Instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Essa organização, na educação municipal de Feira de Santana, trouxe à baila um processo de descentralização para autonomia da gestão local, no que se refere às questões pedagógicas, administrativas e financeira. A

regimentação dessas ações acontece a partir do trabalho colaborativo desenvolvido pelos diversos órgãos e instituições, previstas no artigo 1º da lei supracitada.

Destacando aqui a Secretaria Municipal de Educação, foi criada por meio da Lei Municipal de nº 1.802/95, a qual apresenta sua estrutura administrativa e sua finalidade, e enquanto órgão gestor tem como competências planejar, acompanhar, controlar e avaliar as diversas ações educacionais do município. Contudo, numa leitura ampliada desta lei, não foi possível encontrar indicações no que se refere à organização das equipes de trabalho deste órgão.

Ampliando os caminhos da pesquisa, o acesso ao Decreto Municipal de nº 5.912 do ano de 1995, o qual aprova do Regimento dessa Secretaria, revela, no Capítulo IV, alguns cargos e atribuições, mas não traz elementos diretivos sobre o grupo que planeja, organiza e executa as diversas ações pedagógicas, a exemplo da formação dos profissionais do magistério. Notavelmente, essa falta de informações apresenta uma ausência de clareza na composição das equipes técnicas.

O funcionamento de uma Secretaria de Educação precisa priorizar políticas e estratégias que efetivem o ganho para os munícipes. E, por isso, não se podem incrementar práticas que firam os fundamentos organizacionais de um bom desempenho das ações no setor público, as quais precisam estar ancoradas nos princípios básicos da Administração Pública, apresentados no artigo 37 da Carta Magna de 1988.

De acordo com Nunes (2002), os princípios constitucionais são considerados como extremamente importantes dentro do sistema normativo. São eles que alicerçam as práticas na administração pública. Os “[...] princípios são linhas mestras, os grandes nortes, as diretrizes magnas do sistema jurídico, apontam os rumos a serem seguidos por toda a sociedade e obrigatoriamente a serem perseguidos pelos órgãos do governo (poderes constituídos)”. (ATALIBA, 2001, p. 6-7) Dessa forma, não podem ser rompidos, precisam ser balizadores de todas as ações públicas.

Parametrizando as informações obtidas por meio dos documentos legais que regem as práticas da Secretaria Municipal de Educação, de Feira de Santana, às evidências constitucionais que apontam as maiores leis da

educação nacional, evidencia-se, nesse estudo, a ausência instrumentos e/ou comprovantes que deem sustentação e regulamentem a constituição da equipe de formadores de professores, a partir de critérios técnicos que revelem as relações expressas entre os documentos legais que sustentam a educação municipal.

Assim, torna-se premente a problematização da gestão educacional local com um posicionamento político que seja fundante de um sistema educativo que viabilize a qualidade social da educação (LIBANEO; FREITAS, 2018) por meio do fortalecimento e efetividade das políticas públicas que são de responsabilidade do órgão gestor da educação municipal. Nesse entrecho, inserem-se as políticas de formação dos profissionais do magistério como políticas públicas subsidiadoras de ações educacionais locais, as quais realçam a necessidade de condutas interventivas, no contexto formativo e institucional, que se revelem como contextos de aprendizagens.

A formação dos profissionais de educação é possibilitadora da (re) construção de questões identitárias, de representatividade, compromisso político, domínio pedagógico, que são considerados como alicerces no processo de profissionalização (BARROS; NOBREGA, 2016). Essa é uma abordagem que se posiciona como um problema social de grande relevância nos dias atuais, pois os educadores têm um papel central nos fazeres que promovem a reparação das fraturas sociais (GATTI, 2019).

Falar sobre o trabalho dos profissionais do magistério revela um movimento de agir frente à assunção de um compromisso que se ancora nas necessidades de transformação social, um problema de grande relevância na contemporaneidade (GATTI, 2019). A partir dessa perspectiva, se estabelece a necessidade uma ação interventiva que possibilite a construção de um documento normativo sobre o processo de seleção, formação e avaliação dos profissionais que atuarão na formação de professores da educação municipal de Feira de Santana.

De acordo com informações da própria Secretária Municipal de Educação (2020), o quadro do magistério municipal é formado por servidores de carreira que em sua grande maioria têm formação acadêmica em nível superior com titulação de especialistas, mestre e doutores. Esses dados trazem grande responsabilidade institucional e pessoal no fazer dialético entre teoria e prática para a orientação do fazer docente, o que implica aos sujeitos que assumem a função de formadores de

professores posturas relacionais adequadas, (re) compreensões sociais e (re) significações das didáticas e das relações pedagógicas. (GATTI, 2019)

Junto a essa reflexão, é importante ressaltar a importância de uma atuação eficiente por parte do Executivo Municipal, representado pela Secretaria Municipal de Educação, uma vez que é sua responsabilidade promover ações que gerem e atendam os interesses da coletividade, conforme rezam os princípios da administração pública (CF, 1998). O reflexionar desse cenário se apresenta com a necessidade de uma ampliação de olhar sobre uma dimensão não muito despontada dentro do contexto do trabalho docente, que é o processo de seleção, formação e avaliação de profissionais da carreira do magistério público municipal que atuarão temporariamente como formadores de professores.

Dessa forma, esse projeto de pesquisa compõe a linha de pesquisa 1, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Intervenção Educativa Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a qual discute os novos contextos de aprendizagem, buscando analisar as configurações sócio educacionais que surgem a partir dos desenvolvimentos biopsicossociais.

A proposição visa uma análise dos cenários institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, formação e avaliação de formadores de professores, na educação pública municipal de Feira de Santana, e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatize e oriente as ações da gestão educacional local.

O projeto surge das vivências profissionais da pesquisadora construídas na Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana (SEDUC), enquanto servidora de carreira com cargo de Especialista em Educação<sup>1</sup>, lotada nesse órgão gestor e atuando no Departamento de Ensino. O trabalho realizado por esse setor envolve e compromete os profissionais de todas as instâncias da gestão educacional (gestores, coordenadores e professores), por meio da execução, orientação e coordenação das atividades pedagógicas que são atribuições da SEDUC (Lei Municipal de nº 1.802/95), a partir da implementação de programas e projetos institucionais e do desenvolvimento de formações continuadas. Assim, vale destacar

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação - aquele que titulado em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional, Supervisão Educacional ou Administração Escolar, ou aquele que, graduado para o cargo de professor, possua pós-graduação nas habilitações retromencionadas, execute atividades de administração, planejamento, orientação, supervisão e outras similares na área de Educação, respeitadas a Legislação Federal (Lei Orgânica Municipal de nº 01/1994).

que, para a execução de tais ações, um grupo de profissionais do magistério integra a chamada equipe técnica.

A temática dessa pesquisa me implica diretamente. Tenho um itinerário profissional de 12 anos de atuação trabalhando com formação de professores nos mais diversos espaços educativos. Entremeando essas experiências, a jornada profissional no serviço público, dentro do espaço da SEDUC, também é desenvolvida a partir do trabalho com formações.

Enquanto Especialista em Educação, atualmente assumo a função de formadora de professores<sup>2</sup>, agregando a atribuição de coordenar um grupo com 17 pessoas que realizam esse trabalho formativo. A partir dessa vivência, chamou-me a atenção a ausência de critérios técnicos, que atendam aos princípios constitucionais que regem a administração pública, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade (Art. 37), para a seleção interna dos profissionais que atuam temporariamente em ações de formação de professores na educação pública municipal de Feira de Santana, uma vez que a composição das equipes de trabalho acontece por meio de convites pessoais, indicação política ou outras formas de aproximação que não se fundamentam num campo profissional.

Nesse contexto, surge a questão dessa pesquisa: quais os cenários institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, formação e avaliação de formadores de professores, na educação pública municipal de Feira de Santana, e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatize e oriente as ações da gestão educacional local?

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa visa analisar os cenários institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, formação e avaliação de profissionais de carreira do magistério público municipal que atuarão como formadores de professores e que implicam na necessidade da construção de um documento que oriente tal processo. Os objetivos específicos serão:

- ✓ Potencializar a responsabilidade político-institucional do poder executivo municipal com a gestão educacional local;

---

<sup>2</sup> Durante toda a escrita, adotou-se essa expressão na busca por atender a uma especificidade na composição dos cargos do magistério do município de Feira de Santana. Segundo a Lei Complementar de nº 01/94, que dispõe sobre o estatuto, previdência e sistema de carreira dos servidores, tanto o cargo de Professor quanto o de Especialista em Educação podem assumir funções vinculadas a trabalhos de formação.

- ✓ Discutir sobre as políticas de seleção, formação e avaliação dos profissionais do magistério;
- ✓ Construir um documento normativo que oriente o processo de seleção do grupo profissionais de carreira do magistério público municipal que atuarão como formadores de professores.

Evidenciada a questão norteadora e estruturados os objetivos dessa pesquisa, a estrutura teórica dessa dissertação está organizada conforme apresentação abaixo:

No primeiro capítulo apresenta-se a introdução do estudo, com os aspectos gerais e ideias centrais da pesquisa. O segundo capítulo revela a metodologia utilizada para embasar e realizar esse estudo. Através de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, realizou toda a ação investigativa e interventiva, a qual respaldou-se através do descrever e explorar o problema apresentado. Devido ao contexto de emergência de saúde pública vivido durante a pesquisa, frente à pandemia da COVID 19<sup>3</sup>, todas as ações foram realizadas de acordo a Resolução nº 1.423/2020 da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Conselho Universitário (CONSU) e das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O terceiro capítulo problematiza o município e o seu papel na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais, a partir de um referencial legal, que se estrutura em legislações nacionais e locais. A discussão é amplida com o realce dado à Gestão Educacional na cidade de Feira de Santana. O capítulo está apoiado em um corpo teórico composto por autores como Mainardes, (2006), Castro (2011), Boito Junior (2007), Cury (2002), dentre outros;

O quarto capítulo insere uma dimensão importante na discussão desse estudo

---

<sup>3</sup> Em 30 de janeiro, do ano de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou um surto do novo coronavírus e que esse se constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PINHEIRO, 2021). O novo coronavírus causa a doença chamada de Covid-19, que é uma infecção respiratória aguda causada pelo SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado no dia 26 de fevereiro (MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR), 2021). Com a disseminação do vírus no país, estudos evidenciaram a necessidade de distanciamento social como tentativa de conter o avanço dos casos. Nesse contexto, a educação precisou readequar suas práticas, uma vez que, as aglomerações, comuns nas ações presenciais, representava grande risco para os diversos atores envolvidos nas ações educativas. As autoridades decretaram medidas bastante rígidas, como a instituição de medidas trabalhistas, a exemplo das férias e suspensão temporária das aulas, e como forma de otimizar as ações educacionais o uso da internet e o ensino remoto contraiu ampla visibilidade e implementação.

a formação dos profissionais do magistério como política pública educacional. A reflexão é conduzida por grandes teóricos como Ball e Mainardes (2011), Cury (2002), Libâneo (2018), Azevedo e Ribeiro (2004), Gatti (2019), Nóvoa (2011), Santos (2007), dentre outros, que, de forma delineada e contributiva, compõem a escrita e fundamentam o pensar das políticas públicas locais para a formação dos profissionais do magistério da educação pública municipal de Feira de Santana-BA.

O quinto capítulo expõe os resultados e discussões, por meio de diálogos construtivos e propositivos sobre a seleção de formadores de professores na gestão educacional local em Feira de Santana.

E, o sexto capítulo apresenta o produto final – um documento normativo e orientador como proposta de intervenção na ação de organização da equipe de formadores de professores da Secretaria Municipal de Educação, o qual organiza e legitima o processo de seleção.

## 2 VIÉS METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esse capítulo discorrerá sobre o caminho percorrido na organização e desenvolvimento da pesquisa, que se fundamenta numa ação interventiva e intencional de desenvolvimento de uma proposta de documento normativo e orientador para o processo de seleção dos profissionais do magistério público municipal de Feira de Santana que comporão futuras equipes de formadores de professores.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) e teve aprovação em 30 de março de 2021. Está validada através do Parecer nº 4.620.456 (Anexo I), o que notabiliza a prevalência da ética em todas as ações desenvolvidas.

Os binômios, pesquisa e produção de conhecimentos, apresentam relações indissociáveis, tendo em vista que construir conhecimento se revela como um ato humano que se estrutura a partir de “[...] um todo que não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese”. (KOSIK, 1976, p. 42)

Posto isso, a presente pesquisa de natureza aplicada busca, a partir de condutas interventivas e alicerçada numa intenção de rompimento de paradigmas e mudanças sociais, vincular a produção do conhecimento à ação de investigação (TEXEIRA; NETO, 2017), ao tempo em propõe a disponibilização de um produto palpável, que articula investigação científica e demanda social. Dessa forma, entende-se a relação dual entre teoria e a prática, importante no processo de construção de conhecimentos.

A pesquisa se desenvolveu partindo das premissas de um comprometimento com a articulação dos interesses locais, uma vez que, de acordo com os autores supracitados, é vista como uma modalidade de investigação útil na geração de conhecimentos que possibilitam “[...] desenvolver processos formativos, nos quais, os pesquisadores e demais sujeitos envolvidos, atuam na intenção de resolver questões práticas sem deixar de produzir conhecimento sistematizado”. (TEXEIRA; NETO, 2017, p. 1056)

## 2.1 Demarcação do espaço

O *locus* da pesquisa é a cidade de Feira de Santana, com um recorte para o cenário da educação pública municipal. Esta cidade integra o grupo de municípios baianos que compõem o Território de Identidade Portal do Sertão, cuja extensão territorial é de 5,7 mil Km<sup>2</sup>, com população estimada em aproximadamente 880 mil habitantes. (PORTAL DO SERTÃO, 2015)

O Portal do Sertão é reconhecido como um dos territórios baianos mais dinâmicos, no que tange às questões econômicas, e se destaca nas relações comerciais e de prestação de serviços. Nesse contexto, Feira de Santana registra destaque na região, uma vez que é uma cidade de entroncamento e está localizada numa região estratégica da Bahia, a qual compreende o maior centro rodoviário do Norte/Nordeste.

A cidade feirense lidera a região metropolitana e se posiciona como o 34º município mais populoso do país, o 2º maior do estado da Bahia. Possui uma população com cerca de 614.872 habitantes, de acordo com os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019.

**Figura 1** - Infográfico Feira de Santana – Território de Identidade Portal do Sertão



Fonte: Produção autoral, 2020.

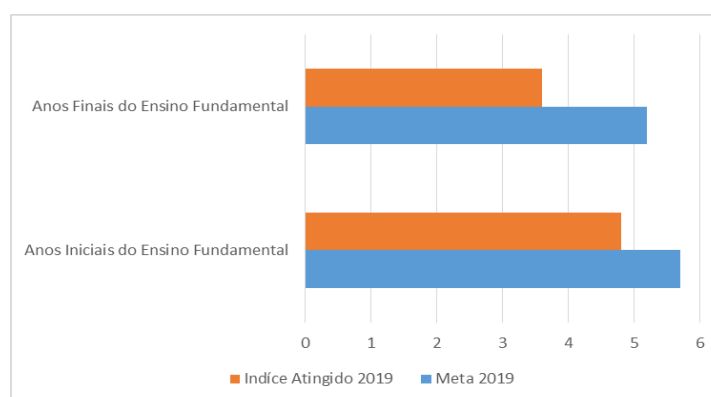
De acordo com o Censo Escolar 2020, o município de Feira de Santana possui 410 escolas, no que se refere à Educação Básica, incluindo as instituições

privadas, os colégios estaduais e as escolas municipais, dentre as quais se revelam num percentual de 50,4%. Esse cenário revela que esta cidade, além de ser reconhecida pela sua forte atuação comercial e industrial, se destaca também no campo educacional. Apesar de um contexto educacional robusto, no que se refere à dimensões quantitativas, não apresenta um cenário educacional organizado.

O município de Feira de Santana, apresenta desafios comuns a outras realidades do país quanto a redução do quadro de desigualdade social através de ações no âmbito da educação, haja vista a grande necessidade de análises dos diversos indicadores educacionais e do investimento nas políticas públicas voltadas para a qualidade da Educação Básica.

Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica<sup>4</sup> (IDEB) (2019), revelam que a educação municipal feirense cresceu, mas ainda não atingiu a meta estabelecida pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que é definido pelo Ministério da Educação (MEC), alcançando apenas os índices de 4,8 e 3,6 para o Ensino Fundamental, anos iniciais e finais respectivamente. Tais números se revelam insuficientes para atingir as metas relacionadas à qualidade para os sistemas educacionais, numa escala de progressão de 0 (zero) a 10 (dez).

**Gráfico 1-** IDEB da educação municipal feirense – Índice Atingido X Meta Projetada



Fonte: Produção autoral, com base no IDEB do ano de 2019.

<sup>4</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É formulador para medir a qualidade do aprendizado nacional e a partir dos dados estabelecer metas para a melhoria do ensino no país. É composto por dois componentes - a taxa de rendimento escolar (aprovação), obtidos através do Censo Escolar que é realizado anualmente, e as médias de desempenho das avaliações de larga escala aplicadas pelo INEP. (MEC, 2010)

Ampliando essa discussão, é importante evidenciar que a organização da educação municipal feirense é amparada pelo princípio da autonomia (política, administrativa, pedagógica e financeira), uma vez que, conforme alguns documentos legais como a Lei Orgânica do Município de nº. 030/90; a Lei nº. 1.477/91 (que dispunha sobre o Conselho Municipal de Educação); a Lei nº. 1.547 de 1992, que alterou a Lei nº. 1.477 de 1991; a Lei, que instituiu a Lei Orgânica da Educação e o Decreto nº. 6.125/98, que regulamenta o regimento interno do Conselho Municipal de Educação e a Lei Municipal nº. 3.388, de 20 de junho de 2013, a educação pública municipal organizou-se como Sistema Municipal de Educação. (CASTRO, 2011)

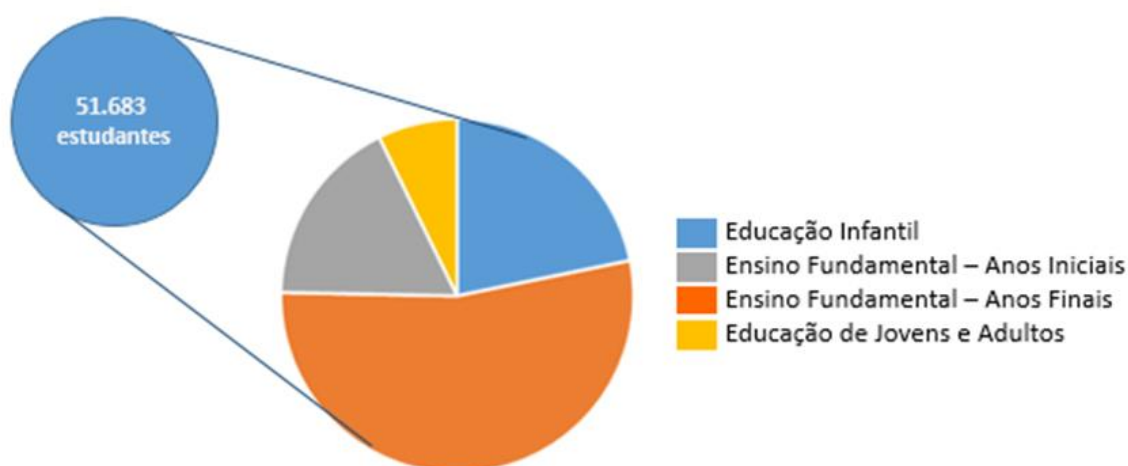
**Tabela 1-** Documentos que regulamentam o Sistema Municipal de Ensino de Feira de Santana

<b>Documento legal</b>	<b>Finalidade</b>
Lei Complementar Nº 1/94	Dispõe sobre o Estatuto, Previdência e Sistema de Carreira dos Servidores do Município de Feira de Santana e de suas Autarquias e Fundações.
Lei Orgânica do Município de nº. 030/90	Lei Orgânica do Município de Feira de Santana/BA.
Lei Nº 1802/95 de 08 de julho de 1995	Modifica a Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, e dá outras providências.
Decreto Nº 5.912 de 06 de novembro de 1995	Aprova o regimento interno da Secretaria Municipal de Educação
Lei Municipal nº. 3.388, de 20 de junho de 2013	Institui o Sistema Municipal de Educação do município de Feira de Santana e dá outras providências.
Lei Nº 3651, de 16 de Dezembro de 2016.	Institui o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana e dá outras providências.

Fonte: Produção autoral, 2020.

Um dos órgãos que compõem a estrutura do sistema municipal é a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), instituição responsável pela coordenação e implementação de ações e políticas no âmbito educacional, e vale destacar que compõe o sistema de ensino mais complexo, em dados quantitativos, do interior da Bahia. Atualmente, a Educação Pública Municipal atende a uma demanda de aproximadamente 51 mil estudantes, na educação básica, a partir de uma estrutura com 206 unidades escolares (SEDUC, 2020), além de organizar-se a partir de outros elementos e composições legais. (ROMÃO, 2000)

**Figura 2** - Infográfico Dados do atendimento da educação pública municipal



**Fonte:** Produção autoral, dados da SEDUC, 2020.

O infográfico acima, apresenta dados quantitativos importantes sobre o agigantado cenário de atendimento da educação pública municipal, da cidade de Feira de Santana. Todavia, tal volume se apresenta para além de uma estatística numérica, posto que análises qualitativas revelam, em suas entrelinhas, outros indicadores importantes da educação pública municipal, tais como a estrutura pedagógica e administrativa, a infraestrutura física, a gestão orçamentária e financeira e a qualificação e valorização profissional, as quais se configuram-se como dimensões consideráveis de redefinições educacionais.

De acordo com a Lei Municipal de nº 1.802/95, a Secretaria Municipal de Educação tem, dentre as suas finalidades, o papel de exercer, orientar e coordenar as atividades pedagógicas, a partir do traçar de políticas de ensino; da elaboração

do Plano Municipal de Educação; da organização e administração o ensino no âmbito do município; e dentre outras funções, a de conciliar a política educacional do município com as diretrizes e bases traçadas a nível nacional. (Art. 12)

Nesse sentido, o presente estudo ancora-se em uma revisão das produções bibliográficas e documentais sobre o tema, buscando “[...] reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos”. (DEMO, 2000, p. 20)

Uma análise debruçada em documentos legais que regulamentam as ações da Secretaria Municipal de Educação e as políticas públicas locais, como resoluções, decretos e portarias oportunizaram a recolha de dados importantes para o andamento da pesquisa.

## 2.2 Entre os bordados das produções – inspirando-se no estado da arte

Buscando um rompimento de fronteiras e da recolha de informações sobre produções no campo teórico-metodológico desta pesquisa, não evidenciou-se construções aproximativas nos trabalhos sob análise. Tal ação revestiu-se da inspiração no estado da arte, a qual de acordo com Marconi e Lakatos (1991, p.142) “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”.

Ampliando o olhar sobre a produção brasileira no que se refere a formadores de professores, entre 2015 e 2019, realizou-se uma breve verificação no sistema de publicações de dissertações e teses defendidas do Programas de Mestrado Profissional em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que tem como foco a Formação de Formadores de Professores. A escolha a este banco de dados se justifica pela temática abordada pelo programa, a qual tem vínculo direto com o objeto de estudo dessa pesquisa e soma significativamente a pertença a um mestrado profissional.

Segundo Romanowski e Ens (2006, p. 41), voltar o olhar para produções já realizadas sobre a temática que se pretende pesquisar permite ao pesquisador ter “[...] uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes.”

Para a coleta e a categorização dos dados, organizou-se uma tabela com informações sobre ano de publicação, título da pesquisa, o objetivo geral e a identificação nominal do pesquisador.

A investigação das produções aconteceu a partir do acesso ao *site* <https://www.pucsp.br/en/node/308#dissertacoes-e-teses-defendidas>. O banco conta com um catálogo de 178 pesquisas defendidas. Como categorias de seleção foi realizada, a partir da aplicação de filtros, uma busca na qual inter cruzou-se palavras-chave como “gestão educacional”, “políticas públicas” e “formação de formadores de professores”. Dentre os resultados apresentados, as produções identificadas no quadro abaixo são as que se conectam com o tema dessa pesquisa.

**Tabela 2** – Produções acadêmicas com temáticas voltadas para formação de formadores

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>Pesquisador</b>
2016	Sentidos e significados sobre o estudo e o planejamento para a formação de formadores: uma experiência com professores coordenadores do núcleo pedagógico	Compreender criticamente os sentidos e significados compartilhados na atividade de planejamento de pauta de formação para professores coordenadores.	Fernando Mansano Cruz
2016	O diálogo como estratégia de formação continuada de formadores em serviço	Compreender se e de que modo o diálogo produzido após a observação realizada pelo formador da prática do formando se constitui estratégia de formação continuada de formadores em serviço.	Sayuri Masukawa

2018	As significações do formador de formadores sobre sua atividade profissional no âmbito da formação continuada em serviço	Apreender as significações do “formador de formadores” sobre a sua atividade profissional no âmbito da formação continuada em serviço, antes, durante e depois da participação no Programa Tutoria.	Rodnilson Luiz Ferreira
2018	Formação continuada de formadores técnicos de Secretaria de Educação	Investigar os processos de formação continuada dos formadores de professores e CPs da Oficina Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Francisco Morato.	Ana Paula Alves Pereira Ferreira

Fonte: Produção autoral, a partir de dados obtidos no sistema de publicações da PUC-SP

Dentre as produções relacionadas tabela acima, percebe-se a pesquisa de Ferreira (2018)<sup>5</sup> é a que apresenta alguma aproximação com o presente estudo. Na escrita, a autora buscou investigar os processos de formação continuada de formadores técnicos de Secretaria de Educação, mas não evidencia as dimensões de intervenção que coadunem com a proposta dessa pesquisa.

A tabela revela produções relevantes e contributivas para o campo acadêmico, mas sugere a necessidade de realização de estudos que estejam para além do processo da descentralização e da expansão da educação municipal. A formulação de novas propostas de (re) organização das ações, práticas e equipes profissionais que executam as diversas funções dentro do órgão gestor ratifica valores necessários para grandes modificações na configuração dos sistemas educacionais.

### 2.3 O molde da intervenção – entrelaçando elementos

<sup>5</sup> Dissertação produzida na no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores.

Com características de um trabalho teórico-metodológico, essa escrita se organizará por meio de uma reflexão conjunta entre pesquisadora e participantes da pesquisa, o que traz uma validação para o processo. Daí a escolha por trabalhar com pesquisa qualitativa de natureza aplicada, com finalidade descritiva e exploratória. Buscar-se-á nesse fazer estruturar as ações por meio de caminhos e práticas que possibilitem uma robusta constituição de uma cultura participativa (IMBERNÓN, 2010) entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa, como foco para um maior significado desse trabalho.

A proposição da pesquisa aplicada coaduna diretamente com ações interventivas, realizadas nesse estudo, através de práticas concretas e emancipatórias que revelam no movimento e no desenvolvimento interno esclarecimentos para os procedimentos desenvolvidos. (PEREIRA, 2019)

No âmbito educacional, na educação básica, essa proposta promove uma maior receptividade ao desenvolvimento da pesquisa, visto que coloca os profissionais do magistério como possuidores e produtores de conhecimento. E esse é um ponto de suma importância um resultado que se revele a partir de engajamentos científicos, políticos e que se torne multirreferencial para proposições e mudanças sociais.

Na busca por inter-relações significativas e buscando amalgamar os contributos formativos dessa pesquisa ao contexto da educação pública municipal de Feira de Santana, estabelece-se que a participação “[...] constitui uma estratégia fundamental para lidar com problemas que se afiguram demasiado pesados para serem enfrentados em termos puramente individuais”. (BOAVIDA; PONTE, 2002, p.43)

Essa pesquisa teve como cenário a Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, instituída pela Lei de nº 1802/95 e que se configura como órgão gestor da educação, em âmbito municipal, responsável pela implementação de políticas públicas educacionais, inclusive de seleção de pessoal e de formação de professores. O estudo foi realizado e desenvolvido com a participação de representantes institucionais e servidores efetivos do magistério municipal.

#### 2.4 A coleta de dados

Uma das estratégias para produção desse estudo foi o trabalho da coleta de dados. De acordo com Minayo (2007) a palavra é um instrumento privilegiado de coleta de informações, a qual possibilita revelar símbolos, regras, normas, estruturas e sistemas de valores o que caracteriza a palavra como expressão das relações e conflitos.

Nesse sentido, a pesquisa contou com dados advindos de uma análise documental, a qual foi fundante para fundamentar legalmente a pesquisa e evidenciar as ações (des) asseguradas pela gestão municipal. Nesse sentido, o estudo de leis, portarias, decretos e resoluções, publicadas pelos diferentes entes federados explicitou os propósitos legais em relação à temática investigada nessa pesquisa.

Outra fonte de coleta de dados para o presente estudo foi a aplicação de 2 (dois) questionários. Um deles aplicado ao primeiro grupo de participantes da pesquisa - os representantes institucionais da Secretaria Municipal de Educação (Apêndice I) e o outro aplicado ao segundo grupo - os profissionais efetivos do magistério público municipal que desejam ou já atuam como formadores de professores na educação pública municipal (Apêndice II).

Esta ferramenta foi utilizada também como estratégia de convite aos participantes da pesquisa, e como um instrumento de escuta formativa (OLIVEIRA, 2012), a qual apresentará as expectativas dos participantes frente à pesquisa. De acordo com Oliveira (2012), a ação da escuta formativa além de aproximar a pesquisa à realidade local, possibilita um movimento das informações, (re) construção de conhecimentos e trocas de experiências.

Os questionários foram construídos com base em critérios pré-estabelecidos, de inclusão e exclusão, como forma de estruturar o planejamento das ações. Foram elaborados através de ferramentas virtuais, que se justificou por conta do contexto sanitário vivido.

Os critérios de inclusão e exclusão para os participantes da pesquisa foram aplicados da seguinte forma:

Os representantes institucionais – Foram convidadas 3 (três) servidoras de carreira da educação municipal e a escolha está justificada:

- Por pertencerem ao quadro de profissionais do magistério, o que trouxe maior legitimidade à participação e às contribuições que foram dadas à pesquisa;

- Pelo tempo de atuação dentro do órgão gestor - 2 (duas) já atuam há mais de 11 anos e 1 (uma) tem de 6 a 9 anos de atuação, o que revela trajetórias consolidadas dentro desse espaço;
- Atuação com a função de formadoras ou coordenando ações de formação, critério em que todas se enquadraram e de forma substancial, uma vez que possuem arcabouço teórico e vivencial;
- Se habilitar a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Além das três participantes supracitadas, compôs o grupo das representantes institucionais a Secretária de Educação do município. Os critérios para a participação foram estar nomeada para a função e a assinatura do TCLE. A participação desta é importante nesse processo, uma vez como responsável por viabilizar e autorizar as ações dentro da Secretaria Municipal de Educação, será ela que, de posse do documento apresentado como produto final dessa pesquisa, poderá validar e implementar a proposta.

Todos os representantes institucionais receberam questionário através do aplicativo *Whatsapp*, e o acessaram por meio do *link*: <https://forms.gle/UNEcoLd3NyXfy5Re8>.

As 4 (quatro) participantes (representantes institucionais), aceitaram o convite e participaram da pesquisa apresentando contributos importantes para a estruturação do estudo.

**Tabela 3** – Dados Sociodemográficos, Acadêmicos e Profissionais de Representantes Institucionais

Pseudônimo	Sexo	Identificação étnica	Representação Institucional	Função que exerce/exerceu na Secretaria Municipal de Educação (para os servidores de carreira)	Nível de escolaridade	Tempo de experiência no cargo
Mariana	Feminino	Pardo	Servidor (a) de Carreira	Coordenadora pedagógica	Ensino Superior (mestrado)	Acima de 11 anos
Peônia	Feminino	Pardo	Servidor (a) de Carreira	Chefia da Divisão de Ensino Fundamental/ Direção do Departamento de Ensino	Ensino Superior (especialização)	De 6 a 9 anos
Flôr	Feminino	Amarelo	Servidor (a) de Carreira	Especialista	Ensino Superior (mestrado)	Acima de 11 anos
Secretário (a) de Educação	Feminino	Pardo	Secretário (a) de Educação		Ensino Superior (doutorado)	Menos de 1 anos

Fonte: Produção autoral a partir do questionário aplicado.

O segundo grupo participante da pesquisa foi composto por profissionais efetivos do magistério público municipal. Alguns critérios foram estabelecidos como forma de organizar a participação. Foram eles:

- Pertencer ao quadro efetivo dos profissionais do magistério da educação municipal;
- Ter, no mínimo, de 3 anos de atuação na educação municipal de Feira de Santana;
- Possuir experiência como formador, dentro das unidades escolares, na Secretaria Municipal de Educação ou em outros espaços profissionais;
- Possuir disponibilidade de horário, no noturno, para participar dos Ateliês Formativos (ação de intervenção realizada na pesquisa), sem interferir na carga horária profissional;
- Ter acesso à tecnologia da informação, ou seja, equipamentos e internet;
- Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O questionário foi enviado ao grupo de profissionais do magistério público municipal que assume a função de formadores de professores dentro da Secretaria Municipal de Educação e aos profissionais que assumem a função de coordenadores pedagógicos nas unidades escolares. No caso dos coordenadores, a escolha se deu pela natureza do trabalho pedagógico desse grupo, que nas diversas ações nos espaços escolares, (con) vivem com diversas práticas formativas.

O envio do questionário, a esse grupo, também aconteceu por meio do aplicativo *Whatsapp*, e o acesso esteve disponível no *link*: <https://forms.gle/N4aA7kc4sCdATC8EA>. Tanto os formadores quanto os coordenadores pedagógicos participam de grupos de trabalho institucional, organizados através do aplicativo *Whatsapp*, o que facilitou o envio para todos que ocupam tais funções.

O questionário recepcionou as respostas por um período de 15 dias. O envio alcançou um total de 35 formadores de professores e 102 coordenadores pedagógicos, contudo apenas 3 formadoras de professores e 2 coordenadoras pedagógicas aceitaram participar da pesquisa, sendo que no decorrer do processo apenas uma das coordenadoras deu continuidade à ação.

**Tabela 4 – Dados Sociodemográficos, Acadêmicos e Profissionais dos Profissionais do Magistério Público Municipal**

Pseudônimo	Sexo	Identificação étnica	Servidor (a) efetivo (a) do magistério público municipal?	Cargo	Função	4. Nível de escolaridade	Tempo de atuação enquanto servidor efetivo do magistério público municipal.	Tem experiência como formador (a) de professores (as)?	Tempo de experiência como formador (a) de professores (as)
Girassol	Feminino	Pardo	Sim	Professor (a)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Ensino Superior (especialização)	Acima de 11 anos	Sim	Acima de 11 anos
Drisbeiro	Feminino	Negro	Sim	Especialista em Educação	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Ensino Superior (especialização)	De 6 a 9 anos	Não	
Maria Flor	Feminino	Pardo	Sim	Professor (a)	Formador (a) Professores (as) atuante na Secretaria Municipal de Educação	Ensino Superior (mestrado)	Acima de 11 anos	Sim	De 3 a 6 anos
Madame X	Feminino	Pardo	Sim	Professor (a)	Formador (a) Professores (as) atuante na Secretaria Municipal de Educação	Ensino Superior (especialização)	De 3 a 6 anos	Sim	De 6 a 9 anos
Alice	Feminino	Pardo	Sim	Professor (a)	Formador (a) Professores (as) atuante na Secretaria Municipal de Educação	Ensino Superior (especialização)	Acima de 11 anos	Sim	De 6 a 9 anos

Fonte: Produção autoral a partir do questionário aplicado.

A adesão à participação da pesquisa foi voluntária, e na análise do perfil das inscritas, validou-se a partir do atendimento aos critérios pré-estabelecidos. Durante a análise de dados perceber-se á o uso de pseudônimos para as participantes da pesquisa. Nos questionários aplicados, uma das questões solicitou a indicação de um nome pelo qual gostariam de ser chamadas, e é por eles que estão identificadas durante a escrita. A Secretária de Educação, uma das representantes institucionais, fez opção do não uso de nome fictício e se apresenta na pesquisa com identidade própria. Contudo, seguindo a ética aplicada em todo desenvolvimento da pesquisa, adotou-se para essa referência o próprio nome do cargo que ocupa – Secretária de Educação.

O exercício atual com a função de formadoras de professoras, seja na Secretaria de Educação, seja nas unidades escolares, garantiu às 5 (cinco) profissionais do magistério (formadoras e coordenadoras pedagógicas) a integração no grupo que participou da ação interventiva proposta nesse estudo – os Ateliês Formativos, e de forma bastante participativa ajudaram a escrever o produto final da pesquisa – o documento normativo e orientador.

## 2.5 Ateliês Formativos - uma proposta de ação interventiva

Ampliando as estratégias para a produção dessa pesquisa, ainda como processo de coleta de dados, uma ação interventiva de formação foi organizada, por meio de Ateliês Formativos (AF), dos quais participaram apenas os profissionais efetivos do magistério público municipal que estão exercendo a função de formadoras de professoras, na Secretaria de Educação, e as coordenadoras pedagógicas, que dentre suas diversas funções exerce o papel de formadoras de professores nas unidades escolares. Ao todo foram 5 (cinco) profissionais inscritas, e como atendiam aos critérios estabelecidos, todas puderam participar dessa etapa da pesquisa. Por motivo não justificado, uma das inscritas não compareceu aos Ateliês, o que ao final do processo contabilizou-se apenas 4 (quatro) participantes efetivamente, com oscilação de presença entre os dias de encontro.

Os AF's, definidos como ação de intervenção socioeducativa da pesquisa em questão foram utilizados como dispositivos de diálogo, os quais se constituíram também como espaços de escuta, coleta e construção dados. Durante a realização foi possível perceber as expectativas dos participantes sobre os critérios de seleção, formação e avaliação de formadores de professores.

Foram abordados temas essenciais com ampla demanda reflexiva, como: o município como formulador de políticas públicas e suas responsabilidades educativas; as políticas de formação dos profissionais do magistério; e a proposta de seleção e avaliação de formadores de professores. De acordo com Silva; Medeiros (2020), essa estratégia se apresenta como peça potente e importante nas trocas favorecidas pelas pesquisas colaborativas. Dessa forma, as autoras enfatizam que os ateliês formativos são

[...] condizentes com as especificidades de uma pesquisa de Mestrado Profissional, a qual exige uma intervenção formativa que oportunize ouvir as vozes dos sujeitos, num movimento de ação-reflexão-ação, permitindo, desta forma, um construir de saberes e conhecimentos a partir dos significados apreendidos no grupo de discussão, além dos sentidos produzidos, em todo o percurso, pela interação e troca de experiências entre colaboradores/as e pesquisadora. (SILVA; MEDEIROS, 2020, p. 127)

Com o intuito de evidenciar a organização dos Ateliês Formativos o quadro abaixo apresenta a organização e o detalha o processo de desenvolvimento.

**Figura 3 – Estrutura da Ação Interventiva – Ateliês Formativos**

TEMA	OBJETIVO	DATA	HORÁRIO	CONVIDADO	PLATAFORMA VIRTUAL
O município como formulador de políticas públicas: responsabilidades educativas	Dialogar sobre as responsabilidades do município na educação tendo em vista os princípios constitucionais.	13 de outubro de 2021	19h	Prof <sup>º</sup> . Esp. Marcos Rosa	Google Meet
As políticas de formação dos profissionais do magistério	Refletir sobre as políticas de formação, caracterizando o sistema e as concepções de formação, sobretudo para aqueles que atuam como formadores de professores.	09 de novembro de 2021	19h	Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>ª</sup> . Giovana Cristina Zen	Google Meet
Escuta para a proposta de seleção e avaliação de formadores de professores	Propor uma normativa para seleção, atuação e avaliação dos formadores de professores.	10 de novembro de 2021	19h	Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>ª</sup> . Selma Datro e Prof <sup>ª</sup> . Karina Macêdo	Google Meet

Fonte: Produção autoral, 2021.

Conforme estrutura acima, foram realizados 3 (três) Ateliês Formativos que aconteceram no noturno, e tiveram duração de 1h e 30 min aproximadamente, cada um.

O primeiro Ateliê teve como título “O município como formulador de políticas públicas: responsabilidades educativas” e se desenvolveu a partir de diálogos sobre as responsabilidades do município na educação tendo em vista os princípios constitucionais. A pesquisadora mediou todo o processo que teve como convidado, para discorrer sobre o tema, o professor Marcos da Silva da Rosa, mestrando em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia; Especialista em Filosofia Contemporânea (UEFS); Especialista em Ensino de Filosofia no Ensino Médio (UFBA) e Especialista em Gestão Pública (UNIVASF); Licenciado em História (UNEB); e graduado em Direito (UEFS).

Foi um momento extremamente produtivo e construtivo, os diálogos foram coletivos e durante o processo os participantes construíram um quadro referencial sobre os princípios constitucionais tão bem discutidos durante a apresentação.

O segundo Ateliê Formativo foi conduzido pela professora Giovana Cristina Zen, Pedagoga e Psicopedagoga, mestre em Educação (UNEB) e Doutora em Educação (UFBA). Integra o Grupo de Pesquisa em Formação de Professores (FEP) e atua como Vice líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Didática e Ludicidade (GEPEL).

A pesquisadora, juntamente com a orientadora da pesquisa, mediaram a noite formativa, que para além da exposição dialogada possibilitou aos participantes momentos de discussões adjacentes sobre as políticas de formação, caracterizando o sistema e as concepções de formação, sobretudo para aqueles que atuam como formadores de professores.

O terceiro e último Ateliê realizou uma escuta para a organização de uma normativa para seleção, atuação e avaliação de formadores de professores. O momento foi conduzido pela pesquisadora e visou preencher uma planilha com as dimensões imprescindíveis para estruturação do documento.

A realização dos Ateliês Formativos agregou valor significativo à pesquisa e revelou-se como uma construção coletiva de saberes, promovendo formação continuada dos envolvidos, desenvolvimento profissional e institucional, além de ter conseguido relacionar valores e compromissos que problematizaram e discutiram o contexto da gestão educacional e favorecendo a construção identitária do trabalho docente a partir de uma outra dimensão, a qual ganha significado social.

Vale ressaltar que, como as vivências sociais estão entremeadas por contextos de distanciamento social, devido à disseminação do vírus da COVID-19, em meio à população, a pesquisa ora apresentada buscou atender à todas as orientações de biossegurança estabelecidas pelos órgãos de saúde. O caminho escolhido utilizou as estratégias disponibilizadas por meio do mundo virtual, através do uso tecnologias digitais.

Durante a análise da dados utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo, como um caminho metodológico a qual organizou e tabulou os dados qualitativos, usado para descrever e interpretar o conteúdo de uma gama de documentos e textos, que foram coletados a partir das análises documentais e das narrativas que se estruturaram por meio da ação interventiva dos Ateliês. A análise de conteúdo

trouxe a possibilidade de leituras e interpretações de conteúdos de toda classe de documentos, que contribuíram significativamente com a construção de conhecimentos, aspectos e fenômenos da vida social. (OLABUENAGA e ISPIZÚA, 1989).

Para além disso, considerando a natureza epistemológica do mestrado profissional, como produto dessa pesquisa, a partir dos resultados gerados por meio dos dados coletados nos questionários que foram aplicados (com os representantes institucionais e com os profissionais efetivos do magistério público municipal) e das produções construídas dentro dos Ateliês Formativos, foi criado um documento normativo e orientador como proposta para regulamentar o processo de seleção, formação e avaliação de formadores de professores da educação pública municipal de Feira de Santana.

Essa produção foi uma ação conjunta entre os participantes da pesquisa e a pesquisadora, a qual sistematizou as ideias e formatou toda a estrutura do documento.

## 2.6 A proposição do produto

Como uma característica pedagógica dos mestrados profissionais a elaboração de um produto final se faz imprescindível, uma vez que a busca pela integração da teoria com a prática possibilita uma real construção de produções inovadoras, associadas a evidências científicas.

O documento proposto tem caráter político e administrativo não é algo feito e finalizado de forma indefectível, apesar da proposta ser de normatizar e orientar. Os textos precisam acompanhar as relações sociais, tempo e o local específico de sua produção, como resultado de disputas, acordos e representatividades. Cabe refletir que a elaboração dos textos legais não se restringe às ideias das discussões iniciais, mas se perpetua por todas as etapas de uma proposição da política. (MAINARDES; MARCONDES, 2009) De forma ampliada, esse documento pode ser reconhecido como um ativo intangível de propriedade intelectual, o qual será submetido, para registro, na Agência de Inovação da UNEB.

### **3. O MUNICÍPIO E O SEU PAPEL NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

Num contexto de institucionalidade democrática diversos temas ganharam notoriedade e adentraram no bojo das discussões sobre políticas sociais, sobretudo na década de 80, quando legitima-se a Constituição Federal, em 1988. Na esfera educacional, os avanços são flagrantes. Concretamente, é verificável a oferta de ensino ampliada a partir de pressões populares, e na letra da lei, a qual afirma a educação como direito público subjetivo (Art. 208, § 1º), vê-se um aumento dos recursos financeiros e uma reorganização das funções dos entes federados, os quais precisaram reescrever seus papéis na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais.

As políticas públicas educacionais brasileiras, desde as iniciais implementações, no contexto da educação institucional e formal, passam por uma série de modificações. Esse é um processo impulsionado por lutas populares, as quais buscam validar direitos, frente às necessidades das coletividades representadas por meio dos mais variados grupos sociais. (MAINARDES, 2006)

Falar de políticas, dentro dos espaços educativos, é entender a necessidade do reconhecimento e contemplação das prerrogativas conquistadas pela população através de atos constitucionais. A história da educação manifesta essa proclamação de direitos ao longo das testilhas coletivas, que, a todo tempo, buscaram uma reestruturação do sistema, em seus diversos aspectos (políticos, sociais e econômicos), a fim de garantir o rompimento de modelos hegemônicos em prol do benefício das diversas camadas populares. (BOITO JÚNIOR, 2007)

Apesar das relações e vivências sociais ainda serem permeadas com uma série de controvérsias políticas, a Constituição Federal (CF) de 1988 traz em seus escritos, do capítulo III, uma articulação que vincula as políticas públicas educacionais à função social da escola. Conforme a CF de 1988, a educação é um direito de todos o que a torna um caminho de desenvolvimento, já que possibilita aos sujeitos uma inserção social. (CURY, 2002)

Ao instituir as competências de cada ente federativo, a CF de 1988 destaca as responsabilidades delegadas aos municípios no que tange às ações educacionais, a partir de novas responsabilidades no campo da educação, no que se refere a oferta, criação e implementação das políticas públicas. Enquanto poder público local,

os municípios devem asseverar princípios fundamentais promotores de ações participativas, democráticas e descentralizadoras, previstas constitucionalmente, organizando, mantendo, desenvolvendo e operacionalizando todas as demandas educacionais.

Ao falar sobre princípios fundamentais dentro de contextos educacionais, é preciso demarcar a intencionalidade das ações que serão desenvolvidas, por cada ente federado. De acordo com Gadotti (1999), a partir do entendimento da realidade, do conhecimento teórico e prático dos problemas que circundam a educação é que se realiza a adequação dos meios para a geração de resultados. É imprescindível discutir que todas as ações desenvolvidas nesse viés devem aparar-se nos conceitos da administração pública subvinculados aos princípios constitucionais brasileiros.

A ideia que administração pública, de acordo com Gomes e Morgado (2012), pode ser amplamente definida como práticas com função tanto administrativas quanto políticas, revela a necessidade que sua implementação seja lastreada por ações legais.

Administração Pública, em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos servidores públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. (MEIRELLES, 2009, p. 65)

A despeito, a vinculação deste conceito de administração pública ao cenário educacional se impetra pela ação-reflexão-ação do aplicar os princípios constitucionais aos fazeres dos entes federativos. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, os apresentam com verdadeiros alicerces e validadores dos atos públicos, quando diz que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Num ato de criatividade social, a junção das letras iniciais dos cinco princípios constitucionais formam a sigla LIMPE, na qual a pronuncia remete a derivação do verbo limpar, o mesmo que tornar transparente. Exatamente isso, de acordo Ataliba (2001, p. 6-7), os “[...] princípios são linhas mestras, os grandes

nortes, as diretrizes magnas do sistema jurídico, apontam os rumos a serem seguidos por toda a sociedade e obrigatoriamente a perseguidos pelos órgãos do governo (poderes constituídos)”.

Destacando esses princípios dentro do trabalho desenvolvido nas esferas municipais, apesar deste ente federado ter autonomia financeira e administrativa de atuação frente aos demais, suas funções estão estritamente vinculadas aos parâmetros definidos e consensuados na letra da lei. Segundo Silva (1989), no contexto das diversas análises jurídicas, os termos autonomia e competência são entendidos como sinônimos, e dentro de um determinado espaço precisa atender a determinadas prerrogativas.

Sendo assim, as ações municipais obrigam-se a um alicerçar nesses princípios e a disposição no elaborar e implementar políticas públicas educacionais vincula-se às premissas legais de uma gestão que priorize uma educação de qualidade, orientada pela própria CF de 1988, em seus art. 206, quando diz que

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;  
III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
V- valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;  
VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
VII- garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988)

A estrutura e o funcionamento da educação no âmbito dos municípios devem estar arquitetadas para atender as diferentes demandas apresentadas no seio social. Numa reflexão mais ampliada, entende que o processo de descentralização da educação transferiu para os municípios uma responsabilidade, de certa forma unilateral, pois não viabilizou na mesma proporção sua real autonomia e maioridade. (SOUZA E FARIA, 2003)

Esses entraves limitam as possibilidades dos fazeres, mas na contrapartida, segundo Freitas (1998), os municípios latejam autonomia frente ao ensino, a profissionalização e a avaliação institucional, as quais rompem com processos

rígidos dentro da gestão dos sistemas de ensino. É nesse movimento, de mobilização e envolvimento, que o cenário educacional se compõe e, é estruturado, tornando possível a formulação e implementação das políticas educacionais. (TEIXEIRA, 2004) E, é dentro dessa nova lógica de ação na educação pública municipal que, de acordo com Azevedo (2002), as dimensões, dentro da gestão pública, que constituem as políticas educativas se concretizam como práticas de inovação institucional.

### 3.1. Um olhar voltado para Gestão Educacional na cidade de Feira de Santana

O campo específico das políticas públicas educacionais do município de Feira de Santana, revela a necessidade de apresentar as nuances dessa cidade que se revela dinâmica nos aspectos sociais, culturais, religiosos, econômicos e políticos os quais evidenciam um centro urbano caracterizado por fortes relações econômicas, educacionais e políticas (PME, 2016). A origem da cidade de Feira de Santana remonta do século XVII, período que se inicia o povoamento da região principalmente através da criação de gado e de instalações de currais.

O fato de sediar centros de criação e engorda de gado traz para a região um crescente número de pessoas que colaboraram para a fundação de um pequeno arraial, com o do tempo, este se tornou em uma feira semanal. Esta feira proporcionou o surgimento do comércio, que além de favorecer a economia, possibilitou um desenvolvimento vultoso de elementos sociais os quais revelam uma importância crescente no panorama regional. (CASTRO, 2011)

Essa contextualização, revela que a cidade possui uma evolução ascensional, no que se refere, por exemplo, a questões econômicas/comerciais. Porém no cenário educacional tal evolução aconteceu de forma branda. Não diferente do que aconteceu a nível nacional, foi a partir dos manifestos populares impulsionados no fim dos anos de 1980 e início da década de 1990, que um redesenho é posto no contexto da educação municipal.

Por conta das lutas populares, que culminam na aprovação da Constituição Federal de 1988, há o empoderamento das gestões locais, fomento à práticas autônomas, e fortalecimento do município, que passa a assumir obrigações frente à oferta e atendimento aos diversos níveis educacionais que vogam sua competência, como ressalta Castro (2011).

O município de Feira de Santana, segunda maior cidade do estado da Bahia [...], apresentou aspectos que de antemão se constituíram como singulares específicos da educação local: estruturou legalmente a organização do Sistema Municipal de Ensino com princípios e ideias provenientes do Fórum em Defesa da Educação, ainda em 1990 [...]. (p. 53)

Nessa perspectiva, visualiza-se que esse foi um contexto importante na democratização das políticas públicas de educação no íterim da cidade de Feira de Santana, as quais autorizam, ao menos a nível teórico, que os cidadãos sejam ouvidos e participem efetivamente dos processos de construção, tendo oportunidade de contribuir com as tomadas de decisão demandadas pelo governo local. (CURY, 2002)

No debater das políticas educacionais brasileiras, um município com um sistema próprio de educação pode se revelar com um contexto modernizante e de grande ordenação, sobretudo se prevê ações articuladas entre os níveis de ensino e o regime de colaboração entre os entes federados. (SAVIANI, 2012) O *caput* do Art. 211 da CF de 1988, expõe que cada ente federado deverá, a partir de um regime de colaboração, organizar seus sistemas de ensino.

No município de Feira de Santana esta é uma ação já executada e, é na escrita da Lei nº. 3.388, de 20 de junho de 2013, que se vê legítimo o Sistema de Ensino deste município, quando em seu art. 1º, diz que “a Educação Pública Municipal será organizada na forma de Sistema Municipal de Educação, gerido democraticamente, articulado em regime de colaboração com os Sistemas Nacional de Educação e o Sistema Estadual de Educação da Bahia [...]”.

Pensar num sistema educacional requer um olhar múltiplo, global e sistêmico, de amplo alcance e resolutividade, que se consolide enquanto um serviço que garante direitos básicos, essenciais e universal à população – o direito a educação.

Segundo a teoria da organização que orienta a construção de um sistema, podemos chegar a um sistema estático, autoritário ou a um sistema dinâmico e participativo. A filosofia da educação adotada é que definirá os rumos do sistema e também a sua eficácia. Não há dúvida alguma que um sistema autoritário formará personalidades autoritárias e um sistema democrático formará democratas. Isso, contudo, não poderá ser vista de forma mecânica: não há nações ou regiões totalmente democráticas ou totalmente autoritárias. Mesmo assim, podemos falar de sistemas abertos e sistemas fechados. Os primeiros trabalhariam com a tensão e o conflito. Os segundos

camuflam as contradições e os conflitos. (GADOTTI; ROMÃO, 1993, p. 78-79)

Os processos gestionários subjazem nos contextos ideológicos, culturais, políticos e organizacionais, o que traz para o trabalho, dentro de um sistema, um formato multidimensional. (TANUS, et al., 2004) Tal concepção se revela como uma ação que deve ser perscrutada sob olhares diversos e constitutiva de práticas congruentes.

O redimensionamento do olhar para essas práticas, no âmago do município de Feira de Santana, definem o seu papel na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais. Tomar-se-á como ponto temporal de estudo, aqui, as ações educacionais desenvolvidas a partir da aprovação do primeiro Plano Municipal de Educação de Feira de Santana (PME), instituído pela lei de nº 3.326, de 05 de junho de 2012. Legitima-se por meio da Constituição de 1988 e da atual LDB, e se estrutura a partir dos parâmetros estabelecidos na Lei de nº 10.172/2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e estabelece a obrigatoriedade dos entes federados elaborarem seus próprios Planos Decenais.

Impulsionado por modificações feitas no Plano Nacional, o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana passou por uma revisão no ano de 2016 e tem sua versão mais recente aprovada pela Lei de nº 3.651, de 16 de dezembro de 2016. Em seu Art. 4º, fica evidenciado que “[...] a Secretaria Municipal de Educação manterá sistema de monitoramento das metas, ações e indicadores do Plano [...] bem como dará ampla publicidade aos resultados alcançados mediante comunicação institucional permanente”. Contudo, as buscas realizadas em acervos diversos e no contato com o próprio órgão gestor não há evidências de ações realizadas na busca por atender as definições da lei.

Shiroma (2007), relata que os governos entendem que as demandas educacionais, uma vez equacionadas no âmbito da legislação, já encontram solução real. Uma incoerência no pensar e uma barreira na efetivação de políticas que realmente atendam as demandas da educação local.

O pensar das políticas educacionais envolve uma diversidade de fatores e variantes, mas focar em um indicador que foi pensado para apresentar o nível da qualidade da educação é um dos caminhos mais coerente nessa escrita. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foca sua análise no trabalho

desenvolvido nas redes de ensino. Trabalha com uma escala que vai de zero a dez, a qual, de acordo com o Ministério da Educação (MEC) orienta a organização de metas de desempenho para cada escola e para as redes de ensino. (MEC, 2010)

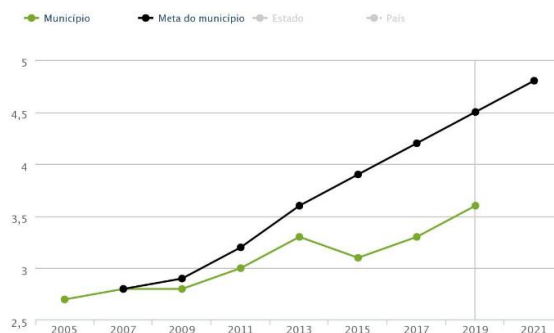
Os gráficos abaixo, evidenciam que a educação pública em Feira de Santana apresenta resultados abaixo das metas estabelecidas. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o IDEB, no ano de 2019, cresce mas não atinge a meta estabelecida que era de 4,9. E mais agravante ainda é que o município não consegue nem alcançar a nota 6,0. Situação ainda mais crítica nos dados dos Anos Finais, conforme apresenta o gráfico 03. Numa projeção de 4,5, o índice alcançado é de 3,6.

**Gráfico 2 - Evolução do IDEB na educação pública municipal de Feira de Santana – Ensino Fundamental (Anos Iniciais)**



Fonte: QEdU.org.br. Dados do IDEB/INEP, 2019.

**Gráfico 3 - Evolução do IDEB na educação pública municipal de Feira de Santana – Ensino Fundamental (Anos Finais)**



Fonte: QEdU.org.br. Dados do IDEB/INEP, 2019.

Os dados do IDEB são compostos por alguns componentes, a exemplo da taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. A partir dos resultados apresentados por esses exames, o município obtém ainda mais subsídios de análise para pensar e propor políticas

públicas educacionais que garantam o direito da população. Os índices de aprendizagem dos anos que encerram os ciclos no Ensino Fundamental são censuráveis. Avaliam as áreas de conhecimentos essenciais para que os estudantes se posicionem socialmente.

A tabela a seguir apresenta tais resultados. Nela está a porcentagem de alunos que desenvolveram as competências leitora, interpretação de textos e resolução de problemas até o 5º e 9º ano na educação pública municipal. O movimento Todos Pela Educação, a partir de uma organização de níveis de proficiência, estabelece um índice de 70% (setenta por cento) para considerar um aprender adequado até o ano de 2022.

**Tabela 5** - Aprendizado dos alunos na educação pública municipal de Feira de Santana

<b>Aprendizado dos alunos</b>			
<b>Português</b>		<b>Matemática</b>	
5º	9º	5º	9º
42%	27%	27%	11%

Fonte: Produção autoral, a partir dos dados do IDEB/INEP, 2019.

Essas análises evidenciam a necessidade de implementações efetivas de políticas educacionais. O ciclo de gestão educacional vivido na educação municipal de Feira de Santana denota uma educação carente de ações orientadas para a superação das mazelas na educação. Nos dados supra apresentados não destacou-se indicadores de alfabetização, taxa de abandono, reprovação, distorção idade-ano, mas estes se revelam nas entrelinhas do campo leitor. E, nesse interim, a gestão municipal é convocada a formular e executar linhas de ações efetivas para a superação de problemas que impossibilitam uma educação com qualidade social.

A necessidade de uma real democratização da educação se apresenta proeminente a partir do fortalecimento de políticas local que se reverberem em respostas políticas e organizacionais frente aos clamores de uma ordem social. Ações diversas, que vão desde a estrutura do espaço escolar à seleção e formação dos profissionais do magistério devem ser prioridade e precisam ser pensadas diretamente, com metas claras, quantificáveis e mensuráveis. Essas são

necessidades imperativas que intimam fazeres criativos e comprometidos dos gestores públicos na busca por resolver impasses e limitações na gestão da educação pública municipal.

#### 4 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

Em um diálogo prudente sobre as políticas públicas, no contexto da gestão educacional, não se pode passar despercebido reflexões ampliadas sobre as ações vinculadas à dimensão da formação de professores como uma incumbência institucional local. Entender qual é a função das políticas públicas se faz necessário para uma melhor interpretação sobre o delinear dessas políticas no campo da educação. De acordo com Ball e Mainardes (2011),

As políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissenso e constrangimentos materiais e contextuais. Na prática, as políticas são frequentemente obscuras, algumas vezes inexequíveis, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de mudança do que pensamos sobre o que fazemos. (BALL; MAINARDES, 2011, p. 13)

Assim, as políticas públicas são as ações desenvolvidas ou não pelos entes federados, com todas as consequências de suas ações e de suas omissões, que se estabelecem a partir de um jogo de força e poder. (AZEVEDO, 2003) E, no que tange à trajetória dessas políticas no campo da formação de professores, a história revela um cenário marcado por uma precariedade de condições e de práticas que desprofissionalizam a carreira do magistério.

Os sistemas de ensino brasileiros são marcados constantemente por reformas, as quais se apresentam a partir de uma lógica que sitiam as ações de formação de professores. Num panorama mais recente, mesmo num pós LDB 9.394 de 1996, é notório os desmontes orquestrados nas políticas educacionais voltadas para formação dos profissionais do magistério. Resoluções como as do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019<sup>6</sup> e CNE/CP de nº 2, de

---

<sup>6</sup> Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

20 de dezembro de 2019<sup>7</sup> revelam um descompromisso com uma efetiva qualificação profissional e evidencia esvaziamentos de projetos formativos nas áreas de formação inicial e continuada, sobretudo no contexto da Educação Básica, mas acabam velados sob a égide de concepções e discursos integrativos sobre qualidade na educação, mas que verdadeiramente são marcados por estratégias e políticas de governos.

A LDB de nº 9.394/96 traz, dentre outras orientações relativas à educação brasileira, um direcionamento, para os entes federados, sobre a formação dos profissionais do magistério, sobretudo a necessidade da criação de políticas para formação inicial e continuada de professores (DOURADO, 2013). O artigo 62, da referida lei, apresenta que

[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, Art. 62)

Nesse sentido, cabe enfatizar que essa mesma lei determina, ainda no art. 62, § 1º, que “a União, o Distrito Federal, os Estados e **os Municípios**, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (BRASIL, 1996, Art. 62, § 1º, grifos nossos)

Entendendo que as políticas de formação docente são ações asseguradas por força de leis, torna-se latente nesse estudo apresentação da trajetória sobre a forma como o governo municipal, de Feira de Santana-BA, tem conduzido e desempenhado seu papel no íterim das políticas públicas educacionais no que tange às ações de formação dos profissionais do magistério, maiormente as que envolvem a formação continuada.

A concepção da construção das políticas voltadas para a educação precisa reconhecer as representatividades sociais como conduta de fortalecimento do estado democrático. Contudo, é cada vez mais notório que essas elaborações não garantem as reais necessidades do contexto educacional, exatamente porque “[...] é

---

<sup>7</sup> Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

comum que as políticas educacionais para o referido nível de ensino e as ações delas decorrentes sejam elaboradas sem a participação dos profissionais da educação básica, cujo trabalho é impactado diretamente por essas políticas”. (NOVAIS; NUNES, 2014, p. 86)

Apesar dessas constatações, que se apresentam com um hiato entre previsão e implementação, são essas políticas que viabilizam as tentativas de universalização do acesso ao direito à educação. E para isso, dotam os diversos recursos necessários (financeiros, físicos, materiais) e estabelecem a necessidade de um grupo de pessoas que desenvolverão, por meio de vínculo profissional, as funções necessárias para o funcionamento das instituições educativas com fins à concretização da chamada educação de qualidade social (LIBANEO, 2018).

A partir da Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, no título IV, que trata sobre os profissionais da educação, a ênfase é direcionada à formação docente, prevendo formações continuadas que promovam e qualifiquem o trabalho. Em termos legais, a LDB, assegura direitos fundamentais aos profissionais do magistério, nessa discussão, no tocante à valorização do trabalho. Valida políticas de formação para docentes, as quais determinam que,

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho. (CARNEIRO, 2010, p. 449)

Essa determinação legal, pressiona os governos por um engendrar e implementar de ações diretas para a profissionalização docente, com vistas a atender as necessidades da implementação de uma carreira favorecida por um constante processo de estudo e atualização. De acordo com Gatti (2019, p. 19) “[...] o trabalho pedagógico é a essência das atividades escolares e, portanto, a essência

do trabalho dos professores. Trabalho que, como em outros setores da atividade humana, precisa ser aprendido, e, para o qual já se consolidaram conhecimentos”.

Pensando na importância da ação docente para o efetivo desenvolvimento das ações educativas, conforme enfatiza Gatti (2019), é essencial inferir no fazer das políticas públicas educacionais tornando-as condição *sine qua non* o pensar direcionado à melhorias do trabalho docente. A LDB de nº 9.394/1996 é enfática quando apresenta, no artigo 67, os parâmetros vinculados à questão da carreira, vínculos profissionais e formação dos profissionais do magistério.

No âmbito da organização nacional das políticas de educação, com destaque aqui para as que tratam sobre a formação dos profissionais do magistério, é o Ministério da Educação (MEC) que realiza a coordenação, articulando os diferentes níveis e sistemas, a partir de sua função normativa, realizando a prestação de assistência técnica e financeira aos estados, municípios e Distrito Federal, em benefício da sociedade. (DECRETO nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019<sup>8</sup>)

No que se refere às questões específicas das etapas e modalidades que são competência dos municípios atenderem, é através da Secretaria de Educação Básica que o MEC realiza sua atuação, uma vez que a esta compete planejar, orientar e coordenar, em âmbito nacional, o processo de formulação de políticas para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. E articulado a essa função deve também “[...] assistir os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na promoção de políticas de valorização dos profissionais da educação básica dentre elas a de formação e valorização dos profissionais da educação”. (DECRETO nº 10.195/2019, Art. 11, inciso XIV)

Entendendo que, o estudo sobre as políticas educacionais, a nível nacional, devem ser analisadas a partir da correlação de influências e interdependências, fica evidenciado um processo de interconexão, multiplexidade e hibridização, resultantes de um arranjo instituído por lógicas globais, distantes e locais (BALL apud AMIN, 1997). Desse modo, de acordo com Mainardes (2006, p. 48), acompanhar “[...] a trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos” fornece mecanismos

---

<sup>8</sup> Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

formais para o entendimento das ações impetradas para garantir a valorização dos profissionais da educação.

Tomando como parâmetro temporal, as últimas duas décadas, a demarcação legal específica sobre formação dos profissionais do magistério, na Educação Básica, se regula por princípios da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Na tabela 6 é possível acompanhar um apanhado de atos do MEC que formalizam e orientam legalmente as ações de formação dos profissionais da educação.

**Tabela 6** - Atos do MEC que formalizam e orientam legalmente as ações de formação dos profissionais da educação.

<b>Atos</b>	<b>Ementa</b>	<b>Proposição</b>
Lei nº 10.172/2001	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.	Organizar a educação nacional, a partir de um regime de cooperação entre os entes federativos.
Parecer nº 10 - CNE/CP 9/2001	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	Apresentar uma base comum de formação docente em sintonia com os princípios prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Resolução CNE/CP 1/2002	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	Orientar às Instituições de Ensino Superior na organização institucional e curricular para o desenvolvimento dos cursos de formação de professores.
Parecer CNE/CP 5/2005	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.	Alinhar posições em termos de princípios, formas de organização do curso de Pedagogia com vistas a romper o paradoxo existente na formação de professores para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Resolução CNE/CP	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para	Organizar a formação inicial para o exercício da docência na Educação

1/2006	o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.	Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
Decreto 6.094/2007	Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.	Conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.
Lei nº 13.005/2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.	Cumprir o disposto no Art. 214 da Constituição Federal de 1998, a partir do estabelecimento de metas e estratégias específicas, com sistemáticas de acompanhamento, num prazo de 10 anos.
Parecer CNE/CP nº 2/2015	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.	Apresentar estudos referenciadores de novas proposições para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério.
Resolução CNE/CP nº 2/2015	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.	Definir princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.
Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.	Fixar princípios e objetivos para organizar programas e ações, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação – PNE.

Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019	Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.	Disciplinar prazo para que os cursos de formação de professores cumpram as deliberações da CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.
Resolução CNE/CP de nº 2, de 20 de dezembro de 2019	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).	Propor atualização profissional, dos profissionais do magistério, alinhada às competências pautas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

**Fonte:** Produção autoral, 2021.

Os atos descritos na tabela apresentada revelam proposições, ao menos teóricas, com vistas ao desenvolvimento de ações que viabilizem uma formação docente voltada para efetivas aprendizagens e desenvolvimento profissional, uma vez que é possível perceber um estímulo à correlação entre teoria e prática, que deve se reverberar numa práxis pedagógica. Contudo, para além da letra da lei, é imprescindível que a área da educação deixe de ser vista como “[...] um assunto de políticas regional e global e cada vez mais um assunto de comércio internacional” (BALL, 2004, p. 1108), e se descontinue como, nos diversos sentidos, uma oportunidade de negócios. (BALL, 2004)

Nessa perspectiva, cabe aos governos locais, a partir da ação de colaboração regimentada pelas leis nacionais, a elaboração e implementação de programas e projetos direcionados à formação dos profissionais de educação de suas redes ou sistemas de ensino, com vistas à melhoria da educação pública.

A rede política permitida pelos dispositivos legais possibilita aos municípios um movimento de governança no desenvolver da educação. De acordo com Amos (2010), um trabalho a partir do conceito de governança tem o poder de impactar

diretivamente o desenvolvimento social da educação, na medida que essa prática “[...] envolve especificamente os instrumentos e os meios de direcionamento, as novas formas de proporcionar e organizar os serviços educacionais e o surgimento de novos atores na política educacional”. (AMOS, 2010, p. 25)

#### 4. 1 Políticas públicas local para a formação dos profissionais do magistério da educação pública municipal de Feira de Santana-BA

No cenário estruturado pós a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, com o entendimento materializado sobre o que seria a relação dos entes federados através do regime de colaboração, grande parte dos municípios acabam por assumir um papel de simples implementador e executor das políticas educacionais.

Nesse interim, as políticas públicas educacionais acabam por não se apresentarem singulares. Os municípios organizam as propostas a partir de orientação direcionadas pelas esferas estadual, federal e de parcerias firmadas com instituições da iniciativa privada e, a autonomia se limita a um pensar na implantação e execução dos programas e projetos. Nesse sentido, o movimento de continuidade e descontinuidade notavelmente se evidenciam, e revelam um ciclo de manutenção de políticas de governo frente à instituição de efetivas e contínuas políticas de Estado. (OLIVEIRA, 2011)

A expressão ‘continuidade e descontinuidade administrativa’ refere-se aos dilemas, práticas e contradições que surgem na Administração Pública, Direta e Indireta, a cada mudança de governo e a cada troca de dirigentes. Como fenômeno, manifesta-se pelas consequências organizacionais de preencher um sem número de cargos de confiança, explícita ou implicitamente disponíveis para distribuição no interior das organizações públicas. (SPINK, 1987, p. 57)

Como proposição de romper com os processos de descontinuidade das políticas públicas educacionais, o Plano Nacional de Educação (PNE) traça diretrizes e metas para a educação, contribuindo para orientar e impulsionar os municípios a pensarem suas realidades e a partir daí, formularem seus próprios planos, os quais funcionarão como políticas públicas de Estado e não de governo.

Compreender os planos municipais como dispositivos necessários na atuação contra a descontinuidade das políticas públicas educacionais faz-se indispensável, já que sua constituição se dá através de movimentos participativos e isso os tornam uma política de Estado. Assim, tornam-se importantes na efetivação do direito à educação de qualidade de um município. Com validade de dez anos, a implementação deve acontecer por meio de processos participativos.

O município de Feira de Santana seguiu as regulamentações nacionais e instituiu em 2012, a Lei nº 3.326, aprovando seu primeiro Plano Municipal de Educação (PME). Contudo, em decorrência das modificações ocorridas no Plano Nacional de Educação (PNE), no ano de 2014, identificou a necessidade de revisão e adequação das metas e estratégias estabelecidas, e a Lei nº 3.651, de 16 de dezembro de 2016, instituiu “[...] o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana para o período de 2016 a 2026” (Art. 1º).

Numa breve triagem, dentre as 24 (vinte quatro) metas instituídas no PME, 3 (três) diretamente se relacionam a formação dos profissionais do magistério.

**Tabela 7** – Metas do PME referente a formação dos profissionais do magistério

<b>PME FEIRA DE SANTANA – 2016/2026</b>	
<b>Nº DA META</b>	<b>META</b>
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, políticas de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e demais profissionais que atuem no espaço escolar assegurado por meio de políticas públicas, formação inicial e continuada, pautada pelos princípios e diretrizes nacionais, gratuita e na respectiva área de atuação.
Meta 16	Assegurar a formação de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica, em nível de pós-graduação, até o final da vigência deste PME, e incentivar aos profissionais da educação e demais profissionais que atuem no espaço escolar formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
Meta 23	Criar, no prazo de vigência deste Plano, a contar da aprovação deste Plano, o Centro de Tecnologia Educacional - CTE, destinado à formação de profissionais da educação, no uso das novas tecnologias da informação e da comunicação.

**Fonte:** Produção autoral, a partir do PME, 2016.

Além do PME, a Lei Complementar de nº 01, de 11 de novembro de 1994, do referido município possuiu escrita específica sobre a qualificação profissional dos servidores de carreira. No capítulo V, art. 320, dos incisos I e III evidencia-se a necessidade de “[...] incrementar a produtividade e criar condições para o constante aperfeiçoamento do ensino público municipal; e atualizar conhecimentos adquiridos para melhor qualificação do pessoal docente”. (FEIRA DE SANTANA, 1994, Art. 320)

Com vistas a dar conta das demandas de formação, instituídas pelos dispositivos legais, nacionais e locais, já citados nessa escrita, abaixo apresenta-se alguns dos projetos e programas de ação formativa para os profissionais do magistério realizados pela gestão educacional municipal.

**Tabela 8** – Recorte da trajetória de ações formativas para os profissionais do magistério da educação pública municipal de Feira de Santana

<b>ANO</b>	<b>ORIGEM/ PARCERIA</b>	<b>NOME DO PROGRAMA/ PROJETO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PÚBLICO- ALVO</b>
2013	Ministério da Educação (MEC), através da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)	Promover a formação continuada de professores da Rede Básica, com vistas a alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, atendendo à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE).	Professores alfabetizadores, do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.
2014	Universidade Estadual da Bahia – UNEB	Curso de Formação em Gestão Escolar	Discutir questões significativas à ação gestora na escola, as implicações das mudanças sócio educacionais no contexto escolar e no papel do gestor, os desafios e possibilidades da função gestora, os dilemas e práticas da gestão financeira, o planejamento como instrumento de gestão escolar	Gestores Escolares

			e vivenciando processos de elaboração e implementação do plano de ação escolar.	
2014	Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana	Formação em Currículo Escolar no Ensino Fundamental (Forma CE)	Discutir a Proposta Curricular elaborada com e para as Escolas Públicas Municipais de Feira de Santana com vistas a construção e implementação em cada unidade escolar.	Professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares do Ensino Fundamental – Anos Finais
2015	Governo do Estado da Bahia	Educar para Transformar - um Pacto pela Educação	Melhorar os principais índices educacionais de toda a Bahia, a partir de ações que garantam a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade.	Professores alfabetizadores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.
2015	Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana	Forma CE Educação Infantil	Apresentar e discutir as versões preliminares dos textos, referentes às Questões Pedagógicas, que compõem a Proposta Curricular da Educação Infantil.	Professores da Educação Infantil
2015	Instituto Ayrton Senna	Se Liga e Acelera	Reduzir as taxas de distorção idade-ano da educação pública municipal a partir da garantia da alfabetização dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	Professores das turmas de Correção de Fluxo Escolar
2017	Instituto Ayrton Senna	Gestão da Política de Alfabetização	Proporcionar uma educação integral aos estudantes, oferecendo espaço para o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, e garantir a alfabetização na idade certa, contribuindo para manter o fluxo escolar regular.	Coordenadores Pedagógicos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais
2019	Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana	Formação continuada para Professores do	Discutir questões didáticas e metodológicas da prática pedagógica frente a uma estrutura curricular integrada e	Professores do Ensino Fundamental - Anos Iniciais

	Santana	Ensino Fundamental Anos Iniciais	interdisciplinar.	
--	---------	----------------------------------	-------------------	--

**Fonte:** Produção autoral, a partir de informações do PME, 2016 e da SEDUC, 2019.

É válido salientar que a trajetória, de ações formativas, apresentada não é oriunda de um único plano de governo. Sem deixar a perspectiva crítica, o foco da coleta foi apresentar programas e/ou projetos aos quais os profissionais do magistério tiveram acesso como caminhos formativos. De acordo com o Anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil, da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), divulgado em 2020, a educação feirense teve um crescimento de 8% no investimento em educação no ano de 2017, com projeção crescente para os anos seguintes. (FEIRA DE SANTANA, 2019)

Uma reportagem encontrada no *site* oficial da prefeitura da referida cidade, a observação feita por uma das servidoras que assumia função de liderança dentro da Secretaria Municipal de Educação, revela que “[...] o maior quantitativo de investimento foi em relação ao setor pessoal. Aumento do piso salarial dos professores, mudanças de referência, contratações e **diversas formações voltadas para todos os profissionais que atuam na rede**, já que estas pessoas que estarão com [...] alunos nas escolas e é um investimento muito importante”. (FEIRA DE SANTANA, 2019, s.p., grifos nossos)

No Plano de Governo para os anos de 2021 – 2024, a atual gestão municipal apresenta nas propostas voltadas para a educação apenas um tópico que trata sobre formação, na qual pretende “investir fortemente na capacitação dos profissionais da educação, da educação infantil e no ensino fundamental”. (FEIRA DE SANTANA, 2020, p. 10)

Vê-se, em linhas gerais, estabelecida uma política local para a formação dos profissionais do magistério da educação pública municipal de Feira de Santana-BA. Contudo, apesar de não ter sido, nem ser foco de análise desse estudo, faz-se necessário um pensar mais institucionalizado e dirigido com foco na ampliação de propostas voltadas às necessidades educacionais locais.

Tenciona-se assim, ações organizacionais estruturadas e regimentadas por política institucional que subsidie a gestão municipal, através de sua equipe técnica, a qual retroalimenta e fortalece para o sistema de ensino como um todo.



## **5 DIÁLOGOS CONSTRUTIVOS E PROPOSITIVOS SOBRE A SELEÇÃO DE FORMADORES DE PROFESSORES NA GESTÃO EDUCACIONAL LOCAL EM FEIRA DE SANTANA**

A proposta desse diálogo decorre da necessidade de articular uma discussão sobre os cenários institucionais, legais e formativos que interferem no processo de constituição da equipe de profissionais de carreira do magistério público municipal de Feira de Santana que atuam ou atuarão como formadores de professores. Essa é uma demanda que envolve dimensões educacionais importantes, as quais versam o diálogo que envolve as políticas públicas de formação de professores como uma incumbência institucional local; e o entender sobre a seleção de formadores de professores dentro da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação.

O entendimento do trabalho docente perpassa por falas relevantes sobre como acontece a construção da identidade pessoal sucedida da identidade profissional de quem trabalha nesta área e como esta profissão se estabeleceu ao longo do tempo.

A identidade não é uma propriedade nata do indivíduo, e nem é uma característica atribuída, ela é um espaço de construções pessoais, sociais e profissionais. Durante todo o processo de desenvolvimento, o ser humano passa por diversos conflitos internos e externos que geram muitas inquietações e posteriores acomodações. A construção da identidade se dá num contexto de muita complexidade, é um processo que demanda tempo.

A construção identitária normalmente se desenvolve a partir de duas situações: o indivíduo constrói para si uma identidade com informações recebidas através da sociedade na qual está inserido, e forma uma identidade para os outros, se fazendo da maneira que os outros desejam. Segundo Munanga citado por Spink (1994, p. 177-178),

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (auto-definição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.

A construção da identidade profissional docente é desenhada a partir da relação entre o universo profissional e o universo social. Assim, esta identidade está diretamente ligada à identidade social, que é desenvolvida através da relação que o indivíduo faz consigo mesmo para uma posterior identificação com o ambiente externo. Assim, para construir a identidade docente é preciso que o profissional se desenvolva de forma pessoal, profissional e organizacional. Nóvoa (1995, p.115), afirma que “[...] ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca de experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de relações”.

Ainda de acordo com Nóvoa (1997) a constituição da profissão docente só foi possível depois que o Estado substituiu a Igreja na tutoria do ensino, por que o Estado acreditava que eram os professores os impulsionadores da escolarização. Porém no Brasil, o estabelecimento da profissão docente demorou a acontecer, pois estava associada ao desenvolvimento da educação básica que também ocorreu de forma vagarosa.

Com isso uma grande marca da história da profissão docente são as lutas travadas com o governo em busca de reconhecimento profissional. Segundo Costa (1995), os sindicatos podem ser grandes fortalecedores destas lutas, uma vez que são eles os representantes direto da categoria, deveriam organizar reivindicações mais eficazes com o objetivo de solidificar esta carreira, pois o profissionalismo é uma forma de poder social e através dele o docente pode ser e ter uma classe fortalecida e respeitada.

[...] a profissão não é uma ocupação, mas um meio de controlar uma ocupação. Profissionalização é um processo historicamente específico desenvolvido por algumas ocupações em um determinado tempo; é uma forma de controle político do trabalho, conquistado por um grupo social, em dado momento histórico. (COSTA, 1995, p.89)

Foi ao longo do século XIX que a profissão docente começou a consolidar-se, inicialmente a imagem do professor esteve atrelada a ideia do sacerdócio, da obediência. Foi com o surgimento das primeiras Escolas Normais, que a profissão começou a ganhar configuração. Estas escolas foram criadas pelo Estado com a intenção de serem também um espaço de afirmação profissional do professor. Era neste espaço que se selecionavam, preparavam e formavam os docentes, tornando-os aptos ao exercício da profissão.

Com o avanço dos trabalhos feitos pelas Escolas Normais, novos espaços de formação foram instituídos e com o surgimento da universidade, no século XX, a formação começou também a ser feita pelas faculdades de Pedagogia. Nóvoa (1997) diz que a partir de então foi se configurando

[...] uma verdadeira mutação sociológica do professorado [...] cite-se, a título de exemplo, a consolidação das instituições de formação de professores, o incremento do associativismo docente, a feminização do professorado e as modificações na composição socioeconômica do corpo docente. Verifica-se um reforço da tutela estatal e dos mecanismos de controlo dos professores, mas igualmente uma maior afirmação autônoma da profissão docente. (NÓVOA, 1997, p. 17)

Uma vez conhecida um pouco da história da identidade e da profissão docente faz-se necessário visualizar dentro deste contexto quem são responsáveis pela formação de professor abordando suas responsabilidades e desafios. As ações profissionais de formadores de professores pedem novas compreensões, novas posturas relacionais e novas relações organizacionais, mais efetivas em sua significação. (GATTI, 2019)

Para esse caminhar foram traçados três eixos de análise: 1) responsabilidade institucional; 2) sujeitos que atuam na Secretaria Municipal de Educação enquanto formadores de professores; e 3) a necessidade de regulamentação do processo de seleção de formadores de professores. Essa análise ratifica a ação propositiva desse estudo a partir da construção de um documento normatizador do processo seletivo para estruturação da equipe de formadores de professores dentro do órgão gestor da educação pública feirense.

## 5. 1 Responsabilidade institucional – Secretaria Municipal de Educação

Refletindo a estrutura local da gestão educacional de Feira de Santana, o órgão gestor de formulação, implementação, execução e avaliação das políticas públicas educacionais, nas quais vertem-se as ações vinculadas a formação dos profissionais da educação da educação municipal, é a Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana (SEDUC).

De acordo com a Lei Complementar de nº 01/94, art. 320, “a qualificação profissional do pessoal do Magistério funcionará como atividade permanente da Secretaria de Educação do Município[...]”, e o próprio Regimento Interno da SEDUC, Art. 6º, demarca em sua disposição as atribuições desse órgão frente às ações formativas, através do Departamento de Ensino. (DECRETO MUNICIPAL de nº. 5.912, 1995)

A Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana possui uma estrutura organizacional composta por diversos cargos e funções. Para caminhar com a pesquisa proposta, convites foram enviados para 4 (quatro) colaboradores, a partir das funções estratégicas que ocupam dentro do órgão gestor, os quais estão sendo chamados de representantes institucionais durante toda a pesquisa. Composto esse retrato organizacional, todos os convidados responderam a um questionário que buscou estabelecer diálogos formativos sobre as formas de acesso da equipe de formadores de professores no órgão gestor. A tabela abaixo apresenta os dados sociodemográficos dos participantes.

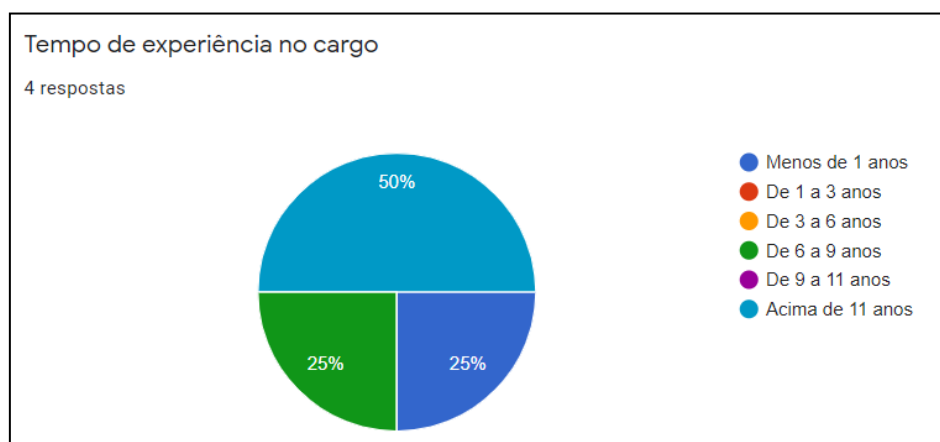
**Tabela 9** - Análise Sociodemográfica de Representantes Institucionais

Sexo		Identificação Etária				Representação Institucional	
Masculino	Feminino	Negro	Pardo	Indígena	Amarelo	Secretário (a) de Educação	Servidores de Carreira
0	4	0	3	0	1	1	3

Fonte: Produção autoral a partir do Formulário Google aplicado, 2021.

No que se refere aos dados acadêmicos e profissionais, 1 (uma) das participantes é especialista (a tabela acima já sinaliza que foram todas mulheres), 2 (duas) mestres e 1 (uma) doutora. 3 (três) das participantes possui ampla experiência no cargo que exerce.

#### Gráfico 4 – Tempo de Experiência no Cargo



**Fonte:** Gráfico extraído do Formulário Google, 2021.

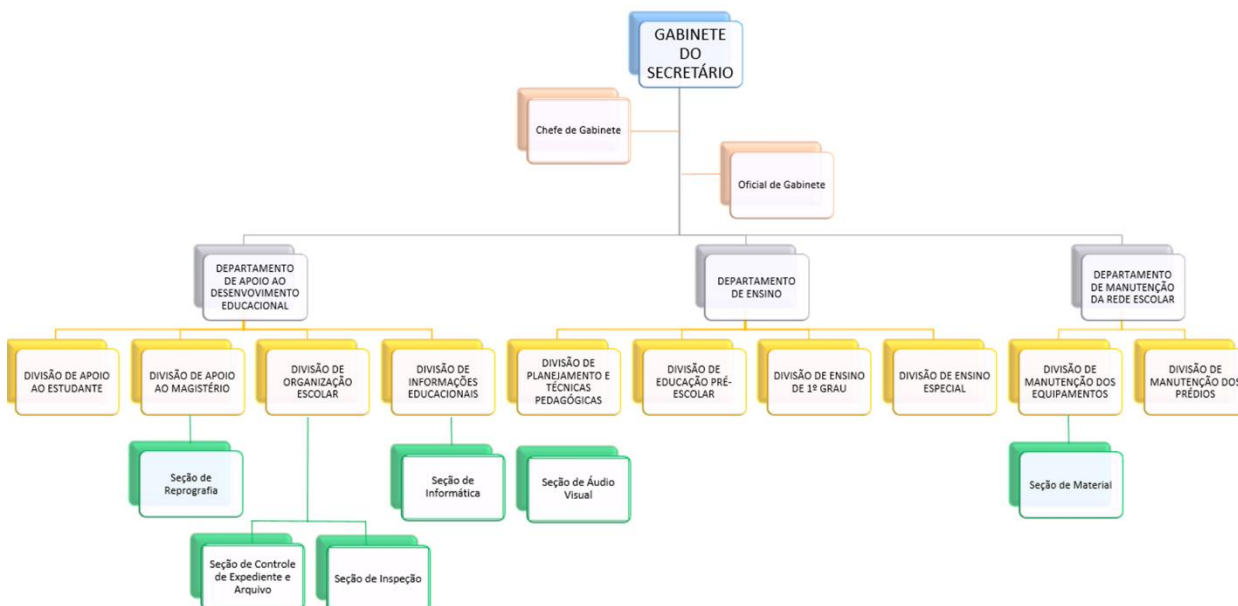
Os dados trazem uma pequena mostra sobre o quadro das lideranças da Secretaria Municipal de Educação, contudo expressiva, uma vez que também compuseram essa representação a atual Secretária Municipal de Educação e a atual Diretora do Departamento de Ensino.

No diálogo estabelecido, as participantes se posicionam a favor da realização do presente estudo e indicam que suas experiências profissionais poderão contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. A participante Mariana (2021) relata que a experiência adquirida ao longo dos anos, tanto em sala de aula quanto em espaços formativos, atrelada ao arcabouço teórico sobre formação e políticas públicas a credencia para contribuir com esse processo. Flôr (2021) evidencia a trajetória na educação pública municipal com formação de professores, e a Secretária Municipal de Educação, que fez questão de se identificar, considera contributiva sua participação e diz “Acredito que sim. Porque oferece subsídios para tomada de decisão”. (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, 2021)

Nesse sentido, o caminho investigativo se posiciona na busca por entender quais as ações organizacionais e legais desenvolvidas no âmbito do órgão gestor para a composição da equipe de formadores de professores. No desenho organizacional da SEDUC, a configuração global apresenta uma estrutura composta

por um gabinete, departamentos, divisões e seções. O organograma<sup>9</sup> abaixo traz essa representação.

**Figura 4** – Organograma da Secretaria Municipal de Educação



**Fonte:** Estruturado a partir do Decreto Municipal de nº 5.912/1995.

Tratando em específico do Departamento de Ensino, o citado Decreto dá indicações que é de sua atribuição gerir o processo de ensino-aprendizagem com vistas ao cumprimento das políticas, diretrizes e metas da educação. De acordo com o organograma da SEDUC, implicitamente visualiza-se uma organização que comporta o trabalho, com formação, voltados para todas as etapas e modalidades de competência da esfera municipal. E, mesmo não demonstrado explicitamente, na composição da equipe, é possível perceber uma estrutura de colaboradores divididos em cargos como diretoria e chefes de divisões e funções como coordenações e formadores de professores.

<sup>9</sup> O organograma apresentado foi montado a partir das informações dispostas no Decreto Municipal de nº 5.912 do ano de 1995, que institui o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação. É válido salientar que as terminologias empregadas para denominar os departamentos, divisões e seções datam de um contexto educacional da década de 90 e não representam as concepções pedagógicas atuais.

## 5.2 As vozes que ecoam: a percepção sobre os profissionais do magistério que trabalham com formação de professores

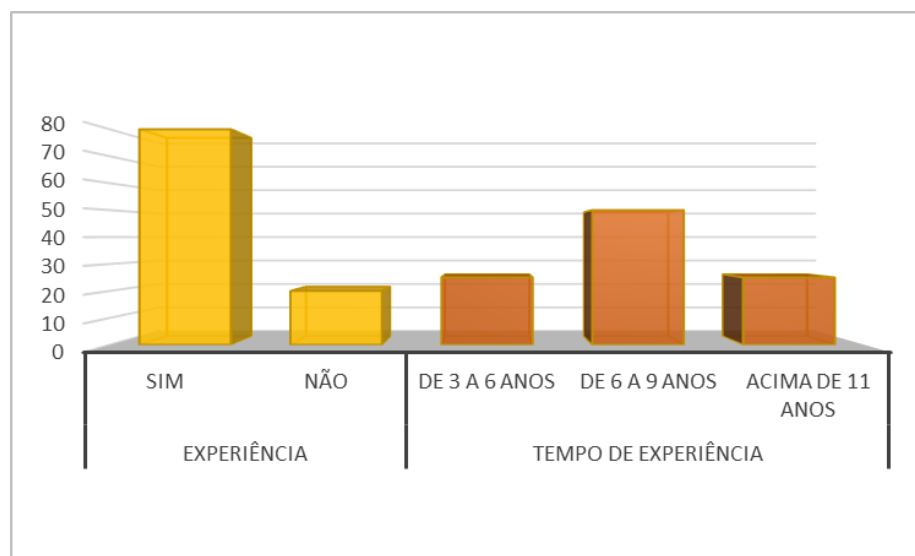
O trabalho dos formadores de professores se apresenta através de responsabilidades que envolvem diversas significações. O exercício dessa função do magistério apresenta uma condição extremamente diferenciada, demanda dos profissionais competências que se vinculam a uma ampla formação pedagógica, domínio técnico e efetiva representatividade institucional.

As competências são compreendidas por meio de uma ação contextualizada, como um saber-agir/reagir. Nesse sentido, a competência é constituída com base mesmo na práxis, no agir concreto e situado e na ação do professor. Logo, não é algo que se adquire de uma vez por todas. (VEIGA, 2012, p. 83)

De acordo com Rios (2001), as competências se ampliam “[...] na construção coletiva, na partilha de experiências e na reflexão” (p. 91). Assim, a constituição da equipe de formadores de professores perpassa por um ordenamento de conhecimentos e da organização de critérios como estratégias que fundamentem uma visão da eficiência que abrange um conjunto de saberes teóricos e práticos associados a atitudes científicas. (PACHECO, 2001)

Ampliando as considerações dessa abordagem, por meio de uma aproximação com a realidade, a escuta formativa realizada aos profissionais do magistério municipal que atuam ou pretendem atuar nessa função, revela informações salutares frente os entendimentos sobre o tema em discussão. Participaram, 5 (cinco) mulheres, servidoras de carreira do magistério público, com identificação étnica de 80% pardas e 20% negras aceitaram participar da pesquisa. Todas ocupam o cargo de professoras e revelam possuir mais de 6 anos de experiência no cargo exercido.

No que tange a experiência como formadoras de professores, o gráfico abaixo publica que apenas 1 (uma) das professoras participantes da pesquisa não tem experiência nessa função, enquanto as demais possuem além da experiência, uma média de 6 anos de atuação.

**Gráfico 5 – Tempo X Experiência na Função de Formador de Professores**

**Fonte:** Produção autoral, a partir das informações dos participantes, 2021.

Os dados exibem ainda outras informações importantes nesse estudo. De todas as participantes 60% atuam na Secretaria Municipal de Educação, na função de formadoras de professoras e as demais estão atuando dentro das Unidades Escolares, na função de Coordenadoras Pedagógicas, com atribuições de formadoras de professores.

Acredita-se que exatamente por conta da aproximação apresentada, com a função de formadoras de professoras, tenham revelado o interesse na participação dessa pesquisa. Quando perguntadas as experiências profissionais e se estas poderiam contribuir para a construção do documento que essa pesquisa propõe, as respostas foram unânimes: Sim!

Sim. Por trabalhar com formação de professores em escola de educação infantil conheço as dificuldades, desafios e possibilidades de realizar as formações com os professores, reconhecendo as suas demandas e necessidades. (GIRASSOL, 2021)

Sim pois a prática escolar sempre deve ser levada em consideração em qualquer documento que venha aprimorar a educação. (DRISBEIRO, 2021)

Sim, pois espero contribuir com vivências e experiências do meu lugar de fala enquanto professora e mediadora na formação continuada de professores. (MARIA FLOR, 2021)

Acredito, pois um documento é construído também por meio de diálogos e experiências. (MADAME X, 2021)

Sim. As experiências são objetos de estudo na prática. (ALICE, 2021)

### 5.3 Formadores de professores da educação municipal de Feira de Santana: percurso institucional

No íterim dos estudos realizados, dos diálogos construídos com os participantes da pesquisa e da análise de documentos legais, como Portarias e o Plano Municipal de Educação foi possível perceber que a constituição de uma equipe técnica, direcionada à ação de formação de professores na Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana se estabeleceu muito mais por determinações externas, oriundas de adesões a programas criados pelo Ministério da Educação (MEC), do que de necessidades locais. Os programas externos trazem em seus regulamentos orientações diretivas a serem executadas pelos entes federados que seguem com a adesão. Dentre estas orientações, a organização de um grupo de profissionais que serão formados para desenvolver os fundamentos dos programas, dentre eles as ações de formação.

Os Especialistas em Educação, um dos cargos do magistério público municipal de Feira de Santana, eram um dos profissionais que assumiam alguns dos programas federais, uma vez que tinham a formação acadêmica exigida para tão função (formação em nível superior) e já faziam parte do quadro dos servidores lotados no órgão gestor, uma designação deliberada por uma cultura institucional. Ademais, a Secretaria seguia as diretrizes dos programas aderidos e montava as equipes de trabalho.

Em linhas gerais, os critérios estabelecidos eram o da titulação e experiência na função. Como não havia grandes formalidades, nem exigência de processos seletivos, a partir de convites e indicações, o critério que validava o processo era a análise curricular. O quadro indica uma linha temporal dos programas que deram início às ações formativas da Secretaria Municipal de Educação.

**Figura 5** – Programas aderidos pela Secretaria Municipal de Feira de Santana



**Fonte:** Produção autoral, 2021.

Dos programas apresentados, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)<sup>10</sup>, lançado pelo Ministério da Educação (MEC), foi o mais diretivo na orientação para a composição de um grupo de trabalho dentro do órgão gestor. Dentre as diretrizes do programa, era necessária a organização de uma equipe de professores efetivos da educação pública, a qual ficaria responsável por realizar as formações dos professores alfabetizadores regentes dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, e seriam chamados de Orientadores de Estudo. (BRASIL, 2012)

O programa apresentava as normas para a montagem do grupo de Orientadores de Estudo, como por exemplo: possuir experiência em alfabetização e formação docente e determinava a forma de ingresso para os interessados em compor o grupo que seria responsável pelas formações. De acordo com a Portaria MEC de nº 1.458/2012, os orientadores de estudo deveriam ser “[...] escolhidos em

<sup>10</sup> Foi uma ação do Ministério da Educação articulada entre o Governo Federal e o governo dos estados e municípios que mobilizou esforços e recursos voltados para garantir a alfabetização dos estudantes na idade certa (até os 8 anos de idade), a valorização dos professores e escolas, o apoio pedagógico com materiais didáticos e a implementação dos sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento, com vista a atender a Meta 5 do Plano Nacional de Educação. (BRASIL, 2012)

processo de seleção público e transparente, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos para a função quanto à formação e à experiência exigidas [...]” (ART. 10).

Registros documentais comprovam que a Secretaria Municipal de Educação seguiu com a determinação do Ministério da Educação e realizou apenas uma vez um processo seletivo interno destinado a compor o grupo dos Orientadores de Estudo, ação publicizada através de um Edital publicado em um jornal de circulação local, no dia 02 de novembro de 2012 (Anexo II). Houve o ensaio de um novo processo seletivo, no ano de 2015, através da Portaria de nº 03/2015. Contudo, foi revogada pela Portaria de nº 04/2015 e a partir desta data não existe outros registros de ações institucionais com essa finalidade.

A equipe formada para dar conta das ações do citado programa manteve-se constituída ao longo dos anos. O PNAIC foi extinto no ano de 2018, mas a necessidade de manutenção da equipe de formadores se fortaleceu, sobretudo por conta da Lei nº. 11.738, de 16 de julho de 2008, que além de instituir o piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica, legitima o direito do uso de 1/3 (um terço) da carga horária para a realização de atividades de planejamento e formação.

A lei foi instituída em 2008, mas só em 2016 começou a ser implementada em Feira de Santana, devido a mobilização dos profissionais do magistério. Frente a um novo *modus operandi* na relação de trabalho com os professores, a Secretaria Municipal de Educação, precisou reestruturar o plano de trabalho, as ações pedagógicas e a partir da publicação de algumas Portarias, instituiu o trabalho com a formação continuada em serviço para os profissionais do magistério público municipal.

**Tabela 10** – Portarias de Reserva de Carga Horária da Educação Pública Municipal de Feira de Santana

Identificação da Portaria	Data	Ementa
Portaria nº 03	23 de abril de 2016	Dispõe sobre a organização das Atividades Complementares (AC) das escolas municipais e/ou conveniadas e dá outras providências.

Portaria nº 09	29 de abril de 2017	Dispõe sobre a Atividade Complementar das unidades escolares municipais de Feira de Santana.
Portaria nº 05	06 de março de 2018	Dispõe sobre a Atividade Complementar das unidades escolares municipais de Feira de Santana.
Portaria nº 23	17 de abril de 2019	Dispõe sobre a Atividade Complementar (AC) dos professores das Unidades de Ensino Municipais e/ou conveniadas.

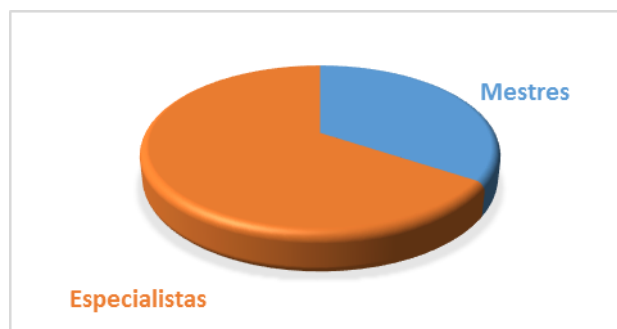
**Fonte:** Produção autoral, 2021.

Necessidade posta, a equipe montada – os Orientadores de Estudo – ganhou novas ações, e a partir daí outros profissionais do magistério passaram a integrar novos grupos, agora através de convites e indicações, e assim instituiu-se a atual equipe de formadores de professores, que trabalha com ações formativas para todas as etapas e modalidades da educação.

É válido salientar que, acompanhando a trajetória histórica, o que ordenou essa configuração foi a pressão das demandas educacionais. Assim, não é possível entender esse processo com uma ação institucional, o que traz instabilidade para o desenvolvimento e continuidade dos trabalhos, uma vez que a ideia pode ser destituída por vontade política do gestor em exercício.

Voltando o olhar especificamente para a equipe de formadores de professores atual, de acordo com dados da própria Secretaria, o grupo é formado por cerca de 35 profissionais. Todos são servidores de carreira, comportam os cargos de Professor ou Especialista em Educação, conforme a estrutura de pessoal da Lei nº. 01/94, art. 294, o qual trata especificamente das carreiras do Magistério Público Municipal. No que se refere a formação todos possuem nível superior.

Na formação inicial, os dados mostram um percentual de 66% de Licenciados em Pedagogia e os demais transitando em outras licenciaturas. E na formação continuada, 100% dos servidores que atuam na função de formadores de professores tem especialização *lato sensu*, e para além disso, aproximadamente 35% possuem titulação de mestres.

**Gráfico 6** – Titulação dos formadores de professores da SEDUC

**Fonte:** Produção autoral, a partir de dados da SEDUC, 2020.

Essa é a equipe responsável por um trabalho pedagógico que vise elevar a qualidade da prática pedagógica dos profissionais do magistério da educação municipal através da formação continuada em serviço. Os diálogos sobre formação continuada em serviço perpassam por entender essa ação como um caminho de superação da racionalidade técnica, pensando a ação didática a partir diferentes perspectivas que envolvem concepções de currículo, escola, sociedade, ensino, dentre outras. Conforme enfatiza Alonso (1994), a relação estabelecida na formação em serviço busca

Tornar um profissional efetivo, em contraposição ao tarefeiro burocrático; Esse profissional terá que ser visto como alguém que não está pronto, acabado, mas em constante formação; Um profissional com autonomia para decidir sobre o seu trabalho e suas necessidades; Alguém que está sempre em busca de novas respostas, novos encaminhamentos para seu trabalho e não simplesmente um cumpridor de tarefas e executor mecânico de ordens superiores e, finalmente, alguém que tem os olhos para o futuro e não para o passado. (ALONSO, 1994, p.6)

Na busca por efetivar tal proposição é que os formadores de professores, que atuam dentro do órgão da gestão educacional têm no composto de suas práticas profissionais uma série de atribuições direcionam os fazeres e que estão regulamentadas no Regimento Interno da Secretaria, conforme apresentado no Art. 6º. Compete a esses profissionais propor, planejar e executar cursos e treinamentos; elaborar e divulgar diretrizes relacionadas à etapa e/ou modalidade sob sua responsabilidade; propor e analisar programas de capacitação, aperfeiçoamento e atualização, dentre outras.

Nesse sentido, é salutar entender o (s) caminho (s) institucional (ais) que profissionais do magistério público municipal de Feira de Santana percorrem para compor a equipe de formadores que atua diretamente no órgão gestor.

Na busca realizada, em diversos documentos legais, que orientam e/ou regulamentam o trabalho da Secretária Municipal de Educação de Feira de Santana, como a Lei Complementar nº 01/94; a Lei Orgânica do Município de nº 030/90; a Lei nº 1.802/95; o Decreto Nº 5.912/1995; a Lei Municipal nº. 3.388, de 20 de junho de 2013; e a Lei Nº 3651/2016, não encontrou-se nenhuma normativa que estabeleça formas de acesso, permanência e avaliação de uma equipe de formadores de professores.

Os dados obtidos na própria Secretaria, revelam que a ausência de disciplinamento sobre o tema, gera a ausência de critérios técnicos, alinhados aos princípios constitucionais que regem a administração pública, como prevê a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, quando apresenta os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Em linhas gerais, a seleção interna dos profissionais do magistério que atuam temporariamente em ações de formação de professores na educação municipal de Feira de Santana, acontece por meio de convites pessoais, indicação política ou outras formas de aproximação que não democratizam, e ainda depõem contra o estado de direito em que se fundamenta o campo profissional dentro de instituições públicas.

#### 5. 4 A necessidade de uma regulamentação

De acordo com Gatti (2019), a equipe de formadores de professores de uma Secretaria Municipal de Educação se apresenta como uma força institucional, um movimento que pode trazer impactos para gestão, uma vez que é essa equipe que deve apresentar condições para a concepção e consecução de algumas políticas públicas educacionais. Ampliando, a autora diz que o trabalho desenvolvido pela equipe de formadores “[...] é complexo, realizado com e sobre pessoas, com suas finalidades, intencionalidades, formas de engajamento, prescrições, programas. É uma ação baseada em vínculos, e a formação para este trabalho também é complexa”. (GATTI, 2019, p. 41)

Para além disso, as mudanças propostas para a Educação Básica, no Brasil, trazem enormes desafios para as equipes responsáveis por propor e implementar as políticas de formação de professores. Conforme Altet; Guibert (2014) formar professores envolve uma série de dimensões, que perpassam por questões socioprofissionais, didáticas e psicológicas.

Pensando nisso, o movimento de informações coletadas, durante toda a pesquisa, alicerça a proposição sobre a necessidade de regulamentar a organização legal da equipe de formadores de professores. A partir dos questionários aplicados e dos Ateliês Formativos (AF) realizados é possível fortalecer a proposta desse estudo.

Não é uma tarefa fácil trabalhar com a (re) construção de saberes, com a articulação de conhecimentos teóricos e práticos na busca por possibilitar melhorias no cenário educacional. Por isso, a composição de uma equipe que lida diretamente com essas proposições, sobretudo num contexto de educação pública, precisa estar alinhada com critérios técnicos, vinculados a princípios que alicercem um ordenamento institucional.

#### 5.4.1 Tessituras do primeiro Ateliê Formativo

No Ateliê intitulado “O município como formulador de políticas públicas: responsabilidades educativas”, realizado no dia 13 de outubro de 2021, foi possível desenvolver um diálogo sobre as responsabilidades do município na educação tendo em vista os princípios constitucionais. O convidado, Especialista em Gestão Pública, Profº. Marcos Rosa, trabalhou com uma abordagem dialógica e envolveu as colaboradoras da pesquisa no processo reflexivo. Estiveram presentes nesse Ateliê, 3 (três) das colaboradoras que aceitaram participar da pesquisa. As demais tiveram uma incompatibilidade de horários.

**Figura 6** – Convite do 1º Ateliê Formativo

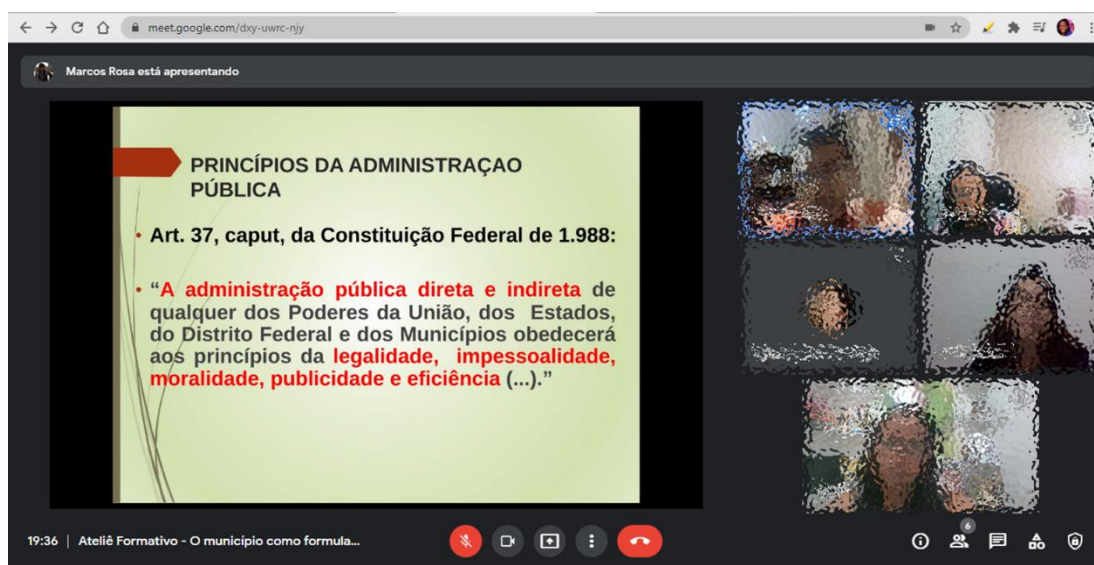


**Fonte:** Produção autoral, 2021.

Por meio de uma fala pautada no conceito da Administração Pública, o Prof<sup>o</sup>. Marcos Rosa fundamentou o discurso na ideia do bem estar social e da gestão da coisa pública. A partir daí, falou sobre os princípios constitucionais que regem a administração pública, os quais revelam o estado de direito, uma vez garantem equidade nas ações.

Tratando especificamente do entendimento sobre Administração Pública vinculando-se à necessidade de normatizar o processo de seleção de formadores de professores, Prof<sup>o</sup> Marcos ressalta que o município de Feira de Santana tem muitas lacunas legais nas diversas áreas de atuação, e no campo educacional a situação não é diferente. Daí a necessidade de revisão dos dispositivos legais existentes, a exemplo do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, e da criação de outros para dar conta das diversas realidades.

**Figura 7** – Registro imagético do 1<sup>o</sup> Ateliê Formativo



**Fonte:** Coleta autoral, *print* da tela, 2021.

Nesse movimento reflexivo, as colaboradoras fizeram um exercício prático, alinhando cada um dos princípios constitucionais às ações necessárias para o pensar de um documento normativo, o qual está materializado na tabela abaixo.

**Tabela 11 – Princípios Constitucionais x Ação Institucional**

<b>PRINCÍPIO</b>	<b>AÇÃO</b>
Legalidade	Revisar documentos legais, sobretudo o Regimento Interno
Impessoalidade	Romper com práticas de convite pessoal
Moralidade	Priorizar competências técnicas
Publicidade	Definir critérios de seleção
Eficiência	Avaliar o trabalho realizado

**Fonte:** Produção autoral a partir dos diálogos do 1º Ateliê Formativo

Nesse sentido, o primeiro Ateliê Formativo acumulou diversos contributos para continuidade da pesquisa. A avaliação, gerada a partir dessa vivência, apresenta caminhos que um órgão gestor deve percorrer no fazer lícito de suas atribuições. Um dos pontos interrogados na avaliação busca saber das colaboradoras quais os critérios devem ser priorizados na construção de uma normativa para seleção, de formadores de professores. Madame X (2021), diz que é preciso considerar “critérios ligados a aplicabilidade dos princípios que norteiam o serviço público/servidor, desde a seleção (porta de entrada) até a avaliação do processo instituído”. A outras duas participantes relatam que

Primeiro deve ser criado um normativo, portaria ou resolução que estabeleça critérios para o candidato a formador, além dos critérios é necessário estabelecer quais as atribuições que o mesmo irá exercer para que ao participar da seleção, seja interna ou externa, fique claro o que ele desenvolverá no exercício da função. Considero importante a qualificação profissional e experiência na etapa da Educação Básica em que o mesmo irá atuar como formador, para que a práxis torne-se presente nos momentos de formação. O acompanhamento e a avaliação devem ser constantes visando garantir a qualidade e a eficácia dos processos formativos. (GIRASSOL, 2021)

E,

Experiência com resultados atendendo ao princípio da eficiência:

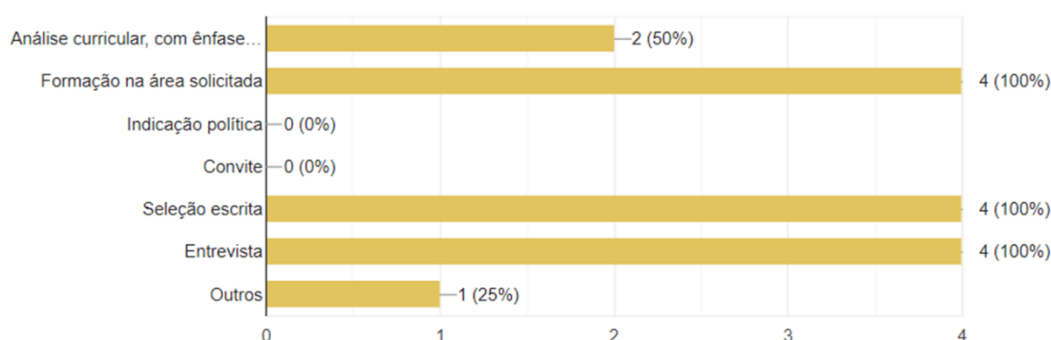
- Experiência de sala de aula da qual será formador;
- Apresentar práticas com resultados.

Comprovação de currículo com entrevista respeitando o princípio da impessoalidade:

- Apresentar interesse por melhoria na educação;
- Abertura para aprendizado de novos paradigmas;
- Reconhecer a importância da avaliação do processo e se permitir ser avaliado. (ALICE, 2021)

As sugestões supra apresentadas coadunam com as proposições das representantes institucionais. No questionário respondido por elas, perguntou-se: “Quais os critérios você considera que são pertinentes para a seleção de profissionais efetivos do magistério público municipal que venham a assumir a função de formadores de professores no espaço da Secretaria Municipal de Educação?” O gráfico abaixo sinaliza diretamente as respostas.

**Gráfico 7 – Sugestão de critérios para seleção de formadores de professores**



**Fonte:** Questionário – Representantes Institucionais, 2021.

Dessa forma, majora-se o entendimento que o meio mais idôneo, apresentado pela Constituição de 1988, para conferir a todos igual oportunidade de acesso a cargos e/ou funções públicas é através da estruturação de dispositivos institucionais esteados nas leis. O primeiro Ateliê finaliza-se com aprovação das participantes que teceram comentários como “o encontro foi bastante proveitoso e significativo, princípios constitucionais devem ser conhecidos por todos os cidadãos e principalmente pelos educadores. Agradeço pela oportunidade de troca e reflexão” (GIRASSOL, 2021); “Encontro esclarecedor e produtivo” (ALICE, 2021); e “o encontro de hoje foi muito esclarecedor, nos permitiu ampliar o olhar sobre a temática de forma prática e significativa”. (MADAME X, 2021)

#### 5.4.2 Segundo Ateliê Formativo - Entrelaçando diálogos

No dia 09 de novembro de 2021, foi realizado o segundo Ateliê Formativo, proposto como ação interventiva dessa pesquisa. O encontro foi realizado com a participação da Prof<sup>a</sup>. Giovana Zen (Doutora em Educação) e norteado pelo tema

“As políticas de formação dos profissionais do magistério”. Foi um momento significativo, permeado por reflexões sobre as políticas de formação, a partir da caracterização do sistema e das concepções de formação, sobretudo para aqueles que atuam como formadores de professores. Marcaram presença no encontro, além das participantes, a orientadora da pesquisa, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Selma Daltro.

**Figura 8** – Convite do 2º Ateliê Formativo



**Fonte:** Produção autoral, 2021.

Feira de Santana tem um Plano de Formação Continuada? Foi com esse questionamento que a Prof<sup>a</sup>. Giovana Zen convidou o grupo a pensar sobre as políticas públicas voltadas para os profissionais do magistério no município de Feira de Santana. A Prof<sup>a</sup>. discorreu sobre a importância desse documento e enfatizou que a inexistência traz fragilidades na implementação das políticas públicas de formação docente, não evidenciando os necessários investimentos nessa área, uma ação estratégica para a garantia da qualidade da educação.

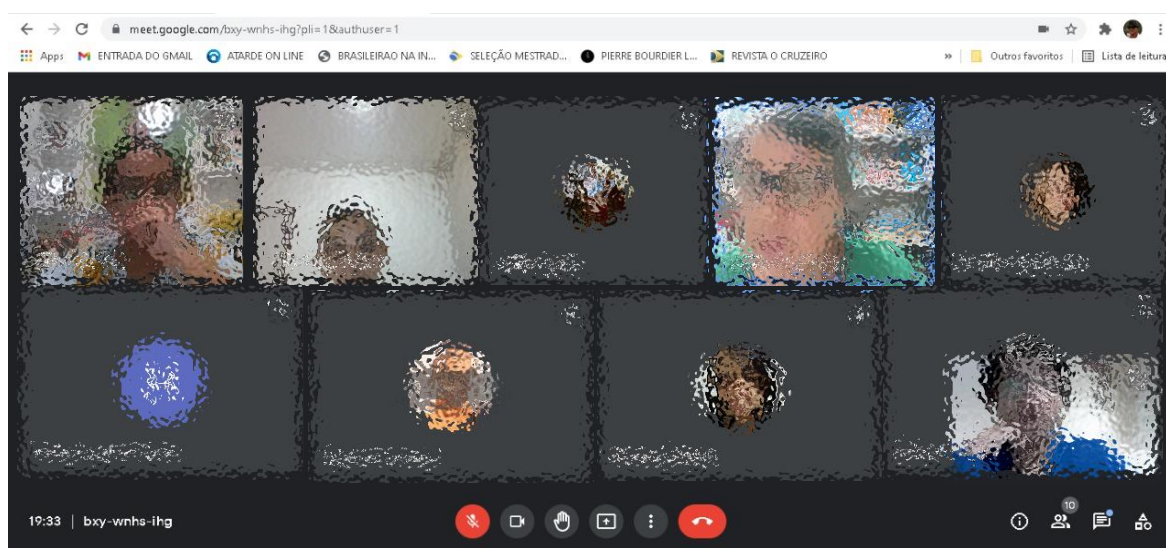
Ainda de acordo com a Prof<sup>a</sup>. Giovana Zen, o objetivo de um Plano de Formação Continuada é revelar o compromisso com a formação como um exercício contínuo da aprendizagem a qual favorece o desenvolvimento dos profissionais da educação, e deve ser compreendido a partir das

[...] dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal

finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (BRASIL, 2015, Art.16)

Entrelaçando o diálogo, a Prof<sup>a</sup> Selma Daltro fez algumas considerações sobre a abordagem realizada pela Prof<sup>a</sup>. Giovana. Comentou que as políticas de formação docente precisam ser realmente pensadas a partir de instrumentos pedagógicos e de gestão, que ancorem processos com transparência. Nesse sentido, um Plano de Formação Continuada apresentaria diretrizes para a ação formativa e para a organização da equipe de formadores de professores, através de critérios e perfil para atuação.

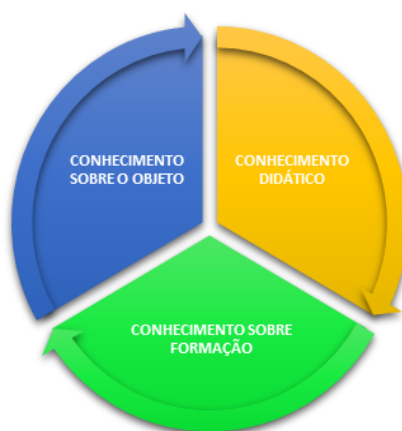
**Figura 9** – Registro imagético do 2º Ateliê Formativo



**Fonte:** Coleta autoral, *print* da tela, 2021.

As demais participantes do Ateliê também trouxeram contributos relevantes para a discussão. Girassol (2021), ressaltou uma fala da Prof<sup>a</sup>. Giovana na qual ela mencionou uma tríade de conhecimentos (Figura10) que devem ser considerados num processo de seleção para formadores de professores.

**Figura 10** – Conhecimentos necessários para processo de seleção para formadores de professores



**Fonte:** Produção autoral, a partir da ideia da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giovana Zen, 2021.

De acordo com a ideia da Prof<sup>a</sup>. Giovana Zen, essa tríade apresenta caminhos para a construção de um documento que regule um processo de seleção para formadores de professores. A abordagem orienta dimensões imprescindíveis para pensar os critérios. A articulação entre os três tipos de conhecimentos que aparecem na tríade, conhecimento no objeto (teórico), conhecimento didático (saber ensinar) e conhecimento sobre formação (como fazer), revela habilidades e competências basilares para o profissional do magistério que de propor a assumir a função de formador.

Após laços e enlaces, os diálogos realizados no 2º Ateliê Formativos, se posicionaram em *stand by*, prontos para serem acionados a qualquer momento. Essa foi a avaliação das participantes, que se fundamentaram em tudo que foi vivenciado e nas considerações finais da Prof<sup>a</sup> Giovanna, que provocou o grupo com a chamada “Metáfora do Andaime”.

Essa metáfora vinculada ao tema trabalhado no Ateliê, chama atenção para a importância da proposta da pesquisa que foi realizada, uma vez que faz-se realmente necessário que o órgão gestor da educação municipal oficialize sua equipe de formadores de professores através de normatizações. Um documento que regule um processo de seleção pode e deve ser comparado com um andaime, por que se tornará um recurso que conferirá efetividade aos princípios constitucionais e lisura aos atos do gestor público. “A metáfora do andaime nos

ajuda a entender a importância do alinhamento das ações, partindo do macro para o micro, promovendo uma contextualização institucional e não de concepções e princípios pessoais. A tematização da prática deve ser a finalidade da formação”. (MADAME X)

#### 5.4.3 Terceiro Ateliê Formativo – Os vincos da pesquisa

O terceiro Ateliê Formativo trouxe no título o objetivo que tinha, a realização de uma “Escuta para a proposta de seleção e avaliação de formadores de professores”. Ocorreu no dia 10 de novembro de 2021, com a finalidade de, além de realizar uma escuta, propor uma normativa para seleção de formadores de professores. Para mediar o referido momento, convidou-se a orientadora dessa pesquisa a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Selma Daltro, todavia por conta de um chamado profissional inesperado, não foi possível contar com a participação.

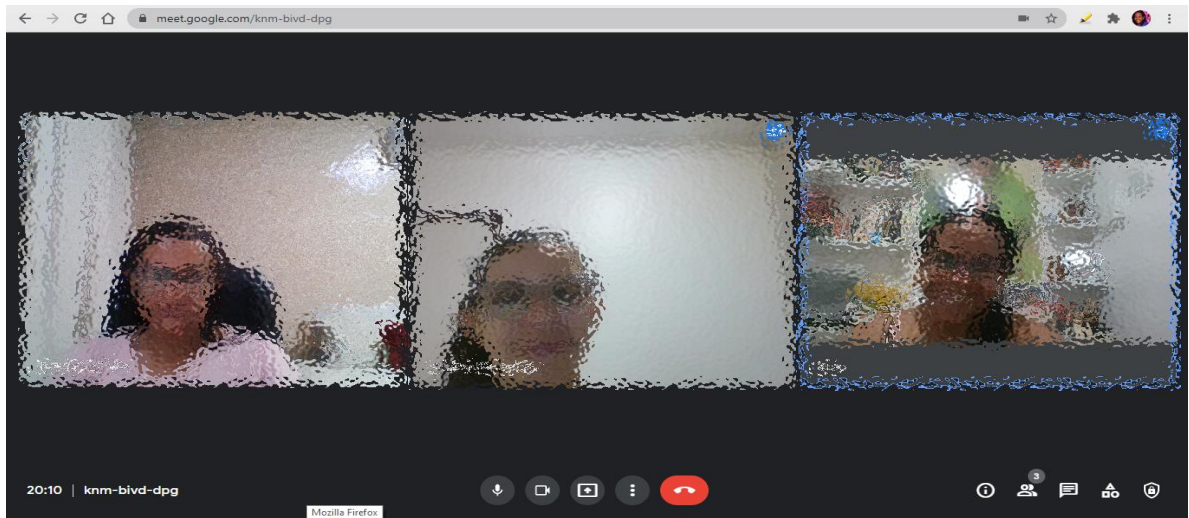
**Figura 11** – Convite do 3º Ateliê Formativo



**Fonte:** Produção autoral, 2021.

Desse modo, a condução ficou por conta da pesquisadora, que juntamente com as participantes desenvolveram discussões salutares acerca do tema em questão. A proposta do Ateliê foi bastante diretiva, focada em efetivamente compilar as ideias para a construção do documento proposto como produto final da referida pesquisa.

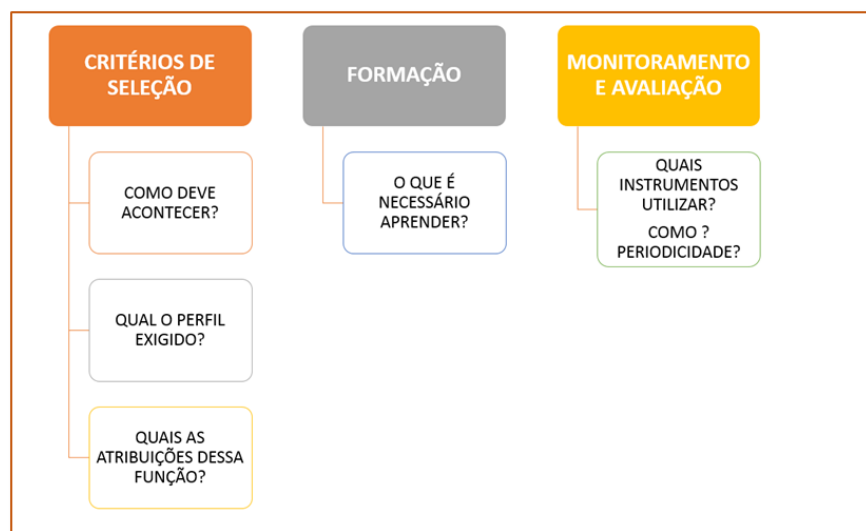
**Figura 12** – Registro Imagético do 3º Ateliê Formativo



**Fonte:** Coleta autoral, *print* da tela, 2021.

Foi realizado o compartilhamento de uma ferramenta de planilhas, na qual as participante puderam registrar suas contribuições, as quais foram demarcadas em 3 (três) eixos estruturantes, conforme a figura 13. Estes eixos foram definidos com orientadores da estrutura do documento que está sendo proposto com produto da pesquisa.

**Figura 13** - Eixos estruturantes para o documento orientador



**Fonte:** Produção autoral, 2021.

O documento proposto pauta-se em elementos éticos, legais, teóricos e profissionais. Reconhece-se esse documento como um texto vivo, formador e que deverá ser revisado e renovado sempre que as necessidades institucionais, formativas e sociais passarem por transformações.

A proposta se apresenta com um caráter político e administrativo, contudo não é algo feito e finalizado de forma indefectível. Os textos precisam acompanhar as relações sociais, tempo e o local específico de sua produção, como resultado de disputas, acordos e representatividades. Cabe refletir que a elaboração dos textos legais não se restringe às ideias das discussões iniciais, mas se perpetua por todas as etapas de uma proposição da política. (MAINARDES; MARCONDES, 2009)

Dessa forma, o documento proposto orienta as questões gerais e legais para um processo de seleção de formadores de professores.

## 6 O PRODUTO FINAL

O produto final dessa pesquisa é um Documento Normativo e Orientador que visa legitimar o processo seletivo da equipe de formadores de professores que atuam ou atuarão dentro do órgão gestor da educação pública de Feira de Santana, orientando a prática organizacional da Secretaria Municipal de Educação. A proposta se apresenta inovadora e associada a evidências científicas.

O produto foi proposto pela pesquisadora, em consenso com a orientadora, e construído a partir de um movimento cíclico de diálogos entre todos os participantes da pesquisa. A ação interventiva dos Ateliês Formativos (AF's) somaram de forma vultuosa para dar contornos à proposta. O 1º e 2º AF forneceu arsenal substancial para composição do produto. Mas, foi no terceiro AF que o documento se materializou.

### 6. 1 O documento

Entendendo a necessidade da regulamentação do processo de seleção dos profissionais que atuarão na função de formadores de professores da educação pública municipal de Feira de Santana, apresentar-se-á nesta parte da escrita a proposta de um documento orientador e normatizador dessa ação.

Construído buscando alinhar preceitos legais e institucionais, trata-se de um documento de organização e ordenamento jurídico e administrativo, a ser tratado internamente pela Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para organização do processo seletivo dos profissionais do magistério que ocuparão a função de formadores de professores dentro do órgão central da educação.

#### 6.1.1 Proposta de Documento Normativo e Orientador

Estabelece diretrizes para organização de processo seletivo destinado à composição de banco de formadores de professores da educação pública do município de Feira de Santana.

## **CAPÍTULO I – Das Disposições Gerais**

O processo seletivo para exercício da função de formador de professores da educação pública do município de Feira de Santana deve ser regido por elaboração de edital sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação.

## **CAPÍTULO II – Das Bases Legais**

Para a organização do processo seletivo faz-se necessário estruturar o edital a partir das bases legais que regem a educação brasileira, no que tange aos três entes federados, a saber:

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Estabelece a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);

Lei Complementar nº 01 de 11 de novembro de 1994 - Dispõe sobre o Estatuto, Previdência e Sistema de Carreira dos Servidores do Município de Feira de Santana e de suas Autarquias e Fundações;

Decreto nº 5.912, de 06 de novembro de 1995 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação;

Lei Municipal de nº 3.388, de 20 de junho de 2013 - Institui o Sistema Municipal de Educação do Município de Feira de Santana;

Lei nº 3651, de 16 de dezembro de 2016 - Institui o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana e dá outras providências.

## **CAPÍTULO III – Do Processo de Seleção**

Faz-se necessário para os encaminhamentos do processo seletivo a composição de uma Comissão Examinadora formada por, no mínimo, 3 (três) membros os quais

serão responsáveis por avaliar as competências e habilidades do(a) candidato(a). Os membros deverão ter o seguinte perfil:

- a) Ser Professor ou Especialista em Educação pertencente ao quadro efetivo de Servidores que atuam na Secretaria Municipal de Educação;
- b) Não estar no Estágio Probatório;
- c) Possuir, no mínimo, 3 (três) anos de experiência profissional na atuação como formador de professores;
- d) Possuir conhecimentos teóricos sobre formação de professores, currículo, documentos legais e orientadores da educação básica, e avaliação da aprendizagem.

O edital para realização de seleção interna deverá ser organizado a partir das seguintes normativas:

## **Título I – Dos Procedimentos**

### I – Primeira Etapa

- I. Organização de ficha de inscrição;
- II. Análise curricular (comprovação da formação profissional de acordo com a exigências e comprovação de experiência, participação em eventos da área, produções acadêmicas na área exigida);

A análise curricular deverá ser realizada a partir da atribuição de pontuações previamente determinadas por meio de um barema. A primeira fase se apresenta com caráter classificatório.

### II – Segunda Etapa

- I. Realização de prova escrita (abordar às concepções de educação para a educação pública municipal, de acordo com as etapas ou modalidades para as quais o processo seletivo for destinado, a partir dos documentos locais/institucionais);

## II. Realização de entrevista

Serão habilitados (as) para essa etapa os(as) candidatos(as) que atenderem a todas as solicitações da Etapa, incluindo a pontuação instituída via preenchimento do barema.

Para a realização das fases desta etapa, somente poderão participar os integrantes da Comissão Examinadora e o (a) candidato(a).

## **Título II – Do Perfil Profissional exigido para o Formador de Professor**

- I. Ser Professor ou Especialista em Educação pertencente ao quadro efetivo da educação pública municipal;
- II. Ter sido aprovado no período de avaliação referente ao Estágio Probatório
- III. Não estar em qualquer tipo de afastamento;
- IV. Possuir, no mínimo 3 (três) anos de experiência na área de atuação pleiteada;
- V. Apresentar habilidades comunicativas, didáticas e acadêmicas;
- VI. Possuir formação específica na área de atuação pleiteada;
- VII. Expor compromisso político e ético com a instituição;
- VIII. Conhecer a base legal que sustenta a educação pública;
- IX. Demonstrar conhecimento com tecnologias digitais;
- X. Apresentar conhecimento técnico/metodológico sobre processos formativos.

## **Título III – Das atribuições**

- I. Elaborar plano de formação adequado às concepções institucionais;
- II. Elaborar de material didático;
- III. Participar de momentos formativos;
- IV. Participar de reuniões de alinhamento técnicas/pedagógicas;
- V. Acompanhar a equipe de professores do seu grupo de trabalho que estiver responsável;
- VI. Planejar e desenvolver os encontros formativos;
- VII. Construir relatórios que apresente o processo e finalização das ações;
- VIII. Participar de eventos formativos externos à instituição;

IX. Realizar cursos de formação continuada vinculadas à área de atuação.

#### **CAPÍTULO IV – Do Acompanhamento e Avaliação**

- Elaboração de instrumentos para acompanhamento do desempenho da função e do cumprimento das atividades, como:
  - I. Autoavaliação;
  - II. Observação;
  - III. Avaliação dos professores cursistas.
- Periodicidade (Semestral)

#### **CAPÍTULO V – Das Disposições Finais**

A organização do processo de seleção caberá à Secretaria Municipal de Educação.

A composição da equipe de formadores deverá seguir rigorosa ordem de classificação e a necessidade do órgão gestor, não assegurando aos aprovados no processo seletivo a lotação imediata.

A seleção deverá ter validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos, de acordo com o interesse e a necessidade do órgão gestor.

Por meio de análise à Lei Complementar nº 01, de 11 de novembro de 1994, a Secretaria Municipal de Educação instituirá a concessão de gratificação ao grupo de formadores de professores, que estiverem em efetiva atividade, por trabalho relevante, técnico ou científico.

O candidato aprovado poderá, a pedido, deixar o exercício da função de formador de professor através de comunicação, por escrito, ao órgão gestor, respeitado os períodos legais para solicitação de remoção.

O formador de professor, no efetivo exercício da função, participará de formações continuadas ofertadas pelo órgão gestor e será acompanhando e avaliado, sistematicamente.

O retorno à atividades dentro do espaço escolar, por parte do Professor ou Especialista em Educação, em disponibilidade far-se-á mediante garantia da

lotação, carga horária e vencimentos compatíveis com a função anteriormente ocupada.

### Barema de avaliação

#### Primeira Etapa

##### 1. Análise do currículo

<b>Crítérios</b>	<b>Pontuação máxima</b>	<b>Pontuação obtida</b>
Formação profissional		
Experiência profissional (mínimo de 3 anos)		
Participação em eventos e cursos da área (palestras, cursos, oficinas, minicursos)		
Produções acadêmicas		
<b>Total</b>		

Observação \_\_\_\_\_

#### Segunda Etapa

##### 1. Prova Escrita

<b>Crítérios</b>	<b>Pontuação máxima</b>	<b>Pontuação obtida</b>
Adequação ao tema (analisar aspectos teóricos)		
Coesão e clareza (fraseologia, articulação clara das ideias, argumentação, emprego de pronomes, conjunção, etc)		
Vocabulário/Gramática (observar: ortografia, acentuação, pontuação, concordância (verbal e nominal))		

<b>Total</b>		
--------------	--	--

Observação \_\_\_\_\_

## 2. Entrevista

<b>Crítérios</b>	<b>Pontuação máxima</b>	<b>Pontuação obtida</b>
Por que você está se candidatando para atuar na função de formador/a de professores/as?		
Qual sua experiência em atividades de formação? Como sua experiência poderia colaborar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação?		
De que forma experiência poderia colaborar com formação dos profissionais do magistério público municipal de Feira de Santana?		
Você acha que a função de formador de professor contribui para a implementação das políticas públicas educacionais? Justifique sua resposta		
<b>Total</b>		

Observação: \_\_\_\_\_

Resultado: Soma das notas obtidas pelas etapas dividido pela quantidade de etapas.

### Situação final:

( ) Aprovado

( ) Não aprovado

## 7 ALINHAVOS FINAIS

- No fim tudo dá certo...  
[...]  
- Se não deu certo, é porque ainda não chegou no fim.  
(SABINO, 1990, p. 201)

É chegada a hora de ir em busca de tantas outras reflexões. A finalização de uma pesquisa traz a sensação de incompletude frente às novas demandas que se apresentam durante a construção. Diversos foram os movimentos realizados na busca de uma articulação produtiva e sistêmica entre as dimensões investigadas no presente estudo.

Essa pesquisa de intervenção surge no âmbito das políticas públicas educacionais como uma ação de responsabilidade institucional frente às necessidades organizacionais e formativas de uma pauta legítima, a normatização e orientação do processo de seleção do grupo de profissionais do magistério público, que atuarão na Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, como formadores de professores.

A pesquisa buscou se desenvolver dentro dos parâmetros estabelecidos. Não encontrou dificuldades no que tange às relações instituídas dentro da Secretaria Municipal de Educação para a coleta de informações. Contudo, viveu-se uma privação no que tange ao acesso aos dados, justificado pela ausência de um arquivo com as memórias da educação, dentro do órgão que gere as políticas educacionais na cidade de Feira de Santana.

Quanto à ação interventiva, por meio dos Ateliês Formativos, apesar da pequena adesão, a realização contou com uma frequência contínua. Não se revelaram situações de constrangimento nem conflito de interesses entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. Os diálogos e construções foram coletivos e fluidos, regimentados pelos protocolos de conduta e acordos previstos no TCLE.

Em linhas gerais, fica o consenso, entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa, que esse estudo apresenta contributos significativos, uma vez que possibilitou a produção de estudos científicos relevantes acerca da gestão educacional local, suas responsabilidades, desafios e perspectivas. Foram

catalogados documentos legais e oficiais que regulamentam a função pública do órgão gestor da educação municipal de Feira de Santana, publicizando assim conhecimentos sobre contextos e características das políticas públicas de seleção de formadores de professores.

A realização dos Ateliês Formativos deu ênfase a temas consideráveis, como: o município como formulador de políticas públicas; políticas de formação, caracterizando o sistema e as concepções de formação; e os sujeitos formadores. Nesse sentido, os ateliês se mostraram fundamentais para a ampliação e partilha de conhecimentos, e geraram inovação para a ação interventiva através de vivências mais dinâmicas, frúidas e produtivas.

O resultado dessa produção se reverberou em uma proposta institucional, baseada em princípios da administração pública, um documento normativo e orientador que deve regulamentar o processo de seleção, formação e avaliação de formadores de professores para educação municipal de em Feira de Santana. Tal proposta é vista como contributiva para acervos teóricos-metodológicos das pesquisas vinculadas aos Mestrados Profissionais na Bahia e no Brasil.

Nesse sentido, visualiza-se esse documento como uma decisão arrojada e acertada, uma vez que seu objetivo é organizar a prática organizacional municipal, disciplinando o processo de seleção da equipe de formadores de professores. Esse documento se posicionará como um instrumento de legitimidade, orientador das ações institucionais. Dada a importância da equipe de formadores de professores dentro de um órgão gestor, faz-se necessário a implementação de processos que assegurem a continuidade dos projetos, obras e ações, a partir das prioridades e metas estabelecidas, independente das vontades políticas.

Frente a isso, esse é um processo que precisa pautar-se em elementos éticos, legais, teóricos e profissionais. Reconhece-se esse documento como um texto vivo, formador e que deverá ser revisado e renovado sempre que as necessidades institucionais, formativas e sociais passarem por transformações.

Essa pesquisa se apresenta como uma significativa proposta de relevância acadêmica. Para além de ter um tema original, comprovado a partir da confrontação de informações nas buscas em bancos de dados de dissertações e teses, esse estudo poderá viabilizar uma ampliação das pesquisas relacionadas a seleção de formadores de professores, como o olhar voltado para as ações desenvolvidas no âmbito da gestão educacional por parte do (s) município (s). Poderá oportunizar,

também, a organização de uma gestão mais articulada e comprometida com critérios técnicos, dentro do contexto das políticas públicas educacionais, não só da Bahia, mas de todo o país.

No fim, quase tudo deu certo (SABINO, 1990). Assim, encerra-se essa pesquisa acreditando que existe um contexto muito mais amplo e complexo a ser estudado.

## 8 REFERÊNCIAS

ALTET, M.; GUIBERT, P. Construire un curriculum européen partir de l'observation et l'analyse des pratiques enseignantes. In: PASQUAY, L. et al. **Travail réel des enseignants et formation**. Louvain-la-Neuve: De Boeck Supérieur S.A., 2014. p. 79-96.

ALONSO, Myrtes (org.). **O Trabalho Docente: teoria e prática**. SP: Pioneira Thomson Learning, 2003.

AMOS, K. **Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científicos-sociais proeminentes na educação comparada**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, nº especial, p. 23-38, 2010. Disponível em <http://www.periodicos.usp.br/ep/article/view/28215/30034> Acesso em: 7 out. 2020.

ATALIBA, Geraldo. **República e Constituição**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

AZEVEDO, José Clóvis de; GENTILI, Pablo (org.). **Democracia e Utopia na Escola Cidadã**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROS, Waldilson Duarte Cavalcante de.; NÓBREGA, Daniela Gomes de Araújo. **Formação de professor: a construção do saber docente**. Paraíba: Realize, 2016. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2016/TRABALHO\\_EV057\\_MD1\\_SA32\\_ID791\\_09092016192534.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2016/TRABALHO_EV057_MD1_SA32_ID791_09092016192534.pdf). Acesso em: 26 set de 2020.

BITOUN, Jan; LIMA, Rosa Maria Cortês de. Os conselhos municipais da região Metropolitana do Recife: aspectos da cultura cívica. In: AZEVEDO, Sergio, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS Jr, Orlando Alves dos. **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BOAVIDA, A M; PONTE, J. P. Investigação colaborativa: potencialidades e problemas. In GTI (Org). **Reflectir e investigar sobre a prática profissional** (p. 43-55). Lisboa: APM, 2002.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em: 5 de maio. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.752**, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm). Acesso em: 5 de maio. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 10.195**, de 30 de dezembro de 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10195.htm#art8](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10195.htm#art8). Acesso em: 20 set 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 de nov 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em 5 de maio. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.portal.inep.gov.br/web/saeb/plano-de-desenvolvimento--da-educacao>. Acesso em: 5 de maio. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Fundo de Financiamento Estudantil** – Fies: relatório de contas anual; relatório de gestão do exercício de 2015. Brasília: DF, abr. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/%20outubro-2016-pdf/49921-rg-fies-2015-pdf/file> . Acesso em: 26 de set 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 9**, de 8 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em 5 de maio. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 5**, de 13 de dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf). Acesso 5 de maio. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 2**, de 9 de junho de 2015. Disponível em: [http://prona-campo.mec.gov.br/images/pdf/parecer\\_cne\\_cp\\_2\\_2015\\_aprovado\\_9\\_junho\\_2015.pdf](http://prona-campo.mec.gov.br/images/pdf/parecer_cne_cp_2_2015_aprovado_9_junho_2015.pdf). Acesso em 5 de maio. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

BRASIL. **Resolução nº 2**, de 1º de julho de 2015. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 18 dez 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: [http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf). Acesso em 5 de maio. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 15 de maio de 2006. Disponível em: [http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em 5 de maio. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em 5 de maio 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 2 de julho de 2019. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECPN12019.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12019.pdf). Acesso em 5 de maio 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 5 de maio 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: formação de professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: MEC, SEB, 2012.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil**: leitura crítico compreensiva, artigo a artigo. 17ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CASTRO, Selma Barros Daltro de. **O Sistema Municipal de Ensino**: uma análise histórica em Feira de Santana, no período de 1990 a 1998. 106f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CARROLL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

COSTA, Marisa Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educar pela pesquisa**. 6ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

DOURADO, L.F. **A formação de professores e a base comum nacional:** questões e proposições para o debate. RBPAAE, v. 29, nº 2, págs. 367-388, maio/ago 2013a.

FEIRA DE SANTANA. **Plano de Governo 2021 – 2024.** Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/BA/35157/426/candidatos/470365/5\\_1600628196896.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/BA/35157/426/candidatos/470365/5_1600628196896.pdf). Acesso em: 20 out 2021.

FEIRA DE SANTANA. **Plano Municipal de Educação 2016-2026.** Lei nº 3651, de 16 de dezembro de 2016. Disponível em: [https://www.feiradesantana.ba.gov.br/seduc/arq/Plano\\_educ.pdf](https://www.feiradesantana.ba.gov.br/seduc/arq/Plano_educ.pdf). Acesso 20 agosto de 2020.

FEIRA DE SANTANA. **Portaria nº 03**, de 23 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/seduc/arq/portaria032016.pdf>. Acesso em: 10 de set 2021.

FEIRA DE SANTANA. **Portaria nº 09**, de 29 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/detalhes.asp?publicacao=1&idsec=1&edicao=>. Acesso em: 10 de set 2021.

FEIRA DE SANTANA. **Portaria nº 05**, de 06 de março de 2018. Disponível em: <https://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/>. Acesso em: 10 de set 2021.

FEIRA DE SANTANA. **Portaria nº 23**, de 17 de abril de 2019. Disponível em: <https://diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/detalhes.asp?st=1&publicacao=1&tipo=9&idsec=&edicao=978>. Acesso em: 10 de set 2021.

FEIRA DE SANTANA. **Secretaria Municipal de Educação**, 2020.

FEIRA DE SANTANA. **Sistema Municipal de Educação do Município de Feira de Santana.** Lei nº 3388, de 20 de junho de 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2013/338/3388/lei-ordinaria-n-3388-2013-institui-o-sistema-municipal-de-educacao-do-municipio-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias>. Acesso 14 out de 2020.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

FREITAS, D. N. T. de. A Gestão Educacional na interseção das políticas federal e municipal. Revista da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, v. 24, n. 02, jul/dez, 1998.

GADOTTI, M. **A autonomia como estratégia da qualidade de ensino e a nova organização do trabalho na escola.** Seminário Nacional Escola Cidadã: Aprender e Ensinar Participando. Porto Alegre, março de 1999.

GATTI, Bernardete Angelina (org.). **Professores do Brasil:** novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

GOMES, Eugênio Maria; MORGADO, Almir. **Compêndio de Administração:** administração pública e privada de A a Z. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Tradução Juliana dos Santos Padilha Porto Alegre: Artmed, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar [livro eletrônico]. 1ª ed. Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2018.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de A. **Metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. **Entrevista com Stephen J. Ball**: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Educação & Sociedade, (2009). 30 (106), 303-318.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 35.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed. São Paulo (SP): HUCITEC, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **O que é a Covid-19?** [Internet]. Brasília: Ministério de Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 02 de jun 2021.

NOVAIS, Gercina Santana.; NUNES, Silma do Carmo. **Políticas públicas educacionais**: a educação básica entre o prescrito e o real. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 81-93, jul./dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/CONCEICAO/Downloads/28627-Texto%20do%20artigo-114311-1-10-20141230.pdf>. Acesso em: 30 out de 2020.

NÓVOA, Antonio (org.). **Vidas de professores**. Portugal: Porto Editora, 1992.

\_\_\_\_\_. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**: Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, Dalila A. **Política educacional nos anos 1990**: educação básica e empregabilidade. In: DOURADO, L. F. e PARO, V. H. (Orgs.). Políticas públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.

OLIVEIRA, Simone Dias Cerqueira de. Avaliação da Aprendizagem: uma proposta de Escuta formativa de professores. In: Anais do X Colóquio sobre questões curriculares & VI Colóquio luso brasileiro de currículo: **Desafios contemporâneos no campo do currículo**. Belo Horizonte – MG, setembro de 2012.

PACHECO, J.A. **Competências curriculares**: As práticas ocultas nos discursos das reformas. XX Simpósio Nacional de Políticas e Administração da Educação: Momentos e Movimentos/Anpac. Salvador, 2001.

PEREIRA, A. **Pesquisa de intervenção em educação**. Salvador: Eduneb, 2019.

PINHEIRO, Chloé. **Grande estudo mostra como o coronavírus chegou e se espalhou pelo Brasil** [Internet]. Veja Saúde, 2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/grande-estudo-mostra-como-o-coronavirus-chegou-e-se-espalhou-pelo-brasil/>. Acesso em: 02 de jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Cidade, 2020**. Disponível em: [http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&link=segov/cidade.asp#:~:text=O%20Munic%C3%ADpio%20e%20a%20Vila,Camis%C3%A3o%2C%20atual%20munic%C3%ADpio%20de%20Ipir%C3%A1](http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&link=segov/cidade.asp#:~:text=O%20Munic%C3%ADpio%20e%20a%20Vila,Camis%C3%A3o%2C%20atual%20munic%C3%ADpio%20de%20Ipir%C3%A1.). Acesso em: 10 out de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Lei nº 1802/95**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1995/180/1802/lei-ordinaria-n-1802-1995-modifica-a-estrutura-organizacional-da-prefeitura-municipal-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias> em: 10 out de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Feira ocupa o terceiro lugar no ranking de crescimento em investimentos na educação na região nordeste**. Feira de Santana, 2019. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Feira%20ocupa%20o%20terceiro%20lugar%20no%20ranking%20de%20crescimento%20em%20investimentos%20na%20educa%E7%E3o%20na%20regi%E3o%20nordeste&id=7&link=secom/noticias.asp&idn=21219>. Acesso em: 22 de out 2021.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Políticas públicas e educação: a descentralização dos sistemas nacionais de ensino, análises e perspectivas. In: BITTAR, Marluce; OLIVEIRA, João Ferreira de (orgs.). **Gestão e políticas da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em educação**. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, dez. 2006.

SABINO, Fernando. **Como dizia meu pai. A volta por cima.** Rio de Janeiro: Record, 1990.

SAVIANI, Dermeval. **Gestão federativa do sistema nacional de educação em regime de colaboração.** 2012. Disponível em: [https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20121019\\_DermevalSaviani\\_Federalismo.pdf](https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20121019_DermevalSaviani_Federalismo.pdf). Acesso 11 de out 2020.

SHIROMA, E.; MORAES, M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional.** Rio de Janeiro. Lamparina, 2007.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da.; MEDEIROS, Marleide Alves de Oliveira. Ateliê de pesquisa na construção colaborativa do conhecimento. In: ARAÚJO, Raimundo Dutra de; ARAUJO, Francisco Antonio Machado (orgs.). **Processos metodológicos na pesquisa em educação: dispositivos de produção e análise de dados em movimento.** Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2020. E-book.

SILVA, José Afonso da. **O município na Constituição de 1988.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

SISTEMA DE PUBLICAÇÕES DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS. **Programas de Mestrado Profissional em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.** Disponível em: <https://www.pucsp.br/en/node/308#dissertacoes-e-teses-defendidas>. Acesso em: 11 de abril 2021.

SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar.** São Paulo: Cortez, 1994.

SPINK, Peter. **Continuidade e descontinuidade em organizações públicas: um paradoxo democrático.** Cadernos Fundap, São Paulo, Ano 7, n. 13, p. 57-65, abr 1987.

TEIXEIRA, L. H. G. **Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino.** Cadernos de Pesquisas, Vol. 34, Nº 123. São Paulo: Set/Dez, 2004.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini; NETO, Jorge Megid. **Uma proposta de tipologia para pesquisas de natureza interventiva.** In: Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 4, p. 1055-1076, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n4/1516-7313-ciedu-23-04-1055.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Professor: tecnólogo do ensino ou agente social?** In: AMARAL, Ana Lúcia; VEIGA, Ilma Passos A (Orgs.) **Formação de professores: políticas e debates.** 5ª ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

## APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO - REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS

28/02/2022 02:44

Questionário - Representantes Institucionais - Formulários Google

Questionário - Representantes Institucionais

Perguntas Respostas + Configurações

Seção 1 de 3

Questionário para Representantes

Prezado (a),

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa intitulada "Contributos formativos e institucionais para a atuação dos formadores de professores na gestão educacional local em Feira de Santana", desenvolvida pela mestranda Karina Macêdo de Assis, sob orientação da Prof.ª Dra. Selma Barros Daltro de Castro, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI - Serrinha-BA, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia, através do Parecer de nº 4.620.456.

A pesquisa tem por objetivo analisar os cenários políticos, locais, institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, atuação e avaliação de profissionais de carreira do magistério público municipal que atuarão como formadores de professores, no município de Feira de Santana e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatize tal processo.

Sua participação é livre, ou seja, não é obrigatória, e mesmo que aceite agora, poderá retirar a pesquisa quando desejar, basta avisar aos pesquisadores.

Esse formulário deverá ser preenchido até o dia 26 de agosto de 2021.

E-mail \*

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)

https://docs.google.com/forms/d/1qY8WgEic77euV6U3B1B2eYivKm4eQYFgkoCzMBulg/edit

1/7

“A presente temo em atendimento a Resolução 498/12, destina-se a esclarecer ao participante os aspectos da pesquisa intitulada **CONTRIBUTOS FORMATIVOS E INSTITUCIONAIS PARA A ATUAÇÃO DOS FORMADORES DE PROFESSORES NA GESTÃO EDUCACIONAL LOCAL EM FEIRA DE SANTANA**, sob responsabilidade das pesquisadoras Karina Macêdo de Assis, Pedagoga, aluna do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI Serrinha Bahia, e Selma Barros Daltro de Castro, Pedagoga, Pós-doutora em Educação, professora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI Serrinha-Bahia, de acordo com os seguintes aspectos:

**Objetivo:** Analisar os cenários políticos, locais, institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, atuação e avaliação de profissionais de carreira do magistério público municipal que atuam como formadores de professores, no município de Feira de Santana e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatize tal processo. Os objetivos secundários são: analisar a responsabilidade político-institucional do poder executivo municipal com a gestão educacional local; construir um processo de formação para os formadores de professores que revele expectativas, saberes e ações por eles desenvolvidas; e apresentar, como produto da pesquisa, um documento normativo que regulamente o processo de seleção, atuação e avaliação o grupo dos profissionais do magistério que atuam como formadores dos professores.

**Metodologia:** O estudo será realizado e desenvolvido em regime de colaboração com representantes institucionais (Secretário (a) de Educação e Diretor (a) de Ensino) e servidores efetivos do magistério municipal, que desejam ou já atuam como formadores de professores. A participação dos representantes institucionais se dará por meio de entrevista semiestruturada virtual, a qual será aplicada por meio de um formulário on line. Esta ferramenta também será utilizada para convidar os servidores efetivos do magistério municipal. Assim, funcionará também como uma escuta formativa, a qual apresentará as expectativas dos participantes frente à pesquisa. O formulário será construído com base em critérios pré-estabelecidos, de inclusão e exclusão, como forma de estruturar o planejamento das ações. Esta é uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa e do tipo colaborativa. A opção pela pesquisa colaborativa sinaliza um convite a um trabalho coparticipativo, o que no âmbito educacional, especialmente na educação básica, promove uma maior receptividade ao desenvolvimento da pesquisa, visto que coloca os profissionais do magistério como possuidores e produtores de conhecimento. As estratégias para essa construção passam também por uma análise documental e por uma ação interventiva de formação, por meio de ateliês formativos (com profissionais do magistério público municipal). Os ateliês serão realizados via plataforma virtual, o Teams, utilizada pela Universidade do Estado da Bahia. Como produto final da pesquisa, propõe-se a construção de um documento normativo sobre o processo de escolha, atuação e avaliação dos profissionais que atuam na formação de professores da educação municipal de Feira de Santana. Devido ao contexto de emergência de saúde pública vivida na atualidade, todas as ações serão dessa pesquisa serão realizadas de acordo a Resolução nº 1.423/2020 da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Conselho Universitário (CONSU) e das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

**Justificativa e Relevância:** Esse projeto de pesquisa compõe a estrutura sistêmica da linha de pesquisa 1, do Programa de Pós-Graduação stricto sensu, Mestrado Profissional em Intervenção Educativa Social (MPIES), da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, a qual discute os novos contextos de aprendizagem, buscando analisar as configurações sócio-educacionais que surgem a partir dos desenvolvimentos biopsicossociais. Dessa forma, a proposição do mesmo visa uma análise dos cenários políticos, locais, institucionais, legais e formativos que interferem no processo de escolha dos formadores de professores, no município de Feira de Santana, e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatize e oriente as ações de gestão educacional local. A proposta deste projeto surge a partir das vivências profissionais na Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), qual, enquanto servidora de carreira com cargo de Especialista em Educação, sou lotada nesse órgão gestor e atuo no Departamento de Ensino, na subdivisão identificada como Setor Pedagógico. O trabalho realizado por esse setor envolve e compromete os profissionais de todas as instâncias da gestão educacional (gestores, coordenadores e professores), por meio da execução, orientação e coordenação das atividades pedagógicas (Lei Municipal de nº 1.802/95), a partir da implementação de programas e projetos institucionais e do desenvolvimento de formações continuadas. Assim, vale destacar que, para a execução de tais ações, um grupo de profissionais do magistério integra a chamada equipe técnica. A temática dessa pesquisa implica diretamente. Tenho um itinerário profissional de 12 anos de atuação trabalhando com formação de professores nos mais diversos espaços educativos. Entremeadando essas experiências, a jornada profissional no serviço público, dentro do espaço da SEDUC, também é desenvolvida a partir do trabalho com formações. Enquanto Especialista em Educação, atualmente assumo a função de formadora de professores, e agrego a atribuição de coordenar um grupo com 17 pessoas que realizam esse trabalho formativo. E a partir dessa vivência, chamou-me a atenção a ausência de critérios técnicos, que atendam aos princípios constitucionais que regem uma gestão pública, para a seleção interna dos profissionais que atuam temporariamente em ações de formação de professores na educação municipal de Feira de Santana, uma vez que a composição das equipes de trabalho acontecem por meio de convites pessoais, políticos ou outras formas de aproximação que não se fundamentam num campo profissional. Já instigada a ampliar conhecimentos relacionados a esse contexto do trabalho dos formadores de professores, devida a grande aderência profissional, bem como uma forma de responsabilidade social como meu grupo de trabalho, entendo que esse estudo, terá grande relevância



desenvolvidas no âmbito da gestão educacional por parte do município, assim como oportunizará a organização de uma gestão mais articulada e comprometida com critérios técnicos, dentro do contexto da políticas públicas educacionais, não só da Bahia, mais de todo o país.

**Participação:** A participação acontecerá mediante ao aceite em responder a uma entrevista virtual, de forma individual, via formulário on line, e a participação na ação interventiva de formação por meio dos ateliês formativos.

**Desconfortos e riscos:** No desenvolvimento da pesquisa poderão existir riscos que devem ser levados em consideração. Um deles perpassa pelas relações de poder instituídas dentro dos órgãos públicos, às quais a pesquisa pode inquietar alguns parâmetros próprios da instituição. Há também a possibilidade dos colaboradores da pesquisa se sentirem constrangidos frente às questões proposta na entrevista, principalmente para os representantes institucionais (Secretário (a) de Educação e Diretor (a) de Ensino). Na busca por minimizar essa situação, será sinalizado para os mesmos que as respostas não serão obrigatórias, e poderão ser deixadas sem resposta. Quanto aos riscos na ação interventiva de formação, por meio de ateliês formativos, pode ser que os colaboradores não se sintam à vontade para falar, frente a outros colegas do grupo, ou diverjam entre si. Nessa situação, os mesmos são livres para continuar ou se ausentar dos encontros. A pesquisa será suspensa se alguma ação trouzer algum risco ou danos à saúde dos colaboradores e buscará assegurar a ausência de conflito de interesses entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa. Garante-se aqui que os dados coletados com essa pesquisa serão usados seguindo regimentalmente os protocolos de conduta e acordos previstos no TCLE.

**Confidencialidade do estudo:** Os colaboradores da pesquisa terão suas identidades preservadas, assim como os dados coletados, serão mantidos em sigilo. As identidades serão preservadas em todas as fases da pesquisa e nas ações posteriores também, como no caso de publicações externas.

**Benefícios:** Como benefícios essa pesquisa propõem uma ação interventiva de formação por meio dos ateliês formativos, a qual será vivenciada pelos profissionais do magistério municipal que colaborarem com a pesquisa e possibilitar à Secretaria Municipal de Feira de Santana o acesso a um documento que regulamente a seleção da equipe de formadores de professores. As ações de produção e publicações de artigos e outros trabalhos científicos em periódicos da área, também se constituirá como benefício dessa pesquisa.

**Dano advindo da pesquisa:** Entende-se que, por se tratar de uma pesquisa cujos dados coletados serão tratados de forma sigilosa, a possibilidade de danos sejam ínfimos. Contudo, caso haja alguma situação de desconforto aos colaboradores da pesquisa, todas as providências para resolver a situação serão tomadas por parte das pesquisadoras.

**Dano advindo da pesquisa:** As pesquisadoras estarão, a qualquer momento, a disposição para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa.

**Participação Voluntária:** Essa não é uma pesquisa patrocinada, e como tal não oferece nenhuma forma de bônus ou remuneração. A participação deve ser dar de maneira voluntária e assim sendo, a desistência poderá acontecer a qualquer momento, sem que isso cause prejuízos para a pesquisa.

**Consentimento para participação:** Entou ciente sobre os objetivos e forma de participação da pesquisa descrita acima. Recebi os devidos esclarecimentos sobre minha participação aos procedimentos aos quais serei submetido e os possíveis riscos envolvidos. Recebi a garantia da disponibilização de qualquer esclarecimento adicional que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa ou à minha família, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes a minha identificação, bem como de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico. Sendo assim, aceito livremente participar do estudo intitulado "CONTRIBUTOS FORMATIVOS E INSTITUCIONAIS PARA A ATUAÇÃO DOS FORMADORES DE PROFESSORES NA GESTÃO EDUCACIONAL LOCAL EM FEIRA DE SANTANA" desenvolvido pelas pesquisadoras Karina Macêdo de Assis, orientado pela Professora Selma Barros Daltro de Castro, do Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social, Campus XI- Serraíña, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**CONCORDO EM PARTICIPAR DA PESQUISA:**

\*Caso você concorde,

clique em sim, para responder as perguntas. Caso você não concorde, basta apenas desistir de continuar a responder este questionário.

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 3

## Dados Sociodemográficos e Acadêmicos

O objetivo é conhecer o seu perfil social e acadêmico.

Sexo \*

- Feminino
- Masculino

Identificação étnica \*

- Negro
- Pardo
- Indígena
- Amarelo

Representação Institucional \*

- Secretário (a) de Educação
- Servidor (a) de Carreira

Se na questão acima sua resposta foi "Servidor (a) de Carreira", registre aqui a função que exerce/exerceu na Secretaria Municipal de Educação.



28/03/2023 02:44

Questionário - Representantes Institucionais - Formulário Google

Texto de resposta longa

4. Nível de escolaridade \*

- Ensino Superior (graduação)
- Ensino Superior (especialização)
- Ensino Superior (mestrado)
- Ensino Superior (doutorado)

Tempo de experiência no cargo \*

- Menos de 1 anos
- De 1 a 3 anos
- De 3 a 6 anos
- De 6 a 9 anos
- De 9 a 11 anos
- Acima de 11 anos

Na pesquisa, você será identificada por um nome fictício. Por favor, apresente um nome pelo qual gostaria de ser chamado (a). \*

Texto de resposta curta

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção



28/02/2022 02:44

Questionário - Representantes Institucionais - Formulários Google

## Diálogos formativos

O objetivo é coletar informações sobre questões que revelam dados diretivos para fundamentar essa

Você considera que suas experiências profissionais poderão contribuir para a construção do documento que essa pesquisa propõe? Justifique \*

Texto de resposta longa

Quais os critérios você considera que são pertinentes para a escolha de profissionais efetivos do magistério público municipal que venham a assumir a função de formadores de professores no espaço da Secretaria Municipal de Educação? (Você poderá marcar mais de uma opção) \*

- Análise curricular, com ênfase em aspectos meritocráticos e de experiência profissional
- Formação na área solicitada
- Indicação política
- Convite
- Seleção escrita
- Entrevista
- Outros

Se você marcou a opção "Outros" na questão acima, sugira aqui.

Texto de resposta longa

Sugira aspectos que considera pertinentes para a composição do documento orientador. \*



É coisa óbvia que haja carência das áreas municipais, mas é óbvio também que, tendo de enfrentar suas dificuldades, elas as superarão e só as enfrentando aprenderão a marchar. (FREIRE, 1995)



## APÊNDICE II: QUESTIONÁRIO PARA PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

28/02/2022 02:52

Questionário para Profissionais do Magistério Público Municipal - Formulário Google



### Questionário para Profissionais do Magistério Público Municipal

Perguntas Respostas 5 Configurações

Seção 1 de 3

## Questionário para Profissionais do Magistério Público Municipal

Prezado (a),

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa intitulada "Contributos formativos e institucionais para a atuação dos formadores de professores na gestão educacional local em Feira de Santana", desenvolvida pela mestrande Karina Macêdo de Assis, sob orientação da Prof.ª Dra. Selma Barros Daltro de Castro, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI - Serrinha-BA, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia, através do Parecer de nº 4.620.456.

A pesquisa tem por objetivo analisar os cenários políticos, locais, institucionais, legais e formativos que interferem no processo de, seleção, atuação e avaliação de profissionais de carreira do magistério público municipal que atuarão como formadores de professores, no município de Feira de Santana e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatize tal processo.

Sua participação é livre, ou seja, não é obrigatória, e mesmo que aceite agora, poderá retirar a pesquisa quando desejar, basta avisar aos pesquisadores.

Esse formulário deverá ser preenchido até o dia 26 de agosto de 2021.

E-mail \*

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)



## 466/12 e 510/16 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)

O presente termo em atendimento à Resolução 466/12, destina-se a esclarecer ao participante da pesquisa intitulada **CONTRIBUTOS FORMATIVOS E INSTITUCIONAIS PARA A ATUAÇÃO DOS FORMADORES DE PROFESSORES NA GESTÃO EDUCACIONAL LOCAL EM FEIRA DE SANTANA**, sob responsabilidade das pesquisadoras Karina Macêdo de Assis, Pedagoga, aluna do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI Serrinha Bahia, e Selma Barosa Daltro de Castro, Pedagoga, Pós-doutora em Educação, professora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI Serrinha-Bahia, de acordo com os seguintes aspectos:

**Objetivo:** Analisar os cenários políticos, locais, institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, atuação e avaliação de profissionais de carreira do magistério público municipal que atuam como formadores de professores, no município de Feira de Santana e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatiza tal processo. Os objetivos secundários são: analisar a responsabilidade político-institucional do poder executivo municipal com a gestão educacional local; construir um processo de formação para os formadores de professores que revele expectativas, saberes e ações por eles desenvolvidas; e apresentar, como produto da pesquisa, um documento normativo que regulamente o processo de seleção, atuação e avaliação o grupo dos profissionais do magistério que atuam como formadores dos professores.

**Metodologia:** O estudo será realizado e desenvolvido em regime de colaboração com representantes institucionais (Secretário (a) de Educação e Diretor (a) de Ensino) e servidores efetivos do magistério municipal, que desejam ou já atuam como formadores de professores. A participação dos representantes institucionais se dará por meio de entrevista semiestruturada virtual, a qual será aplicada por meio de um formulário on line. Esta ferramenta também será utilizada para convidar os servidores efetivos do magistério municipal. Assim, funcionará também como uma escuta formativa, a qual apresentará as expectativas dos participantes frente à pesquisa. O formulário será construído com base em critérios pré-estabelecidos, de inclusão e exclusão, como forma de estruturar o planejamento das ações. Esta é uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa e do tipo colaborativa. A opção pela pesquisa colaborativa sinaliza um convite a um trabalho coparticipativo, o que no âmbito educacional, especialmente na educação básica, promove uma maior receptividade ao desenvolvimento da pesquisa, visto que coloca os profissionais do magistério como possuidores e produtores de conhecimento. As estratégias para essa construção permeiam também por uma análise documental e por uma ação interventiva de formação, por meio de ateliês formativos (com profissionais do magistério público municipal). Os ateliês serão realizados via plataforma virtual, o Teams, utilizada pela Universidade do Estado da Bahia. Como produto final da pesquisa, propõe-se a construção de um documento normativo sobre o processo de escolha, atuação e avaliação dos profissionais que atuam na formação de professores da educação municipal de Feira de Santana. Devido ao contexto de emergência de saúde pública vivida na atualidade, todas as ações dessa pesquisa serão realizadas de acordo a Resolução nº 1.429/2020 da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Conselho Universitário (CONSU) e das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

**Justificativa e Relevância:** Esse projeto de pesquisa compõe a estrutura atômica da linha de pesquisa 1, do Programa de Pós-Graduação stricto sensu, Mestrado Profissional em Intervenção Educativa Social (MPIES), da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, a qual discute os novos contextos de aprendizagem, buscando analisar as configurações sócio educacionais que surgem a partir dos desenvolvimentos biopsicossociais. Dessa forma, a proposição do mesmo visa uma análise dos cenários políticos, locais, institucionais, legais e formativos que interferem no processo de escolha dos formadores de professores, no município de Feira de Santana, e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatiza e oriente as ações da gestão educacional local. A proposta deste projeto surge a partir das vivências profissionais na Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), qual, enquanto servidora de carreira com cargo de Especialista em Educação, sou lotada nesse órgão gestor e atuo no Departamento de Ensino, na subdivisão identificada como Setor Pedagógico. O trabalho realizado por esse setor envolve e compromete os profissionais de todas as instâncias da gestão educacional (gestores, coordenadores e professores), por meio da execução, orientação e coordenação das atividades pedagógicas (Lei Municipal de nº 1.802/95), a partir da implementação de programas e projetos institucionais e do desenvolvimento de formações continuadas. Assim, vale destacar que, para a execução de tais ações, um grupo de profissionais do magistério integra a chamada equipe técnica. A temática dessa pesquisa implica diretamente, Tenho um itinerário profissional de 12 anos de atuação trabalhando com formação de professores nos mais diversos espaços educativos. Entremeadando essas experiências, a jornada profissional no serviço público, dentro do espaço da SEDUC, também é desenvolvida a partir do trabalho com formações. Enquanto Especialista em Educação, atualmente assumo a função de formadora de professores, e agrego a atribuição de coordenar um grupo com 17 pessoas que realizam esse trabalho formativo. E a partir dessa vivência, chamou-me a atenção a ausência de critérios técnicos, que atendam aos princípios constitucionais que regem uma gestão pública, para a seleção interna dos profissionais que atuam temporariamente em ações de formação de professores na educação municipal de Feira de Santana, uma vez que a composição das equipes de trabalho acontecem por meio de convites pessoais, política ou outras formas de

28/02/2022 02:52

Questionário para Profissionais do Magistério Público Municipal - Formulário Google

municipios, o acesso a um documento que regulamente a seleção da equipe de formadores de professores, viabilizar essas pesquisas como uma proposta de vanguarda e relevância acadêmica, entendendo que a mesma viabilizará uma ampliação das pesquisas relacionadas a seleção dos formadores de professores, como o e-lher voltado para as ações desenvolvidas no âmbito da gestão educacional por parte do município, assim como oportunizar a organização de uma gestão mais articulada e comprometida com critérios técnicos, dentro do contexto da políticas públicas educacionais, não só da Bahia, mas de todo o país.

**Participação:** A participação acontecerá mediante ao aceite em responder a uma entrevista virtual, de forma individual, via formulário on line, e a participação na ação interventiva de formação por meio dos ateliés formativos.

**Desconfortos e riscos:** No desenvolvimento da pesquisa poderão existir riscos que devem ser levados em consideração. Um deles perpassa pelas relações de poder instituídas dentro dos órgãos públicos, às quais a pesquisa pode inquietar alguns parâmetros próprios da instituição. Há também a possibilidade dos colaboradores da pesquisa se sentirem constrangidos frente às questões propostas na entrevista, principalmente para os representantes institucionais (Secretário (a) de Educação e Diretor (a) de Ensino). Na busca por minimizar essa situação, será sinalizado para os mesmos que as respostas não serão obrigatórias, e poderão ser deixadas sem resposta. Quanto aos riscos na ação interventiva de formação, por meio de ateliés formativos, pode ser que os colaboradores não se sintam à vontade para falar, frente a outros colegas do grupo, ou diverjam entre si. Nessa situação, os mesmos são livres para continuar ou se ausentar dos encontros. A pesquisa será suspensa se alguma ação trazer algum risco ou danos à saúde dos colaboradores e buscará assegurar a ausência de conflito de interesses entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa. Garante-se aqui que os dados coletados com essa pesquisa serão usados seguindo regimentalmente os protocolos de conduta e acordos previstos no TCLE.

**Confidencialidade do estudo:** Os colaboradores da pesquisa terão suas identidades preservadas, assim como os dados coletados, serão mantidos em sigilo. As identidades serão preservadas em todas as fases da pesquisa e nas ações posteriores também, como no caso de publicações externas.

**Benefícios:** Como benefício essa pesquisa propõem uma ação interventiva de formação por meio dos ateliés formativos, a qual será vivenciada pelos profissionais do magistério municipal que colaborarem com a pesquisa e possibilitar à Secretaria Municipal de Feira de Santana o acesso a um documento que regulamente a seleção da equipe de formadores de professores. As ações de produção e publicações de artigos e outros trabalhos científicos em periódicos da área, também se constituirá como benefício dessa pesquisa.

**Dano advindo da pesquisa:** Entende-se que, por se tratar de uma pesquisa cujos dados coletados serão tratados de forma sigilosa, a possibilidade de danos sejam ínfimos. Contudo, caso haja alguma situação de desconforto aos colaboradores da pesquisa, todas as providências para resolver a situação serão tomadas por parte das pesquisadoras.

**Dano advindo da pesquisa:** As pesquisadoras estarão, a qualquer momento, a disposição para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa.

**Participação Voluntária:** Essa não é uma pesquisa patrocinada, e como tal não oferece nenhuma forma de bônus ou remuneração. A participação deve ser dar de maneira voluntária e assim sendo, a desistência poderá acontecer a qualquer momento, sem que isso cause prejuízos para a pesquisa.

**Consentimento para participação:** Estou ciente sobre os objetivos e forma de participação da pesquisa descrita acima. Recebi os devidos esclarecimentos sobre minha participação aos procedimentos aos quais serei submetido e os possíveis riscos envolvidos. Recebi a garantia da disponibilização de qualquer esclarecimento adicional que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa ou à minha família, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes a minha identificação, bem como de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico. Sendo assim, aceito livremente participar do estudo intitulado "CONTRIBUTOS FORMATIVOS E INSTITUCIONAIS PARA A ATUAÇÃO DOS FORMADORES DE PROFESSORES NA GESTÃO EDUCACIONAL LOCAL EM FEIRA DE SANTANA" desenvolvido pelas pesquisadoras Karina Macêdo de Assis, orientado pela Professora Selma Barros Da Itra de Castro, do Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social, Campus XI- Serrinha, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**CONCORDO EM PARTICIPAR DA PESQUISA**

\*Caso você concorde, clique em \*

sim, para responder as perguntas. Caso você não concorde, basta apenas desistir de continuar a responder este questionário.



28/02/2022 02:52

Questionário para Profissionais do Magistério Público Municipal - Formulário Google

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 3

## Dados Sociodemográficos e Acadêmicos

O objetivo é conhecer o seu perfil social e acadêmico.

Sexo \*

- Feminino
- Masculino

Identificação étnica \*

- Negro
- Pardo
- Indígena
- Amarelo

Servidor (a) efetivo (a) do magistério público municipal? \*

- Sim
- Não

28/03/2022 02:52

Questionário para Profissionais do Magistério Público Municipal - Formulário Google

Especialista em Educação

 Professor (a)

Função \*

 Coordenador (a) Pedagógico (a) Formador (a) Professores (as) atuante na Secretaria Municipal de Educação

Carga horária no serviço público municipal \*

 20h 40h

4. Nível de escolaridade \*

 Ensino Superior (graduação) Ensino Superior (especialização) Ensino Superior (mestrado) Ensino Superior (doutorado)

Tempo de atuação enquanto servidor efetivo do magistério público municipal. \*

 Menos de 1 anos De 1 a 3 anos De 3 a 6 anos

28/03/2022 02:52

Questionário para Profissionais do Magistério Público Municipal - Formulário Google

- De 9 a 11 anos
- Acima de 11 anos

Tem experiência como formador (a) de professores (as)? \*

- Sim
- Não

Se a resposta acima foi "sim", quanto tempo de experiência você tem?

- Menos de 1 anos
- De 1 a 3 anos
- De 3 a 6 anos
- De 6 a 9 anos
- De 9 a 11 anos
- Acima de 11 anos

Na pesquisa, você será identificada por um nome fictício. Por favor, apresente um nome pelo qual gostaria de ser chamada (a). \*

Texto de resposta curta

---

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção



Seção 3 de 3



28/03/2022 02:52

Questionário para Profissionais do Magistério Público Municipal - Formulário Google

O objetivo é coletar informações sobre questões que revelam dados diretivos para fundamentar essa

Você considera que suas experiências profissionais poderão contribuir para a construção do documento que essa pesquisa propõe? Justifique \*

Texto de resposta longa

Quais os critérios você considera que são pertinentes para a escolha de profissionais efetivos do magistério público municipal que venham a assumir a função de formadores de professores no espaço da Secretaria Municipal de Educação? (Você poderá marcar mais de uma opção) \*

- Análise curricular, com ênfase em aspectos meritocráticos e de experiência profissional
- Formação na área solicitada
- Indicação política
- Convite
- Seleção escrita
- Entrevista
- Outros

Se você marcou a opção "Outros" na questão acima, sugira aqui.

Texto de resposta longa

Sugira aspectos que considera pertinentes para a composição do documento orientador. \*

Texto de resposta longa



28/02/2022 02:52

Questionário para Profissionais do Magistério Público Municipal - Formulário Google

Formativos? (As datas ainda serão definidas, mas acontecerão em 3 dias (alternados), no turno

- Sim
- Não

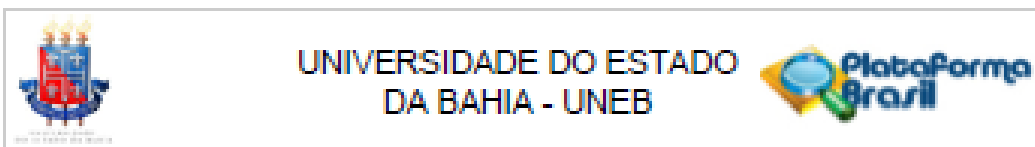
Você tem acesso à plataforma do Google Meet para participar dos Ateliês Formativos? \*

- Sim
- Não

É coisa óbvia que haja carência das áreas municipais, mas é óbvio também que, tendo de enfrentar suas dificuldades, elas as superarão e só as enfrentando aprenderão a marchar. (FREIRE, 1995)



## ANEXO I: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Contributos formativos e institucionais para a atuação dos formadores de professores na gestão educacional local em Feira de Santana

**Pesquisador:** KARINA MACEDO DE ASSIS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 41213720.0.0000.0057

**Instituição Proponente:** Departamento de Educação - Campus XI/UNEB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.620.455

**Apresentação do Projeto:**

**CONTRIBUTOS FORMATIVOS E INSTITUCIONAIS PARA A ATUAÇÃO DOS FORMADORES DE PROFESSORES NA GESTÃO EDUCACIONAL LOCAL EM FEIRA DE SANTANA**

**Pesquisadora:** Karina Macêdo de Assis

**Orientação:** Profa. Dra. Selma Barros Daltro de Castro

O projeto é vinculado ao programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI Seminha-Bahia

O estudo investiga as influências dos cenários políticos, locais, institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, atuação e avaliação de profissionais de carreira do magistério público do Município de Feira de Santana, estado da Bahia.

A pesquisadora informa que "o estudo buscará compreender a seguinte questão problematizadora: quais os cenários políticos, locais, institucionais, legais e formativos que interferem no processo de escolha dos formadores de professores, no município de Feira de Santana, e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatize e oriente as ações da gestão educacional local? O estudo será realizado e desenvolvido em regime de colaboração com

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555  
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 4.620-456

representantes Institucionais (Secretário (a) de Educação e Diretor (a) de Ensino) e servidores efetivos do magistério municipal, que desejam ou já atuam como formadores de professores. A participação dos representantes Institucionais se dará por meio do questionário virtual, utilizando a ferramenta do formulário on line. Esta ferramenta também será utilizada para convidar os servidores efetivos do magistério municipal a aderirem à pesquisa e, ao mesmo tempo funcionará também como uma escuta formativa, a qual apresentará as expectativas dos participantes frente à pesquisa. O formulário será construído com base em critérios pré-estabelecidos, de inclusão e exclusão, como forma de estruturar o planejamento das ações. Esta é uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa e do tipo colaborativa. A opção pela pesquisa colaborativa sinaliza um convite a um trabalho coparticipativo, o que no âmbito educacional, especialmente na educação básica, promove uma maior receptividade ao desenvolvimento da pesquisa, visto que coloca os profissionais do magistério como possuidores e produtores de conhecimento. Além dos questionários, outras estratégias para a coleta de dados serão: análise documental (decretos, portarias, o Plano Municipal de Educação (PME)) e a Interventiva de formação, por meio de ateliês formativos (com profissionais do magistério público municipal), realizados via plataforma virtual, o Teams, utilizada pela Universidade do Estado da Bahia, tendo em vista que, em função da pandemia da COVID-19, os encontros presenciais não poderão acontecer até que se decreta condição de segurança. Como produto final da pesquisa, propõe-se a construção de um documento normativo sobre o processo de escolha, atuação e avaliação dos profissionais que atuarão na formação de professores da educação municipal de Feira de Santana\*.

**Hipótese:**

Não apresentada por se tratar, aparentemente, de estudo exploratório.

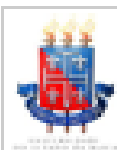
**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário/Geral:**

analisar os cenários políticos, locais, Institucionais, legais e formativos que interferem no processo de seleção, atuação e avaliação de profissionais de carreira do magistério público municipal que atuarão como formadores de professores, no município de Feira de Santana e que implicam na necessidade da construção de um documento que normatize tal processo.

**Objetivos Secundários/Específicos:**

Endereço: Rua Sílvio Martins, 2555		CEP: 41.195-001
Bairro: Cabula	Município: SALVADOR	
UF: BA		
Telefone: (71)3117-2399	Fax: (71)3117-2399	E-mail: ceguneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 4.020.450

- analisar a responsabilidade político institucional do poder executivo municipal com a gestão educacional local;
- construir um processo de formação para os formadores de professores que revele expectativas, saberes e ações por eles desenvolvidas; e
- apresentar, como produto da pesquisa, um documento normativo que regulamente o processo de seleção, atuação e avaliação o grupo dos profissionais do magistério que atuam como formadores dos professores.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

##### **Riscos:**

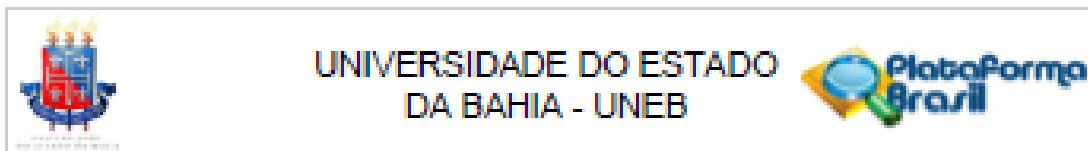
Informa-se genericamente que o risco mencionado na Plataforma Brasil se enquadra intimamente com a vulnerabilidade do participante. Essas possibilidades trazem uma perspectiva de ação nas varias áreas inerentes à vida do ser humano, incluindo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual e profissional do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente.

Destaque-se que a informação dos possíveis riscos da pesquisa fornecida aos participantes tem a função pedagógica de proporcionar o entendimento e a correlação da experiência de vida dele (o participante) com o objeto do estudo e os processos de registro de dados para decidirem se querem/podem/devem ou não participar, sabendo que tem possibilidade mínima do desconforto, constrangimento ou cansaço, sempre no foco de promover ainda mais a dignidade dos envolvidos. Considerando-se a partir deste entendimento a decisão da participação ou não, pois só com o conhecimento pleno das circunstâncias da pesquisa pode-se exercer a autonomia em plenitude.

Outro aspecto que se vislumbra com essa informação é que ao correlacionar a experiência de vida, o objeto e os dispositivos de registro de dados, o participante evita de participar se entender que há a possibilidade da maleficência por conta das suas experiências e o/a pesquisador/a livra-se de embaraços e até possíveis processos.

Evidencia-se com essas informações/ações a tentativa de manter-se a dignidade, além de colocar em tela que a variável dominante não é a pesquisa e sim a experiência de vida do participante e a vasta possibilidade de não se conhecer a pleno todas as experiências de vida dos seres humanos

Endereço: Rua Sílvio Martins, 2555  
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 4.620.450

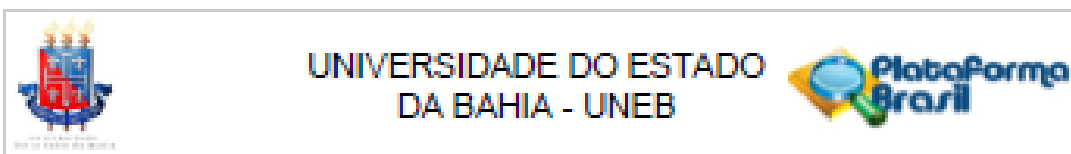
envolvidos na pesquisa.

A Pesquisadora registra que "no desenvolvimento da pesquisa poderão existir riscos que devem ser levados em consideração. Um deles perpassa pelas relações de poder instituídas dentro do órgão público, a saber a SEDUC, tendo em vista que pesquisa pode se contrapor a algumas condutas desenvolvidas atualmente nessa instituição. Há também a possibilidade dos colaboradores da pesquisa se sentirem constrangidos frente às questões proposta no questionário, principalmente para os representantes institucionais (Secretário (a) de Educação e Diretor (a) de Ensino). Na busca por minimizar essa situação, será sinalizado para os mesmos que as respostas não serão obrigatórias, e poderão ser deixadas sem resposta. Quanto aos riscos na ação interventiva de formação, por meio de ateliês formativos, pode ser que os colaboradores não se sintam à vontade para falar, frente a outros colegas do grupo, ou diverjam entre si. Nessa situação, os mesmos são livres para continuar ou se ausentar dos encontros. A pesquisa será suspensa se alguma ação trazer algum risco ou danos à saúde dos aos colaboradores e buscará assegurar a ausência de conflito de interesses entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa"

Vale a pena informar que não se trata de risco exclusivo à saúde, mas sim aqui refere-se a todos os aspectos da vida humana, dentre os quais a saúde é apenas um dos seus componentes. Sugere-se contemplar no texto que tais riscos podem ultrapassar a dimensão da saúde física e alcançar os aspectos psicológicos e sociais envolvidos.

A pesquisadora também garante que "os dados coletados com a pesquisa serão usados seguindo regimentalmente os protocolos de conduta e acordos previstos no TCLE. Confidencialidade do estudo: Os colaboradores da pesquisa terão suas identidades preservadas, assim como os dados coletados, serão mantidos em sigilo. As identidades serão preservadas em todas as fases da pesquisa e nas ações posteriores também, como no caso de publicações externas. Este registro é feito especialmente no TCLE, no Formulário de Informações Básicas e no corpo do projeto". Ela também informa que "por se tratar de uma pesquisa cujos dados coletados serão tratados de forma sigilosa, a possibilidade de danos sejam ínfimos. Contudo, caso haja alguma situação de desconforto aos colaboradores da pesquisa, todas as providências para resolver a situação serão tomadas por parte das pesquisadoras." Por fim aduz que há uma garantia de esclarecimento nos seguintes termos: "As pesquisadoras estarão, a qualquer momento, a disposição para maiores

Endereço: Rua Sílvio Martins, 2555  
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cspuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 4.620-420

esclarecimentos sobre a pesquisa.”

Comentário: As informações contemplam integralmente a normativa que rege a conduta ética das pesquisas com seres humanos.

**Benefícios:**

Segundo a normativa o benefício de uma pesquisa deve contribuir para a melhoria da atividade estudada de alguma forma, sendo diretamente ao participante da pesquisa ou indiretamente propondo melhorias nos processos que envolvem a formação da atividade. A pesquisa científica, portanto, deve beneficiar o participante em si e a sociedade como um todo.

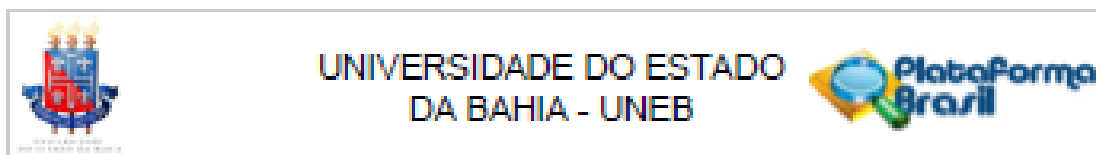
A pesquisadora descreve nos formulários da plataforma Brasil, no TCLE e no projeto que há propositura de “uma ação interventiva de formação por meio dos ateliés formativos, a qual será vivenciada pelos profissionais do magistério municipal que colaborarem com a pesquisa e possibilitar à Secretaria Municipal de Feira de Santana o acesso a um documento que regulamente a seleção da equipe de formadores de professores. As ações de produção e publicações de artigos e outros trabalhos científicos em periódicos da área, também se constituirá como benefício dessa pesquisa.

Comentário: As informações contemplam integralmente a normativa que rege a conduta ética das pesquisas com seres humanos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Destaque-se que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, metodologia e aspectos do campo), todos fundados na legislação pertinente. A perspectiva é sempre no sentido de orientar e não de fazer qualquer juízo de valor, conforme preconiza a ética no seu significado mais profundo que é propor e garantir a dignidade humana.

Endereço: Rua Sílvio Martins, 2555  
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3117-2339 Fax: (71)3117-2339 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 4.020.458

A pesquisa tem o potencial de aferir as influências de contextos políticos, legais, institucionais e formativos que interferem no processo de seleção, atuação e avaliação de profissionais de carreira do magistério público do Município de Feira de Santana, estado da Bahia.

**Critério de inclusão e exclusão:** Foram informadas as instituições e as pessoas humanas participantes, sendo todos maiores e capazes. A participação acontecerá mediante aceite em responder a um questionário virtual, de forma individual, via formulário on line, e a participação na ação interventiva de formação por meio dos ateliês formativos.

**O orçamento:** Registrado dentro dos aspectos da pesquisa.

**O cronograma:** Encontra-se registrado de dentro dos aspectos gerais da pesquisa

**Instrumento de coleta de dados:** Os instrumentos foram apresentados regularmente no projeto submetido ao CEP.

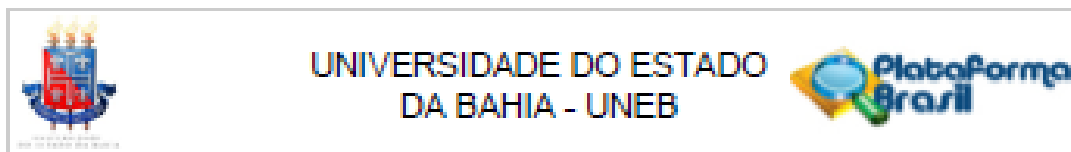
**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Na perspectiva da ética, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade;
- 2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;
- 3 – A autorização institucional da proponente: Em conformidade;
- 4 – A autorização da instituição coparticipante: Em conformidade;
- 5 - Folha de rosto: Em conformidade;
- 6 – TCLE: Em conformidade;
- 7 – Modelo do Assentimento: Em conformidade;
- 8 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em conformidade;
- 9 – Termo de concessão: Em conformidade;
- 10 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Desnecessário por não haver uso de dados secundários não publicados;

Os modelos para adaptação à realidade da pesquisa e outras orientações para construção do protocolo de pesquisa, estão disponíveis em [portal.uneb.br/comitedeetica](http://portal.uneb.br/comitedeetica).

Endereço: Rua Sílvio Martins, 2555  
 Bairro: Cabula CEP: 41.105-001  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)



Continuação do Parecer: 4.600.466

#### Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/IMS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise consideramos que o projeto encontra-se aprovado para a execução uma vez que atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

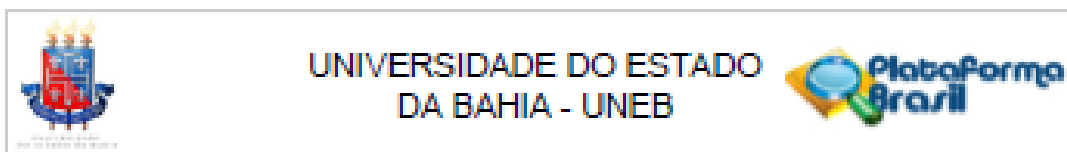
#### Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista o exposto este Colegiado é favorável a decisão da relatoria sendo, portanto, o projeto enquadrado como: COM PENDENCIAS e devendo o interessado realizar as alterações sugeridas no corpo deste parecer de forma a adequar a proposta as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1578698.pdf	15/12/2020 10:55:30		Aceito
Outros	termo_instituicao_proponente.pdf	15/12/2020 10:52:03	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito
Outros	Termo_de_Cooperacao.PDF	15/12/2020 10:51:15	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito
Outros	Termo_de_Autorizacao.PDF	15/12/2020 10:50:47	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito
Outros	termo_confidencialidade.pdf	15/12/2020 10:50:15	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito
Outros	termo_coleta_de_dados.pdf	15/12/2020 10:49:42	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	15/12/2020 10:47:40	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito
TGLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido.pdf	15/12/2020 10:46:28	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito
Declaração de concordância	declaracao_de_concordancia_com_o_projeto_de_pesquisa.pdf	15/12/2020 10:46:05	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito

Endereço: Rua Sílvio Martins, 2555  
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 4.620.498

Declaração de Pesquisadores	termo_pesquisador_responsavel.pdf	15/12/2020 10:44:53	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	15/12/2020 10:43:59	KARINA MACEDO DE ASSIS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SALVADOR, 30 de Março de 2021

---


Assinado por:  
Aderval Nascimento Brito  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555  
Bairro: Cabula CEP: 41.195-001  
UF: BA Município: SALVADOR  
Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br

**ANEXO II: EDITAL DO PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTUDO**

**FOLHA DO ESTADO**  
DA BAHIA

SEXTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2012

  
**FEIRA DE SANTANA**  
CIDADE PRINCESA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTUDO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

EDITAL

O Secretário Municipal de Educação de Feira de Santana, do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados que estão prorrogadas, até o dia 07 (sete) de novembro de 2012 (quarta-feira), no horário das 8 às 13 horas, as inscrições para o Processo Seletivo Interno para Professor Orientador de Estudo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que ocorrerá de conformidade com os termos do EDITAL, publicado no Jornal Folha do Norte, de 19 de outubro de 2012.

O resultado da seleção será divulgado no dia 09 de novembro de 2012 (sexta-feira), na Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Secretário, 31 de outubro de 2012.

**José Raimundo Pereira de Azevedo**  
Secretário Municipal de Educação